

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIDADE CARANGOLA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 573, DE 17 DE SETEMBRO DE 2026
Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História
da Unidade Acadêmica de Carangola.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UEMG

REITORA
Vinícius de Abreu D'Ávila

VICE-REITOR
Vanesca Korasaki

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO
Kelly da Silva

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Nágela Aparecida Brandão

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Bruno Costa Teixeira

PRÓ-REITORA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Silvia Cunha Capanema

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA DE CARANGOLA
Custodio Jovencio Barbosa Filho

COORDENADORA DO CURSO DE HISTÓRIA
Helena Azevedo Paulo de Almeida

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
Bruno de Almeida Gambert

**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE/NDE

Prof. Dr. Glauber Miranda Florindo (Presidente do NDE)

Prof. Dr. Jonathan Mendes Gomes

Profª. Drª. Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim

Profª. Drª. Helena Azevedo Paulo de Almeida

Prof. Dr. Bruno de Almeida Gambert

PROFESSORES COLABORADORES

Profª. Drª. Quelen Ingrid Lopes (curso de História)

Prof. Dr. Clayton José Ferreira (curso de História)

Profª Me. Luciana do Carmo Narciso

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Instituição de Ensino Superior: Universidade do Estado de Minas Gerais

Natureza Jurídica: Autarquia Estadual

Representante Legal: Vinícius de Abreu D'Ávila

Endereço de Sede e Reitoria: Av. Presidente Antônio Carlos, nº 7.545. Bairro: São Luiz, BH/MG – Cep. 31.275-083.

CNPJ: 65.172.579/0001-15

Ato Regulatório de Criação: Art. 81 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989.

Ato Regulatório de Renovação de Recredenciamento: Resolução SEE nº 5.010 de 10/05/2024 publicada em 11/05/2024

Ato regulatório de credenciamento para oferta de curso a distância: Portaria nº 1.402, de 26 de novembro de 2017, publicada em 07/11/2017.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Esatabelecimento de Ensino: Universidade do Estado de Minas Gerais

Esfera Administrativa: Estadual

Unidade Acadêmica: Carangola

Curso: História

Habilitação: Licenciatura

Modalidade: Presncial

Turno de Funcionamento: Noite

Número de vagas: 40 (anual)

Regime de Matrícula: Semestral por disciplina

Regime de Ingresso: Vestibular, SISu, Reopção, Transferência e Obtenção de Novo Título

Carga Horária de Integralização do Curso: 3.255h

Integralização do curso: Mínimo: 4 (quatro) anos Máximo: 6 (seis) anos

Semanas Letivas: 18

Dias letivos semanais: 6 dias (de segunda-feira a sábado)

Dias Letivos semestral: 100

Início de funcionamento: 1972

Ato Regulatório de Renovação de Reconhecimento: Resolução SEE nº 4.887 de 10 de agosto de 2023, publicado em 11/08/2023

Endereço: Praça dos Estudantes, nº 23, bairro Santa Emília – CEP: 36800-000 – Carangola/MG

e-mail: coordenacaohistoria.carangola@uemg.br

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	8
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	13
2.1 Histórico da Instituição	13
2.2 Histórico da Unidade Acadêmica de Carangola	17
2.3 Realidade Regional	20
3. JUSTIFICATIVA	23
4. LEGISLAÇÃO	24
5. CONCEPÇÃO DO CURSO	25
5.1 Concepção, Finalidades e Objetivos	26
5.2 Identificação das demandas profissionais e sociais que o curso busca atender	28
5.3 Perfil profissional do egresso e das habilidades e competências conferidas pelo curso	28
6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	31
6.1 Formas de Ingresso	31
6.1.1 Programa de Reserva de Vagas	31
6.1.2 Regime de Matrícula	32
6.2 Proposta de Flexibilização Curricular	32
6.2.1 Atendimento aos requisitos legais e normativos	32
6.3 Natureza das Disciplinas	41
6.3.1 Disciplinas Obrigatórias	41
6.3.2 Disciplinas Optativas	41
6.3.3 Disciplinas realizadas na modalidade à distância	42
6.3.4 Disciplinas Eletivas	43
6.4 Núcleos de Formação	43
6.4.1 Núcleo I - Formação Geral	43
6.4.2 Núcleo II - Aprofundamento de Conhecimentos Específicos	44
6.4.3 Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão	44
6.4.4 Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado	45
6.5 Trabalho de Conclusão de Curso	46
6.6 Proposta de Percorso Formativo (Matriz Curricular)	46
6.7 Ementário e Bibliografia das Disciplinas	58
6.7.1 Disciplinas Obrigatórias do Núcleo EFG	58
6.7.2 Disciplinas Obrigatórias do Núcleo ACCE	75
6.7.3 Disciplinas Optativas	99
6.7.4 Disciplinas do Núcleo de Estágio	114
7. METODOLOGIA DE ENSINO	122
7.1 Articulação entre pesquisa, ensino e extensão	123
7.2 Avaliação dos processos de ensino e aprendizagem	127
8. ATENÇÃO AO DISCENTE	130
8.1 Programa de Acolhimento	131
8.2 Programa Estadual de Assistência Estudantil	132
8.3 Programa INCLUA	132
8.4 Programa Institucional de Apoio à Extensão	133
8.5 Programa de Apoio à Pesquisa	133

8.6 Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica	133
8.7 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência	134
8.8 Programa de Apoio Psicopedagógico	134
8.9 Programa de Bolsa para Povos e Comunidades Tradicionais	134
8.10 Seguro do Estudante	135
8.11 Política de Internacionalização e AICI	135
8.12 Acompanhamento do Egresso	136
8.13 Diretório Acadêmico do Curso	137
9. GESTÃO ACADÊMICA	138
9.1 Colegiado do Curso de História	138
9.2 Núcleo Docente Estruturante	140
9.3 Departamento de Ciências Humanas	141
9.4 Corpo Docente	142
10. PROGRAMAS DE APOIO AOS DOCENTES	143
10.1 Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa	143
10.2 Programa de Capacitação em Recursos Humanos	144
10.3 Programa de Apoio à Participação de Docentes em Eventos	144
10.4 Programa de Apoio à Inscrição em Eventos Técnico-Científicos	144
11. POLÍTICA DE AVALIAÇÃO	145
11.1 A Comissão Própria de Avaliação	146
11.2 Sobre o relatório da Comissão Própria de Avaliação	147
11.3 Avaliação de Docentes e Curso	147
12. INFRAESTRUTURA DO CURSO	148
12.1 Infraestrutura física	148
12.2 Salas de Aula e dos Professores	149
12.3 Laboratórios	150
12.3.1 PURHIS	150
12.3.2 Laboratório de Ensino de História	151
12.3.3 Centro de Memória	152
12.3.4 Arquivo e Museu Histórico, Geográfico e Natural do Município de Carangola	153
12.3.5 Outros	155
12.4 Redes e Tecnologias de Informação	155
12.5 Laboratório de Informática	155
12.6 Biblioteca	156
12.6.1 Acervo	159
12.6.2 Plataformas Digitais	159
REFERENCIAS	160
APÊNDICE I - Regulamento das Atividades Extensionistas	165
APÊNDICE II - Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso	173
APÊNDICE III - Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado	193
APÊNDICE IV - Corpo Docente	204

1. APRESENTAÇÃO

O curso de História nasceu junto com a criação da Fundação FAFILE de Carangola nos anos de 1970. Como dito anteriormente, o curso foi credenciado pelo Decreto nº. 70.411, publicado no Diário Oficial da União de 17 de abril de 1972, obtendo seu reconhecimento em dezembro de 1976, com o Decreto de nº 70.019. A partir do Decreto nº. 46.539, de 30 de novembro de 2013, a Fundação FAFILE foi absorvida pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e passou a denominar-se Unidade Carangola

Desde sua implantação em 1972, o curso de História já formou aproximadamente 1200 professores e professoras, responsáveis pela educação fundamental, média e superior da população de Carangola e região. Isto representa não só o compromisso que o curso vem assumindo na formação de profissionais da educação local e regional, mas o papel de destaque que vem desempenhado na qualificação profissional de docentes e historiadores na referida região.

Tabela 1

Alunos concluintes – curso de História

Ano	Vagas	Formandos	Ano	Vagas	Formandos
1975	45	39	2001	45	52
1976	45	32	2002	45	42
1977	45	9	2003	45	38
1978	45	23	2004	45	32
1979	45	20	2005	45	28
1980	45	23	2006	45	24
1981	45	9	2007	45	8
1982	45	30	2008	45	13
1983	45	43	2009	45	12
1984	45	25	2010	45	12
1985	45	35	2011	45	1
1986	45	31	2012	45	0
1987	45	27	2013	45	0
1988	45	17	2014	40	19
1989	45	42	2015	40	0
1990	45	41	2016	40	19

1991	45	36	2017	40	1
1992	45	33	2018	40	28
1993	45	31	2019	40	6
1994	45	40	2020	40	0
1995	45	36	2021	40	7
1996	45	35	2022	40	10
1997	45	28	2023	40	16
1998	45	53	2024	40	11
1999	45	43	2025	40	5
2000	45	47	TOTAL		1192

Fonte: Secretaria do curso de História. UEMG – Unidade Carangola

É um curso noturno, presencial, com a possibilidade de oferta de disciplinas na modalidade de ensino a distância, criado para atender às necessidades da população de Carangola e região, constituída por jovens que, em sua maioria, desenvolve atividades laborais durante o dia, com renda média próxima ao salário mínimo. Trata-se de uma alternativa atraente para os estudantes que buscam qualificação profissional e remuneração melhor em relação à realidade pregressa.

Durante os 50 anos de experiência do curso de História, ocorreram várias alterações curriculares, todas visando à atualização dos conteúdos ministrados, à reorganização da estrutura das disciplinas, à ampliação dos conhecimentos ensinados e/ou à adequação às exigências da legislação em vigor, como por exemplo as modificações trazidas pelo Parecer nº. 1363/2001 de 12 de dezembro de 2001 e a Resolução CNE/CES nº. 13 de 13 de março de 2002, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de História.

Acompanhando essas resoluções, o curso passou por modificações quanto à atuação profissional de seu licenciado, refletindo não apenas mudanças da legislação específica, mas também mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas, que impactam e afetam frequentemente, em graus e ritmos diferentes, todos os segmentos da sociedade, incluindo aí a educação, e a formação do profissional desta área.

Até 2016 o curso de História já se afinava com o princípio básico de que uma universidade se constrói na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Seu projeto pedagógico de então, articulando ensino de História ao processo de produção de conhecimento histórico, já consolidava a ideia de que o curso de História, diante da sociedade

da informação, constitua-se como formador de docentes aptos a procederem à mediação entre a sociedade e os alunos, de forma crítica e problematizadora. Incluía-se aí o entendimento do professor não apenas como reproduzidor de conhecimentos, reconhecendo que seu papel não se reduz apenas a informar.

Em fins de 2016 foi implementado um novo projeto pedagógico, resultado, da percepção do conjunto de professores do curso, expressa em diversas oportunidades – sobretudo em reuniões docentes e indagações provenientes do corpo discente – da necessidade da reformulação de algumas de suas concepções. A partir de então, o curso adotou como princípio formar nosso discente para atuar como professor, mas também, como historiador, atento aos novos campos de trabalho como os museus, centros de preservação de documentos e memória e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.

Atualmente, a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso se faz novamente necessária, justificando o presente documento. As alterações propostas, e então consolidadas, especialmente no que tange à matriz curricular do curso seguiram basicamente três percursos relevantes: adaptação ao novo quadro docente, e às especialidades inerentes ao mesmo; adaptação a um novo perfil do egresso, investindo cada vez mais na dimensão pesquisadora como indissociável da dimensão docente; e adaptação às legislações e resoluções vigentes e suas exigências.

Em 2020, o curso passou por importante reestruturação a partir da nomeação de professores aprovados em concursos públicos. Atualmente, o curso possui um corpo docente altamente qualificado, composto por 07 professores formados na área de História, todos com doutorado; além de outros professores de outros cursos, também qualificados, que ministram disciplinas ligadas a outros campos do saber. A estabilidade do corpo docente permitiu ao curso a consolidação mais sistemática da pesquisa, da extensão e do ensino. Desde o início do funcionamento, o curso sempre promoveu atividades extracurriculares, como seminários, encontros, palestras e mesas-redondas, visitas técnicas proporcionando aos seus estudantes contato e diálogo com profissionais de outras regiões e instituições, o que tem sido ainda mais sistematizado com um corpo docente permanente.

Dentre esses eventos podemos destacar a Semana Acadêmica de História e a Semana do PURHIS, entre outros eventos e atividades (oficinas, minicursos, palestras) regularmente

organizadas pelo corpo docente e em parcerias com outros cursos e/ou outras instituições. O curso conta com grupos de pesquisa em andamento, entre eles destacamos o PURHIS: História Pública, Tempo e Identidades; o Laboratório do Ensino de História; e a participação em grupos transdisciplinares como o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros). Há também a criação, em 2021, da Revista Histórias Públicas, em parceria com o curso de História da Unidade Passos, propondo a divulgação de produções acadêmicas de qualidade.

Além disso, seu corpo docente e discente vem atuando no desenvolvimento de vários projetos de pesquisa, extensão, monitoria e o projeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (vigente desde 2020), sendo vários estudantes contemplados com bolsas ou com atuação voluntária nos projetos. Merecem destaques os projetos “História e Geografia para além dos muros: compartilhando experiências e incentivando à formação universitária”, atuando na divulgação dos cursos de História e Geografia nas redes de ensino básico; o “Hora da UEMG: diálogos entre o saber acadêmico/científico e o saber popular”, em parceria com a Rádio Educativa FM (local no município de Carangola), também de divulgação acadêmica e científica das produções da UEMG Unidade Carangola para a comunidade da região; e o “Pré-Vestibular Comunitário UEMG/EDUCAFRO”, servindo também de incentivo e preparação dos alunos do Ensino Médio para adentrarem ao ambiente universitário.

Merecem destaque também os projetos “Arquivo e Memória: fontes e metodologias para a construção de uma história regional” e “Museu virtual colaborativo Memórias da UEMG Unidade Carangola”, voltados para a preservação da memória, da história e da cultura da região da Zona da Mata mineira, preocupando-se em organizar e divulgar material encontrado no Museu e Arquivo Municipal de Carangola, um dos maiores acervos documentais da região. Portanto, além da qualificação do mercado docente de História, o curso contribui para a preservação e a divulgação da memória da região, o que acaba por afetar o contexto educacional regional, uma vez que nossas ações atingem professores e alunos das escolas da cidade e região, bem como nossos discentes se inserem no mercado dentro dessa perspectiva educacional mais ampla.

Como todo curso de licenciatura, o curso de História da UEMG – Unidade Carangola, deve ter seu foco na formação de profissionais que irão atuar na sala de aula, como professores do ensino fundamental e médio, notadamente (mas não exclusivamente). Não se pode, no entanto, esquecer que a pesquisa, importante em todos os campos acadêmicos, é

um dos pontos fulcrais do fazer histórico. A pesquisa, movida pela indagação e problematização histórica, é essencial na formação do professor/historiador. Assim, a reestruturação contida neste Projeto Pedagógico é também movida por não perder de vista a importância da formação teórica e prática específicas de História.

Busca-se a formação de um profissional habilitado a contextualizar, problematizar, apto a teorizar sobre a prática sem deixar de praticar a teoria e, a partir daí, cultivar horizontes de transformação e melhoria de sua própria vocação e propor soluções derivadas de uma atuação crítica e criativa. O eixo da organização curricular fundamenta-se na reflexão e crítica historiográfica, ou seja, na ideia de que a capacidade de interpretação da urdidura de sentidos é mais pertinente que o ajuntamento de fatos, datas e personagens excepcionais. Com isso, destaca-se a importância creditada à relação entre teoria e prática em campo do saber que desde há muito tomou seus métodos e categorias de análise como objetos de sua própria investigação.

Desse modo, o profissional de História que desejamos formar neste curso, integra as dimensões da prática do pesquisador que pensa as várias dimensões do ensino pois não se imagina um bom professor de História sem a pesquisa histórica. A filosofia do Curso de História está sedimentada no conceito de professor pesquisador, isto é, na formação profissional integrada, das atividades de magistério - formação do profissional para o ensino fundamental e médio - e da produção do saber histórico.

A cidade de Carangola é privilegiada no que se refere a fontes de pesquisas. O Museu e Arquivo Municipal conta com um rico acervo de jornais, fotografias, documentos e peças diversas, abrangendo não apenas o município sede, mas toda a região do seu entorno, e compreendendo um período que vai do final do século XIX aos dias atuais. Trata-se de um local já utilizado como fonte de pesquisa em projetos de pesquisa e extensão por alunos e professores da Unidade Carangola, muitos inclusive vinculados a editais de fomento. Encontram-se, também, no Museu mais de 20 mil peças extraídas do Sítio Arqueológico Córrego do Maranhão, retiradas entre 2008 e 2009. A maioria dessas peças ainda não foi devidamente trabalhada e estudada.

É importante destacar que a existência do Museu em nossa cidade influenciou a montagem da Matriz Curricular do curso. Existem duas disciplinas obrigatórias, “Patrimônio Histórico e Cultural” e “Arquivos e Museus” com o objetivo de proporcionar aos alunos uma

formação que possa ajudá-lo a entender a importância da preservação do patrimônio e da pesquisa em fontes primárias. Além daquelas disciplinas, ainda são oferecidas a disciplina obrigatória História de Minas Gerais, e disciplinas optativas na área de História Regional a fim de proporcionar os conhecimentos necessários para o estudo e pesquisa naquela área e nas possíveis “memórias” ali existentes. Assim, a História Regional poderá ser não apenas incentivada, mas melhor pesquisada, entendida e explicada através do acesso ao acervo do Museu e na preparação de material referente às especificidades locais. A produção de História Regional é mais do que necessária para o melhor conhecimento do processo histórico de formação de nossa sociedade.

No que tange aos conteúdos curriculares desta proposta, não se pode negligenciar também a importância do diálogo da área de História com outras áreas afins, fator contemplado na oferta das disciplinas “Sociologia”, “Filosofia”, e “Antropologia”. Na mesma direção, a matriz curricular atende às obrigatoriedades contidas nas legislações vigentes, a respeito da importância do debate de temas transversais, a partir das disciplinas “Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira e Indígena”, “História da África”, “Educação Ambiental e Sustentabilidade”, “Direitos Humanos, Gênero e Ensino de História”, “História e Relações de Gênero” e “História dos Povos Indígenas”. Por fim, o sistema de optativas (duas em semestre par, e outras duas em semestre ímpar) visa uma maior flexibilidade curricular, possibilitando ao estudante melhor optar/escolher por disciplinas que atendam seus interesses.

Uma vez que as disciplinas do curso têm relações com as transformações, as mudanças operadas procuram estar em sintonia com as mudanças da sociedade e as necessidades e demandas dos profissionais licenciados. Busca-se, com esse novo desenho, que o egresso do curso de História tenha domínio do conteúdo e a compreensão crítica daquilo que ensina e faz; conheça as novas tecnologias e que as utilize, de acordo com o projeto político de emancipação do ser humano; que tenha na sua formação uma especificidade que contribua para o trabalho coletivo e interdisciplinar na escola; e que tenha a compreensão das relações entre a escola e a sociedade.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. Histórico da Instituição

A concepção que fundamentou a criação da UEMG foi a de que era necessário construir, nas diferentes regiões do Estado, uma consciência equilibrada de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, percebeu-se que as fundações educacionais precisavam ter seu papel redefinido dentro da estrutura educacional do Estado, pois naquela conjuntura a situação jurídica dessas era complexa e muitas delas funcionavam de forma precária. Sentiu-se, então, a necessidade de se reorganizar o sistema estadual de educação superior mineira, na perspectiva de integrar as instituições de educação superior da Capital às IES das várias regiões do Estado.

Partiu-se do princípio de que o ensino superior mineiro seria mais eficaz e de melhor qualidade se as instituições do interior atendessem às demandas de sua região e, ao mesmo tempo, trabalhasse em colaboração com outras do estado e com as de Belo Horizonte, de maneira a construir uma rede de ensino que oferecesse cursos em todas as áreas do conhecimento e abrangesse todo o Estado. Dessa forma, seriam observados os princípios de cooperação e de regionalização. A interiorização do ensino superior no Estado se tornaria mais completa e eficiente.

Nessa perspectiva, surgiram as primeiras tentativas de consolidação de uma universidade estadual norteadas pela premissa do máximo aproveitamento da rede de ensino superior já instalada, constituída por fundações educacionais. A criação dessas IESs deveria ocorrer a partir da reorganização da situação das fundações educacionais já existentes, com a absorção, como unidades, pela Universidade do Estado de Minas Gerais, na forma prevista no § 1º do artigo 82 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

A UEMG foi criada em 1989, mediante determinação expressa no Art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição do Estado de Minas Gerais. Sua estrutura foi regulamentada pela Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, estando vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES, à qual compete formular e implementar políticas públicas que assegurem o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação e o ensino superior.

O Campus de Belo Horizonte teve sua estrutura definida por essa mesma lei, que autorizou a incorporação à UEMG de fundações públicas com sede na Capital, que, à época,

ofereciam basicamente o ensino de graduação: a Fundação Mineira de Arte Aleijadinho (FUMA), hoje transformada em duas escolas (Escola de Música e Escola de Design); a Fundação Escola Guignard; o curso de Pedagogia do Instituto de Educação, transformado na Faculdade de Educação de Belo Horizonte, e o Serviço de Orientação e Seleção Profissional – SOSF, hoje convertida em Centro de Psicologia Aplicada – CENPA.

Pelo Decreto nº. 36.639, de 10/01/95, transferiu-se para os quadros da UEMG o pessoal docente e administrativo das entidades incorporadas. Posteriormente, seu Estatuto fora aprovado pelo Decreto nº. 36.898, de 24 de maio de 1995, e seu reconhecimento se deu pelo Conselho Estadual de Educação, publicado no Diário de “Minas Gerais”, órgão oficial do Estado, em 28 de fevereiro de 1996.

Compõe o Campus Belo Horizonte ainda, a Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves, criada pela Resolução CONUN/UEMG Nº 78, de 10 de setembro de 2005, com vistas a contribuir para a consolidação da missão institucional da UEMG relativa ao desenvolvimento de projetos de expansão e diversificação dos cursos oferecidos e, para a ampliação do acesso ao ensino superior no Estado.

No interior, a UEMG realizou, em convênio com prefeituras municipais, a instalação do curso de Pedagogia fora de sede em Poços de Caldas e das Unidades Acadêmicas em Barbacena, Frutal, João Monlevade, Leopoldina e Ubá com a oferta de cursos que buscam contribuir para a formação de profissionais e para a produção e difusão de conhecimentos, que reflitam os problemas, potencialidades e peculiaridades de diferentes regiões do Estado, com vistas à integração e ao desenvolvimento regional.

Por meio da Lei nº 20.807, de 26 de julho de 2013, foi prevista a estadualização das fundações educacionais de ensino superior associadas à UEMG, de que trata o inciso I do § 2º do art. 129 do ADCT, a saber: Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola; Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, de Diamantina; Fundação de Ensino Superior de Passos; Fundação Educacional de Ituiutaba; Fundação Cultural Campanha da Princesa, de Campanha e Fundação Educacional de Divinópolis; bem como os cursos de ensino superior mantidos pela Fundação Helena Antipoff, de Ibirité, estruturada nos termos do art. 100 da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, cujos processos de estadualização foi encerrado em novembro de 2014. A Figura 1 demonstra a localização das Unidades que compõem a UEMG no estado de Minas Gerais, nas regiões intermediárias do estado.

Figura 1

Distribuição das Unidades da UEMG segundo regiões
Intermediárias de Minas Gerais



Fonte: uemg.br/unidades

Com as últimas absorções efetivadas, a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG assumiu uma posição de grande relevância no Estado, ofertando mais de 120 cursos de graduação (dois deles na modalidade à distância), com mais de 20 mil estudantes, e presença em 16 municípios de Minas Gerais, contando ainda com polos de ensino a distância em 13 cidades mineiras.

Através da Reitoria, das unidades do Campus BH e das unidades do interior, e dos polos de EaD, a UEMG atua de forma integrada com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e demais instituições a ela vinculadas, estabelecendo relações com a comunidade científica e órgãos de fomento à pesquisa e extensão.

Para se firmar no contexto do Ensino Superior no Estado e buscando estar presente em suas mais distintas regiões, a UEMG adota um modelo multicampi, se constituindo não apenas como uma alternativa aos modelos convencionais de instituição de ensino, mas

também de forma política no desenvolvimento regional. Assim, a Universidade apresenta uma configuração ao mesmo tempo, universal e regional. Deste modo, ela se diferencia das demais pelo seu compromisso com o Estado de Minas Gerais e com as regiões nas quais se insere em parceria com o Governo do Estado, com os municípios e com empresas públicas e privadas.

Pela análise da história da UEMG desde sua criação, e de suas unidades, permite afirmar que a Universidade do Estado de Minas Gerais representa uma alternativa concreta aos modelos convencionais de instituição de ensino, e experiência rica de aproximação do Estado mineiro com suas regiões, por acolher e apoiar a população de Minas onde vivem e produzem. Por sua vocação, tem sido agente do setor público junto às comunidades, colaborando na solução de seus problemas, através do ensino, da pesquisa e da extensão e na formação e implementação de seus projetos e política de desenvolvimento regional.

As finalidades e competências da UEMG foram instituídas pelo Decreto nº 45.873, de 30 de dezembro de 2011 com o fito de promover atividades de ensino superior, pesquisa e extensão, observadas as políticas formadas pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES.

2.2. Histórico da Unidade Acadêmica de Carangola

A Unidade Acadêmica de Carangola da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, tem sua história vinculada à da Fundação FAFILE de Carangola que teve início na década de 1970, quando a cidade de Carangola e outras do seu entorno, como as demais regiões do interior do país, demandavam por programas de formação superior, principalmente, por cursos de Licenciatura, uma vez que a população estudantil procurava os grandes centros, distantes de sua residência o que, além dos transtornos que acarretava, implicava gastos extras, muitas vezes, incompatíveis com o poder aquisitivo da comunidade.

Visando atender a essa necessidade social da região, a Fundação FAFILE de Carangola solicitou o credenciamento de sua mantida, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola – FAFILE que iniciou suas atividades com a oferta dos seguintes Cursos de Licenciatura: Ciências/Matemática, História, Letras e Pedagogia autorizados pelo Decreto nº 70.411, de 14 de abril de 1972, que Autoriza o Funcionamento da Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras de Carangola/MG, publicado no Diário Oficial da União em 17 de abril de 1972.

Em seguida, são instalados os cursos de Geografia, autorizado através do Decreto Estadual nº 41.547, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 20 de fevereiro de 2001 e Ciências Biológicas autorizado pelo Decreto Estadual nº 43.153, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 11 de janeiro de 2003. Em 2002, o Decreto CEE/Nº 42.624 de 02 de agosto de 2002, credenciou a Faculdade de Ciências Exatas – FACEX para implantação do Curso de Sistemas de Informação, autorizado pelo Decreto Estadual nº 42.824, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais. Entretanto, a criação de novos cursos aliada à necessidade da articulação das atividades pedagógicas e administrativas das IES levou a mantenedora a solicitar a junção de suas mantidas.

Assim, atendidos os requisitos legais e pela aprovação do seu Regimento através do Parecer CEE nº 93/07 publicado no Diário Oficial de Minas Gerais em 10 de fevereiro de 2007 foram criadas as Faculdades Vale do Carangola – FAVALE, pela junção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola – FAFILE e da Faculdade de Ciências Exatas – FACEX, mantidas pela Fundação FAFILE de Carangola. Através do Decreto Estadual publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 02 de junho de 2007, a FAVALE obtém autorização para o funcionamento dos cursos de Administração e de Turismo e pelo Decreto publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 30 de julho de 2008 fica autorizada a criação do Curso de Serviço Social.

Sediada na Praça dos Estudantes, 23, Bairro Santa Emília, município de Carangola, ao longo de sua trajetória na área de educação por 50 anos, esta Instituição de Ensino Superior se dedicou à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica qualificando desde seu funcionamento aproximadamente 9.000 profissionais.

Tendo em vista a Portaria MEC/CNE Nº 4.059 de 10/12/04, a partir do segundo semestre de 2008, deu-se início ao trabalho com disciplinas na modalidade de ensino a distância. Essas disciplinas foram incorporadas, gradativamente, nos seus cursos reconhecidos na modalidade de ensino a distância. Cumpre ressaltar que, o deslocamento das atividades presenciais para aquelas na modalidade de ensino a distância, nos cursos de graduação existentes na IES, implicou à utilização de um desenho pedagógico, diferenciado, isto é, de

um tipo de ensino pautado na participação, na coautoria e na aprendizagem baseada na construção do conhecimento em rede.

Dessa forma, um novo papel foi solicitado ao professor, pois para viabilizar a implementação dessa nova modalidade de ensino foi importante contar com os recursos tecnológicos da plataforma *moodle* e da metodologia da educação à distância. Tendo em vista a manutenção do mesmo padrão de qualidade da modalidade presencial, a IES não só realizou atividades de capacitação em Educação a Distância – EaD para professores e pessoal técnico-administrativo como também elaborou Orientações Gerais, para as atividades em EaD, cuja finalidade foi imprimir um eixo comum às práticas docentes dos professores, no que se refere ao desenvolvimento das atividades na modalidade de ensino a distância e ao atendimento ao aluno.

Dentre as estratégias adotadas pela Instituição para sua expansão qualitativa, ressaltam-se: a implantação de parcerias com órgãos de fomento local, regional, estadual e federal, especialmente para a execução de estágios obrigatórios, e inclusive aqueles remunerados; a criação do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão – NUPEX; a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão; implantação de programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*; a revisão dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação.

Complementando as opções de formação pedagógica oferecida pela Fundação FAFILE foi implantada, em 2005, a Escola de Formação Profissional com priorização inicial da área Agropecuária. Na tentativa de expandir sua atuação, bem como iniciar um Programa de Formação Continuada ofereceu: – cursos de Qualificação Profissional em parceria com o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; Telessalas de Minas, conveniadas com Prefeituras Municipais do entorno da IES; Programa de Capacitação de Professores do Ensino Médio – Pró Ciências patrocinados pela CAPES/ME, SEMT/MEC, SECT/MG e SEE/MG; Programa de Capacitação de Professores – PROCAP – Escola Sagarana, através do Edital de Licitação nº 04/2000 da SEE/MG; Programa para Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais SIMAVE/PROEB, nos anos de 2000 e 2001, atendendo a todos os alunos da SRE de Carangola e da SRE de Manhuaçu; Projeto Veredas – Formação Superior de Professores para atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, modalidade a Distância, capacitando 422 professores em exercício nas Escolas Públicas das SRE de Guanhães e de Governador Valadares.

Procurando desenvolver um amplo e diversificado conjunto de ações tendo em vista obter uma maior articulação com órgãos, entidades, empresas, prefeituras e outras instituições voltadas para a educação e o ensino, a FAVALE manteve, parcerias com: I – Prefeitura Municipal de Carangola para realização do Projeto TIM: grandes escritores, FAFILE na Maior Idade, realização do Estágio Curricular Supervisionado, Cursos de Formação Continuada de Professores e outros; II – Prefeituras Municipais do seu entorno para deslocamento de alunos dos cursos de graduação até a FAVALE, III – Superintendências Regionais de Ensino – SREs, para oferecimento de Cursos de Formação Continuada de Professores, expedição de certificados, realização de Estágio Curricular Supervisionado.

Em 27 de julho de 2013 foi assinada a Lei nº 20.807, que dispôs sobre os procedimentos para que a absorção das fundações educacionais de ensino superior associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais se efetivasse.

Em 30 de novembro de 2013, por meio do Decreto nº 46.539, a Instituição Faculdades Vale do Carangola foi absorvida pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. A partir desta data, surge, na Zona da Mata Leste de Minas, a primeira universidade pública desta região que segue suas atividades, agora, como uma instituição pública, gratuita e de qualidade.

Começa então o funcionamento da Unidade Carangola da UEMG, com o objetivo principal de manter e desenvolver, de conformidade com a legislação federal e estadual pertinente, estabelecimento integrado de ensino, extensão e pesquisa, de nível superior, destinado a proporcionar, a esse nível, formação acadêmica e profissional.

Dentre as estratégias adotadas para continuidade de sua expansão qualitativa, ressaltam-se: a criação do Núcleo de Estágio – NUE; a criação do Núcleo de Assistência Estudantil – NAE; a criação do Diretório Acadêmico Estudantil; a curricularização da extensão obrigatória; a implantação dos programas de Monitoria e Estágio Remunerado; a implantação de outros programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*; a criação de revistas de publicação acadêmica como a *Sapiens* e a *Histórias Públicas*; a criação de PPCs para implantação de novos cursos de graduação, e Pós- Graduação *Strictu Sensu*; a implantação de novas parcerias com órgãos de fomento local, regional, estadual e federal, especialmente com as secretarias municipais. De 2014 até os dias atuais a Unidade formou aproximadamente 2.000

profissionais, contribuindo para a democratização do acesso ao ensino superior público e gratuito no Estado e para maior integração e desenvolvimento das regiões.

2.3. Realidade Regional

O município de Carangola encontra-se no interior do estado de Minas Gerais, na parte Sudeste deste estado, denominada Zona da Mata mineira, ocupando uma área de 353,404 km² e com população foi estimada, segundo último censo, em 33.463 habitantes. Trata-se de uma porção regional caracterizada pelo domínio de pequenos municípios com predominância de atividades do setor primário e terciário (IBGE, 2022). A microrregião de Muriaé/MG, na qual se encontra o município de Carangola – MG, reforça essas características com ênfase para a cafeicultura, pecuária e o setor de serviços, no qual a educação ainda é relevante.

Figura 2

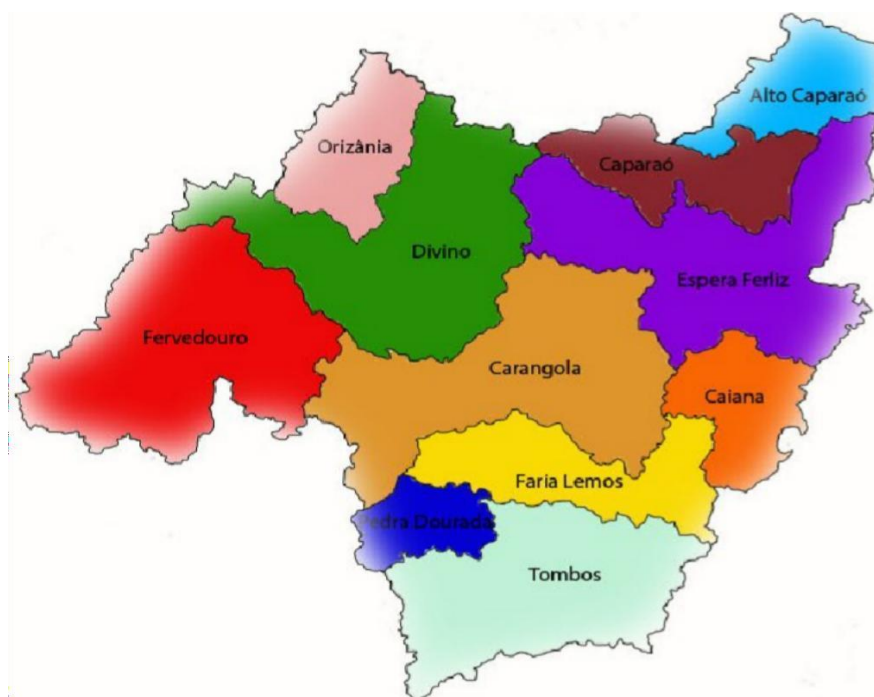
Microrregião de Muriaé



Fonte: IBGE

A área de influência da Unidade Carangola envolve principalmente a Superintendência Regional de Ensino de Carangola – 5ª SRE, a qual é composta por 11 (onze municípios) com 232 escolas, sendo 33 estaduais, 181 municipais e 18 privadas. Engloba ainda outros municípios do Estado de Minas Gerais pertencentes a outras Superintendências de Ensino como: Alto Jequitibá, Leopoldina, Muriaé, Manhuaçu, Manhumirim, Pedra Bonita, São Francisco do Glória, São João do Manhuaçu, Santa Margarida. Além dos municípios mineiros já mencionados, a área de influência da Unidade Acadêmica de Carangola se estende, ainda, para municípios do Estado do Rio de Janeiro como Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda; e para os municípios do sul-capixaba como Alegre, Dorcas do Rio Preto, Guaçuí e Venda Nova do Imigrante.

Figura 3
SRE– Carangola



Fonte: <http://srecarangola.educacao.mg.gov.br>

Os municípios no entorno de Carangola apresentam situação econômica semelhante, com base agropecuária, embora uma considerável parcela de sua população economicamente ativa, como é o caso de boa parte dos estudantes desta Unidade, sobrevive graças a trabalhos oferecidos pelo comércio local ou por instituições públicas, sobretudo prefeituras. Tratando-se da realidade sócio-cultural o cenário da região mostra-se precário: há poucas bibliotecas e as existentes possuem acervo deficitário; a falta de cinemas e teatros impede o acesso a essas artes; dificuldades criadas pela distância física no que concerne ao contato com universidades e outros centros de difusão do saber, entre outros entraves.

Acerca do contexto regional delineado, a Unidade Acadêmica de Carangola da UEMG exerce papel preponderante, no sentido de tornar menos impactantes os efeitos decorrentes das carências descritas, de modo a formar um profissional que saiba preservar seus elementos identitários, sem ignorar uma visão global de sociedade e de políticas essenciais ao estar no mundo. Ademais, a Unidade vem acumulando em sua história ampla experiência na formação de profissionais na área de educação em nível de graduação nos cursos de licenciatura em Letras Português/Inglês, Pedagogia, Ciências Biológicas, História, Geografia e Matemática.

3. JUSTIFICATIVA

Conforme os dados mencionados anteriormente, a microrregião de Muriaé, com seus 300 mil habitantes aproximadamente, abriga o funcionamento de apenas dois cursos de História, sendo um na Unidade Carangola da UEMG, único oferecido por uma universidade pública na região. Essas informações demonstram a importância não só do curso de História mas da UEMG – Unidade Carangola como um todo na região. Esta, demonstra sua influência como formadora de profissionais para a educação básica, através de seus cursos de licenciatura e, através do curso de História, formadora também de recursos humanos para instituições público-privadas ligadas ao patrimônio histórico e cultural.

Destaca-se mais uma vez que o curso é voltado para atender não só ao município de Carangola, mas toda a área próxima através do vestibular convencional, e também a todos aqueles que ingressam através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Sistema de Seleção Unificado (SISU). Contando com mais de 50 anos de atividade, iniciados com a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Carangola, sucedida pelas Faculdades Vale do

Carangola e, hoje, UEMG – Unidade Carangola, calcula-se formação de cerca de 1200 professores de História.

O processo de reestruturação do presente Projeto Pedagógico Curricular do Curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola e, por conseguinte, de todo o curso, foi iniciado através de debates que contaram com a colaboração de professores e alunos, tendo em vista oportunizar uma maior participação de todos os envolvidos e interessados no curso, bem como abarcar a complexidade e singularidade da atuação profissional dos egressos.

A construção desse diálogo, em conjunto, objetiva a formação do saber construído, baseado em critérios de cientificidade, que permitam a aptidão do professor para atuar junto ao mundo do trabalho de forma crítica, reflexiva e consciente, exercendo sua cidadania pessoal e ocupando o seu espaço profissional, e de acordo com as novas exigências da comunidade escolar e as novas estruturas organizativas do mundo atual.

Boa parte da justificativa dessa reestruturação decorre também de deliberações construídas ao longo do tempo, tendo como referência as demandas do curso, bem como as mudanças na legislação pertinente, estabelecendo novos parâmetros concernentes às cargas horárias dos cursos, às práticas como componentes curriculares, ao estágio supervisionado, à curricularização da extensão, entre outras providências que se materializam, efetivamente, nas reformulações curriculares que reorientem as concepções didático-pedagógicas, para viabilizar o alcance dos objetivos gerais pretendidos, em conformidade com os requisitos das áreas de conhecimento.

Assim, ao considerar o disposto na legislação pertinente e nos debates e opiniões dos envolvidos no processo, a reestruturação do presente Projeto Pedagógico tem como ponto de partida o compromisso social, incorporando o ponto de vista da conjuntura contemporânea, como também o consenso sobre a estruturação curricular, os tópicos a serem trabalhados em cada uma das disciplinas, as condições de oferta do Curso e as formas de organização do processo ensino-aprendizagem.

4. LEGISLAÇÃO

Esta justificativa procura ainda contemplar as exigências legais com base nas diretrizes fundamentais estabelecidas nos principais documentos que seguem relacionados:

- 1) Lei 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- 2) Parecer CES/CES 492/2001, de 03 de abril de 2001 e Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002, que traçam as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação, inclusive para os cursos de História, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001 (12/12/2001);
- 3) Resolução CNE/CP 1/2004, de 17 de junho de 2004, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana;
- 4) Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- 5) Resolução CNE/CP 1/2012, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- 6) Resolução CNE 2/2012, de 15 de junho de 2012, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- 7) Resolução CEE/MG nº 502, de 21 de outubro de 2025 - Fixa normas para credenciamento e credenciamento de Instituições de Educação Superior, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos da Educação Superior, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, e dá outras providências;
- 8) Resolução COEPE/UEMG 132/13, de 13 de dezembro de 2013, que Regulamenta a Implantação do Regime de Matrícula por Disciplina nos cursos de graduação da UEMG;
- 9) Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 46.352, de 25 de novembro de 2013;
- 10) Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais (Resolução CONUN 374/2017);
- 11) Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da

Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura);

12) Resolução CONUN/UEMG Nº 593 DE 19 DE MAIO DE 2023, que Regulamenta as atividades de extensão realizadas pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG sob a forma de prestação de serviços à comunidade.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

5.1 Concepção, Finalidades e Objetivos.

O Projeto Pedagógico do Curso de História enfatiza a necessidade de consolidação e ampliação de diretrizes já reconhecidas no âmbito da pesquisa e do ensino de História. Procura acentuar a articulação entre teoria e prática, dotando o corpo discente das habilidades necessárias à investigação científica e ao trabalho pedagógico, este compreendido para além do espaço da sala de aula, dadas as responsabilidades apontadas pela própria legislação educacional, referentes aos planejamentos político-pedagógicos e às estratégias de articulação entre espaço escolar e comunidade.

Para o efeito, torna-se indispensável a superação da ideia acerca de uma suposta dicotomia entre a prática pedagógica e o fazer profissional do historiador. Embora impliquem dinâmicas e temporalidades diferenciadas, os dois momentos possuem relações inerentes e determinações recíprocas. Frisá-las permite qualificar a intervenção docente em diversos campos de seu domínio, a exemplo daqueles relacionados à memória, ao patrimônio, às políticas culturais e à promoção do exercício da cidadania.

O profissional da área de História não deve perder de vista seu papel ativo na vida social. Sua formação deve considerar as transformações contemporâneas operadas no mercado de trabalho, no perfil e na qualificação exigida para a execução de suas atividades. Igualmente, pressupõe a análise e a possível assimilação de novas demandas por saberes que venham a contribuir com o aperfeiçoamento da pesquisa e do ensino de História. Os fatores

em questão requerem, portanto, um exame rigoroso e continuado do tipo de profissional a ser formado pelos cursos de História, instados a considerar as dinâmicas societárias, em suas mudanças e permanências, e relacioná-las com as atividades pedagógica e de pesquisa próprias a sua área do conhecimento. Entendemos que essas premissas devem orientar o Curso de História, cuja atual estrutura curricular foi pensada para garantir aos discentes uma formação como historiador e professor, vislumbrando sua atuação tanto na educação básica como no ensino superior.

Nesse sentido, as instituições de ensino superior devem oferecer uma formação sólida para seu corpo discente, de modo a garantir-lhe possibilidades de crescimento intelectual e de inserção efetiva no mercado de trabalho. No caso do curso de história, seus egressos estarão habilitados para atuar tanto em instituições de educação básica e de ensino superior como no âmbito de museus, arquivos e centros de documentação. Ademais, poderão executar atividades de planejamento de políticas públicas relacionadas ao patrimônio histórico-cultural. Sendo assim, o curso tem como perspectiva a formação de profissionais voltados para o ensino de História e a produção historiográfica, capazes de refletir criticamente sobre a dinâmica e as implicações dos processos de construção da memória coletiva. Pretende, ainda, formar profissionais aptos a atuar em instituições que lhe dão suporte (arquivos, museus, centros de documentação, etc.), os quais cumprem a importante função de intervir local e regionalmente nos processos de produção de representações acerca do saber histórico e do patrimônio histórico-cultural.

É importante ressaltar ainda que o curso, como já mencionado, atento às orientações e diretrizes do MEC, visa à promoção da reflexão sobre a Educação para a Diversidade, a qual se realiza tanto por meio de disciplinas como “Libras”, “Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, “Antropologia”, “História da África”, “História dos Povos Indígenas”, assim como por intermédio de trabalhos interdisciplinares, seminários, debates e visitas técnicas. Em tais disciplinas, debate-se a necessidade de combater o racismo e o mito da democracia racial presente na cultura brasileira, a necessidade de dar visibilidade à estética, aos valores, à herança, enfim, à cultura indígena e afro-brasileira, justificando a importância de se trabalhar as Relações Étnico-Raciais. O amparo legal para tal prática encontra-se na Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, modificada pela Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino

fundamental e médio. Além disso, foram publicadas, em 2005, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e dos Povos Indígenas.

Já o amparo legal para a Educação em Direitos Humanos encontra-se na Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação e Parecer CNE\CP nº 8\2012. No Curso de História, esses debates são tratados especialmente nas disciplinas de “Direitos Humanos, Gênero e Ensino de História”, e “História e Relações de Gênero” e por meio de trabalhos e ações interdisciplinares, participações em grupos de estudos, bem como disciplinas optativas.

No mesmo diapasão, a educação ambiental é tema recorrente na agenda social do mundo contemporâneo. Educar para a sustentabilidade significa educar homens e mulheres para reconhecer o planeta que ocupamos como espaço de toda a humanidade e a natureza como um valor em si. A Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece a Educação Ambiental como prática integrada aos currículos dos cursos de graduação, de forma contínua e permanente. No Curso de História, esses debates são tratados especialmente nas disciplinas de “Educação Ambiental e Sustentabilidade”, e “Antropologia” e por meio de trabalhos e ações interdisciplinares, bem como disciplinas optativas.

A concepção, as finalidades e os objetivos do curso visam ao atendimento das políticas institucionais constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade do Estado de Minas Gerais (PDI - UEMG 2023-2027).

5.2 Identificação das demandas profissionais e sociais que o curso busca atender em termos técnicos, científicos e sociais

O Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Unidade Carangola, recebe, em sua maioria, estudantes do município em que se encontra e de diversas cidades da região sudeste da Zona da Mata mineira, tais como: Espera Feliz, Divino, Caiana, Tombos, Faria Lemos, Fervedouro, Caparaó, Pedra Dourada, Orizânia entre outras; inclusive municípios fora do Estado de Minas Gerais como Porciúncula e Dolores do Rio Preto. Tendo em vista a localização geográfica e a pouca presença de mais cursos na região, cabe destacar que a instituição contribui para a formação de profissionais que

atualmente se inserem na docência em instituições de educação básica, públicas e privadas da referida região.

Além da formação de Docentes para atender às demandas regionais, o Curso também oferece aos seus discente, em acordo com a Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020, competências e habilidades para trabalhar com as políticas públicas de memória e patrimônio, em órgãos e instituições públicas e privadas, contribuindo dessa forma para as demandas regionais de desenvolvimento de ações e projetos que visem promover o patrimônio cultural e a formação e preservação de acervos históricos.

5.3 Perfil profissional do egresso e das habilidades e competências conferidas pelo curso

O/A egresso/a do curso, tem habilitação em licenciatura para atuar como professor(a) na educação básica, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), como aponta a Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador. E, em acordo com a da Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, a formação na área da educação prevê que o/a egresso/a tenha habilidade de planejar e reger aulas, gerir espaços educacionais, construir projetos de ensino, realizar avaliações de acordo com ano e competências dos/as estudantes da educação básica. Ademais, o/a mesmo/a será capaz de elaborar metodologias que valorizem a interdisciplinaridade; o uso das tecnologias e, mais especificamente no campo da história, a elaboração de dinâmicas educacionais que dialoguem com a realidade dos/as estudantes.

Além dessa formação específica ligada à licenciatura, o egresso está qualificado para atuar em quaisquer órgãos ou instituições privadas ou públicas que lidem com a questão da memória, da história regional, do patrimônio e da cultura. Ademais, como dispõe a Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020, o/a egresso/a também possui atribuições na organização e direção de serviços de documentação histórica; avaliação e assessoramento de documentos para fins de preservação e organização de informações para publicações e exposições.

O curso de Licenciatura em História oferecido pela Unidade Carangola tem como objetivo a formação de profissionais voltados para o ensino de História na Educação Básica,

capacitados para o exercício do trabalho do Historiador em todas as suas dimensões. Nessa perspectiva, e diante das legislações vigentes, o profissional formado pelo Curso de Licenciatura em História deve:

1. Ter conhecimento profissional e engajamento na atuação docente, mediados pelo domínio dos conhecimentos históricos e pela didática na construção da aprendizagem na educação básica;
2. Dominar questões pertinentes à natureza do conhecimento histórico e suas metodologias, bem como as suas relações com as temporalidades;
3. Compreender as estruturas e funcionamento da educação no Brasil, no campo da legislação, gestão escolar, currículo e avaliações, bem como se envolver na formulação do Plano Político Pedagógico da comunidade escolar em que atua, necessários à prática docente;
4. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua comunicação não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural e da memória;
5. Compreender e estabelecer relação entre ensino e pesquisa, reforçando as características de professor/a pesquisador/a e concepção de escola como espaço de construção de conhecimento;
6. Considerar a importância da formação inicial e continuada de professores/as na construção de processos de ação e reflexão docentes engajados com aprendizagem e a formação cidadã.

Além da marcante inserção dos egressos na docência ao longo da sua formação, outras importantes atuações dos mesmos são: nos museus, arquivos e centros culturais de toda a região; nos projetos de pesquisa e projetos de extensão coordenados pelos/as professores/as do curso. Nesse sentido, é possível afirmar que o perfil do egresso é marcado pelas experiências da tríade do ensino superior e na formação para a divulgação do conhecimento elaborado durante a graduação.

As características do curso de licenciatura em História supracitadas permitem aos profissionais uma atuação privilegiada no ensino, pesquisa e extensão de forma a promover uma formação nos preceitos dos cursos superiores. Tendo em vista, o foco de atuação

regional e as habilidades acima explicitadas, o perfil profissional do concluinte está alicerçado em alguns pontos. Tais como, pensamento crítico acerca da realidade maior do país e da sua região e com uma atuação fundamentada na eticidade, levando em conta a responsabilidade e os deveres sociais que a profissão acarreta. E, também, um profissional qualificado/a para a atuação na educação e na pesquisa, quer seja ela feita no campo da educação quer seja ela feita pelo campo científico da história e comprometido com sua formação continuada.

Apesar de não existirem trabalhos sistematizados sobre a atuação profissional dos egressos do curso de História, os levantamentos feitos em várias ocasiões, como por exemplo, durante cursos de extensão, cursos de formação continuada, programas de pós-graduação *Lato Sensu* e Mestrados Profissionais possibilitaram a constatação de que os egressos do curso de História atuam, na sua maioria, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio das escolas públicas e privadas da região.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1 Formas de Ingresso.

O Curso de Licenciatura em História, da Unidade de Carangola, oferta 40 (quarenta) vagas, no turno noturno tendo como forma de ingresso vestibular e SISu. Havendo vagas remanescentes, o acesso dos discentes também poderá ocorrer mediante aprovação em processo seletivo, pelas seguintes modalidades: reopção, transferência e obtenção de novo título.

A definição do número de vagas é de competência do Conselho Universitário da UEMG, conforme previsto no Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais, instituído pelo Decreto nº 46.352, de 25 de novembro de 2013. No caso de cursos novos, aplica-se a Resolução CONUN/UEMG nº 280/2013, que estabelece que o curso deve iniciar suas atividades com, no máximo, 40 vagas e em um único turno, a ser definido pela Unidade responsável pela oferta.

Após a implementação do curso, o número de vagas passa a ser reavaliado anualmente. Esse processo é conduzido pelo CONUN, com o apoio da Pró-Reitoria de

Graduação, por meio de comissão específica instituída para essa finalidade. A análise considera critérios quantitativos, como a taxa histórica de ocupação e o preenchimento das vagas nos processos seletivos, e critérios qualitativos, como os resultados obtidos nas avaliações do Conselho Estadual de Educação e no ENADE. Com base nesses estudos, o Conselho Universitário delibera sobre a oferta de cursos e o quantitativo de vagas a serem disponibilizadas nos processos seletivos do ano subsequente.

6.1.1 Programa de Reserva de Vagas (PROCAN)

O sistema de reserva de vagas para ingresso na UEMG teve início em 2004, por meio da Lei Estadual nº 15.259, de 27 de julho de 2004, consistindo em uma política institucional de inclusão social que compõe uma das modalidades da Política de Ações Afirmativas da UEMG. Seu objetivo é auxiliar na correção das desigualdades socioeconômicas que dificultam o acesso e a permanência de grupos menos favorecidos na Universidade, como negros, quilombolas, indígenas, ciganos, pessoas com deficiência e egressos de escola pública. Assim, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior mineiro, o Programa de Seleção Socioeconômica de Candidatos criou seis categorias, dividindo a porcentagem de vagas para acesso à Universidade do Estado de Minas Gerais.

6.1.2 Regime de Matrícula.

O sistema de matrícula está organizado pelo Regimento Geral da UEMG, tanto no que se refere à matrícula dos ingressantes, quando é exigido a entrega da documentação do discente, quanto à dos(as) estudantes veteranos(as), em conformidade com as orientações contidas nos editais e no Regimento Geral, observando-se o calendário acadêmico vigente. Somente discentes regularmente matriculados poderão participar das aulas e demais atividades acadêmicas previstas no PPC dos cursos.

6.2 Proposta de Flexibilização Curricular

A estrutura curricular do curso tem como base a flexibilização vertical e horizontal, organizadas por quatro grupos centrais, que possuem articulação entre si. O grupo I é composto pelos Estudos de Formação Geral (900h). O grupo II é constituído pelas disciplinas de Aprendizagem e Aprofundamento de Conteúdos Específicos (1620h). O grupo III é formado pelas Atividades Acadêmicas de Extensão (330h) e o grupo IV pelos Estágios Curriculares Supervisionados (405h). A carga horária total do curso é de 3255 horas relógio. Vale destacar que parte das disciplinas que constituem o núcleo de formação geral e o núcleo de formação específica associam a dimensão teórica, prática pedagógica e extensionista na sua carga horária total, buscando maior integração das competências do ensino, da pesquisa e da extensão e a diluição de suas fronteiras.

6.2.1 Atendimento aos requisitos legais e normativos.

Uma análise das dezoito ementas que compõem o Núcleo I do presente PPC demonstra o cumprimento dos nove requisitos (alíneas 'a' a 'i') para o referido núcleo, detalhados na Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, além de uma concepção curricular que opta pela sobreposição intencional e pela integração entre os componentes. O ementário não se limita à verificação de requisitos, mas articula uma estrutura formativa alinhada às demandas da educação brasileira.

A estrutura fundacional do Núcleo I, exigida pela alínea (a) (princípios e fundamentos sociológicos, filosóficos, históricos e epistemológicos da educação) é estabelecida no PPC. O projeto constrói essa base em dois níveis: primeiro, com disciplinas gerais como **Sociologia**, que introduz as "correntes sociológicas clássicas", **Filosofia**, que aborda as "principais correntes e problemas filosóficos", e **Antropologia**, focada na "ciência das experiências humanas". Em seguida, aprofunda essa base com componentes aplicados – **Sociologia da Educação**, **Filosofia da Educação** e **História da Educação Brasileira** – que direcionam esse arcabouço teórico para a "compreensão do fenômeno educativo" e a "reflexão crítica sobre a prática educativa".

O alinhamento com as pautas sociais contemporâneas, centrais na Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, é outro aspecto considerado. As exigências das alíneas (b)

(princípios, valores e atitudes comprometidos com a justiça social, reconhecimento, respeito e apreço à diversidade, promoção da participação, da equidade e da inclusão e gestão democrática) e (g) (pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, educação e comunicação, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea) são atendidas por um conjunto específico de disciplinas.

Componentes como **Direitos Humanos, Gênero e Ensino de História, Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Teorias e Práticas da Educação Especial: ações inclusivas**; respondem a essas demandas. Suas ementas preveem a formação em "práticas antirracistas e decoloniais", na "defesa dos direitos humanos das populações socialmente vulneráveis" e em "ações inclusivas". Além disso, a disciplina **Educação Ambiental e Sustentabilidade** cumpre a menção da alínea (g), enquanto Inovações e as **Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação** aborda a relação entre "educação e comunicação".

A disciplina **Didática e seus Fundamentos** atende a alínea (h) (estudos de aspectos éticos, didáticos e comportamentais no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa) através do estudo de "planejamento educacional", "métodos de ensino" e "avaliação escolar", cobrindo também a alínea (i) (conhecimento sobre diferentes estratégias de planejamento e avaliação das aprendizagens, centradas no desenvolvimento pleno dos estudantes da Educação Básica).

O desenho curricular do PPC do curso de História da UEMG - Unidade Carangola utiliza as disciplinas de **Metodologia do Ensino de História I e II** como componentes de articulação ("disciplinas-nexo"). Elas servem de ponte entre a formação geral e a prática específica, cumprindo requisitos do Núcleo I. A Metodologia I articula a alínea (a) com a "legislação educacional" prevista na alínea (f') (pesquisa e estudo da legislação educacional, dos processos de organização e gestão do trabalho dos profissionais do magistério da educação escolar básica, das políticas de financiamento, da avaliação e do currículo) e o "planejamento e avaliação" previsto nas já mencionadas alíneas (c) (observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos, experiências pedagógicas e de situações de ensino e aprendizagem em instituições de Educação Básica) e (i). A Metodologia II, por sua vez, foca na "aplicação de possibilidades metodológicas" alínea (c) e no uso de

recursos que considerem as "dimensões estética, cultural, lúdica e afetiva do desenvolvimento", complementando a alínea (d) (conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial). A disciplina **Gêneros Textuais e Práticas Sociais de Linguagem** fornece a base instrumental para o "saber acadêmico" e a "prática educativa" demandada na alínea (h).

A alínea (d) também é atendida pela ementa de **Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem**, que se estrutura em torno das teorias de "Piaget, Vygotsky e Wallon". A alínea (f) volta a ser atendida na disciplina **Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira**, que aborda "políticas educacionais", "gestão da educação" e "legislação básica", com o suporte de **História da Educação Brasileira**. Por fim, a alínea (e) (diagnóstico e análise das necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade, relativas à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e, conseqüentemente, nos processos de aprendizagem) é contemplada pelas disciplinas de **Sociologia** ("Discussão de problemáticas centrais da sociedade contemporânea") e **Sociologia da Educação** ("compreensão das relações entre educação e sociedade").

A tabela a seguir sintetiza a análise desenvolvida acima. A marca "✓" indica qual alínea do artigo 13, inciso I da Resolução CNE/CP N° 4/2024 (primeira linha da tabela) é atendida nas disciplinas do presente PPC (segunda linha da tabela).

	Alínea (a)	Alínea (b)	Alínea (c)	Alínea (d)	Alínea (e)	Alínea (f)	Alínea (g)	Alínea (h)	Alínea (i)
Gêneros Textuais e Práticas Sociais		✓						✓	
Sociol	✓	✓			✓		✓		

ogia									
Inovações e as TDIC			✓				✓	✓	
Direitos Humanos, Gênero e Ens. de História		✓					✓		
Filosofia	✓	✓					✓	✓	
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)		✓					✓		
Psicologia do Desenv. e da Aprendizagem				✓					
Filosofia da Educação	✓							✓	
Sociologia da	✓				✓				

Educação									
Relações Étnico- Raciais e Cultura Afro...		✓				✓	✓		
Antropologia	✓	✓					✓		
Metodologia do Ensino de História I	✓	✓	✓			✓	✓	✓	✓
História da Educação Brasileira	✓					✓			
Estrutura e Func. da Educação Brasileira		✓	✓			✓			
Teorias e Práticas da Educação		✓		✓		✓			

Especi al									
Didáti ca e seus Funda mento s		✓	✓					✓	✓
Metod ologia do Ensino de Históri a II		✓	✓	✓			✓	✓	
Educa ção Ambie ntal e Susten tabilid ade							✓		

Fonte: elaboração Própria

Em suma, a análise do ementário do presente PPC frente à Resolução CNE/CP N° 4/2024 evidencia conformidade com as exigências normativas. A arquitetura curricular proposta cobre os requisitos do Núcleo I através da articulação entre os componentes e demonstra alinhamento com os princípios éticos e sociais das diretrizes nacionais.

Este projeto pedagógico também atende às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de História conforme Parecer CNE/CES 492/2001, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) estabelecidas pela RESOLUÇÃO CNE/CP N° 4, DE 29 DE MAIO DE 2024.

Carga horária:

- Núcleo 1: Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos distribuídos nas disciplinas de formação geral, totalizando 900 horas;

- Núcleo 2: Conteúdos distribuídos nas disciplinas de conhecimentos específicos, totalizando 1620 horas;
- Núcleo 3: Atividades de extensão como componente curricular obrigatório (330 horas) articuladas a projetos integradores do curso de História, e também da Unidade Carangola;
- Núcleo 4: Disciplinas de Orientação de Estágio Supervisionado de I a VIII (120 horas), somados aos Estágios Curriculares Supervisionados de I a VIII (285 horas), totalizando este grupo 405 horas.

Temáticas, sendo no grupo 1:

- Diretrizes curriculares e seus marcos legais – conteúdo contemplado nas disciplinas História da Educação Brasileira, e Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira.
- Didática e seus fundamentos – conteúdo contemplado nas disciplinas Didática e seus Fundamentos, e Metodologia do Ensino de História I e II.
- Metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados – conteúdo contemplado nas disciplinas Didática e seus Fundamentos, e Metodologia do Ensino de História I e II.
- Gestão Escolar - conteúdo contemplado na disciplina Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira.
- Marcos legais da Educação Especial - conteúdo contemplado nas disciplinas Teorias e Práticas da Educação Especial: ações inclusivas, além de Didática e seus fundamentos, LIBRAS e Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira.
- Interpretação e utilização de indicadores presentes nas avaliações de desempenho - conteúdo contemplado na disciplina Didática e seus fundamentos, e Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira.
- Compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosófico pedagógicos - conteúdo contemplado nas disciplinas Sociologia da Educação e Filosofia da Educação, e História da Educação Brasileira.
- Vertentes teóricas que explicam a aprendizagem – conteúdo contemplado na disciplina Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem.
- Sistema educacional brasileiro, sua história e políticas – conteúdo contemplado na disciplina História da Educação Brasileira.

No grupo 2, habilidades incluídas nos estudos comuns dos cursos de formação de professores:

- Proficiência em Língua Portuguesa falada e escrita, leitura, produção e utilização dos diferentes gêneros de textos, bem como a prática de registro e comunicação, levando-se em consideração o domínio da norma culta – incluído em todas as disciplinas, especialmente na disciplina Leitura e Produção Textual.
- Compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e da vivência dos estudantes com esse conteúdo – incluído em todas as disciplinas.
- Vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na Educação Básica – incluído em todas as disciplinas, especialmente na disciplina Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação.
- Resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola – incluído em todas as disciplinas.
- Articulação entre as atividades práticas realizadas na escola e na sala de aula com as que serão efetivadas durante o estágio supervisionado - incluído em todas as disciplinas.
- Vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem - incluído em todas as disciplinas.
- Articulação entre os conteúdos das áreas e os componentes da BNCC-Formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor com o conteúdo a ser aprendido - incluído em todas as disciplinas.
- Engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais - incluído em todas as disciplinas.

Outros requisitos:

- Educação em Direitos Humanos conforme Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012: o conteúdo contemplado na disciplina Sociologia, bem como História e Relações

de Gênero, e Direitos Humanos, Gênero e Ensino de História, e Metodologia do Ensino de História II.

- Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena conforme Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004) e Leis 10.639/2003 e 11.645/2008: o conteúdo está contemplado nas disciplinas de Relações Étnico-Raciais e Cultura Afrobrasileira no Ensino de História da África, História dos Povos Originários, História da África e Metodologia do Ensino de História II.
- Língua Brasileira de Sinais – Libras, conforme Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e o Decreto 9.656/2018): a disciplina de Libras é oferecida como obrigatória
- Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas: o conteúdo está contemplado em História da Educação Brasileira e Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira.
- Educação Ambiental conforme Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - o conteúdo está contemplado na disciplina de Educação Ambiental e Sustentabilidade.

6.3 Natureza das Disciplinas.

6.3.1 Disciplinas Obrigatórias.

Compõem o núcleo central e indispensável para a formação do estudante, representando os conhecimentos, competências e habilidades fundamentais que todo profissional da área do curso de Licenciatura em História precisa dominar. Como componentes fixos, o estudante precisa cursar e ser aprovado em todas elas para conseguir colar grau e receber o diploma. Elas são desenhadas seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) específicas determinadas pelo Ministério da Educação (MEC). As disciplinas obrigatórias são distribuídas ao longo dos semestres do curso em uma sequência coerente que chamados de percurso formativo.

6.3.2 Disciplinas optativas.

Em sua estrutura curricular, o curso contempla carga horária para disciplinas optativas que, juntamente com as disciplinas obrigatórias, compõem percursos formativos que são oferecidos aos estudantes. As optativas são ofertadas pelo próprio curso, na modalidade EaD, e estão alocadas no currículo do curso nos 6º e 7º períodos e perfazem um total de 60 horas do Núcleo II. Ressalta-se que, embora a carga horária das optativas esteja alocada em determinados períodos, o estudante poderá cursá-las a qualquer momento a partir do 2º período, desde que haja disponibilidade de vagas e dentro do limite de créditos para matrícula, conforme disposto na Resolução COEPE/UEMG Nº 132, de 2013. Além disso, apesar da necessidade de o discente concluir 02 (duas) optativas ao longo de seu percurso formativo, a matriz curricular disponibiliza 19 (dezenove) optativas a serem ofertadas. As disciplinas optativas foram construídas como objetivo de reforçar algumas áreas de conhecimento e para dar ao aluno a possibilidade de aprofundar e/ou complementar informações adquiridas no decorrer do curso. As ementas das disciplinas optativas foram construídas com assuntos de abordagem mais ampla, permitindo flexibilidade para os docentes criarem temas mais específicos (dentro da amplitude que abrangem) quando ministrá-las.

6.3.3 Disciplinas realizadas na modalidade a distância.

O DECRETO Nº 12.456, DE 2025, dispõe sobre a oferta de disciplinas com metodologia a distância em cursos de graduação presencial ofertados por Instituição de Educação Superior – IES credenciadas pelo Ministério da Educação. Na aplicação desta Portaria, será observada a legislação educacional que dispõe sobre atos autorizativos de funcionamento de IES e de oferta de cursos superiores de graduação na modalidade presencial e a distância. Nesta modalidade, estudantes e professores mesmo distantes fisicamente poderão estabelecer uma relação comunicativa que permite o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem. A EAD, com o apoio do Núcleo de Educação a Distância – NEAD, pode oferecer cursos de extensão à distância; apoiar professores e pesquisadores no desenvolvimento e execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Para a oferta de disciplinas dos cursos de graduação de modalidade presencial, será considerado o percentual limite de 30% da carga horária total do curso ofertado à distância.

A oferta de disciplinas na modalidade a distância precisa respeitar a legislação vigente e as diretrizes definidas no Projeto Pedagógico do Curso. O professor deve apresentar a proposta para apreciação do Núcleo Docente Estruturante, sujeita à aprovação do Colegiado do Curso, que deverão observar a disponibilidade do docente habilitado no conteúdo e na modalidade EaD para a construção da disciplina e do material didático, além da condução e execução da disciplina no ambiente virtual. Uma vez aprovada a oferta da disciplina na modalidade EaD, a disciplina deverá ser estruturada e planejada para que tenha início sua construção no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem). A UEMG utiliza o *Moodle* que é um software livre de apoio à aprendizagem para ambientes virtuais. Além desta ferramenta, outras são usadas de forma complementar, tais como: *Microsoft Teams*, Áudio Conferências, Bibliotecas Digitais, entre outras.

A oferta de disciplinas na modalidade EaD, tendo previamente aprovadas sua estrutura e planejamento, alimenta as possibilidades de mobilidade acadêmica, também no formato virtual, implantadas dentro da própria instituição, bem como entre esta e outras instituições. É o exemplo dos editais do Programa de Mobilidade Virtual da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES) Estaduais e Municipais, que dispõe aos estudantes de graduação, vagas em disciplinas de cursos superiores que podem ser cursadas conforme interesse e necessidades dos estudantes: enriquecimento curricular, integralização curricular, etc. É o caso também dos editais do Programa de Intercambio Virtual (PROIV) no âmbito da UEMG, que objetiva fomentar ações de internacionalização das atividades de ensino em nível de Graduação e Pós-Graduação “*stricto sensu*”, por meio da oferta de componentes curriculares ministrados por docentes da UEMG, em parceria com docentes de Instituição de Ensino Superior internacional, em sala de aula virtual conjunta, com os respectivos alunos.

6.3.4 Disciplinas Eletivas

Disciplinas eletivas são aquelas cursadas pelo aluno do Curso de História em outro(s) curso(s) pertencente(s) ou não a UEMG. Assim como as disciplinas obrigatórias e optativas, as disciplinas eletivas são dispostas e estruturadas sob a forma de créditos. As disciplinas eletivas não integram a carga horária do curso, portanto, não são discriminadas no Projeto

Pedagógico, como as demais, nem exigidas como requisito fundamental para a conclusão do curso. No entanto, podem ser escolhidas conforme o interesse do estudante ao longo do seu percurso formativo, com o objetivo de reforçar algumas áreas de conhecimento e dar ao aluno a possibilidade de aprofundar e/ou complementar informações adquiridas no decorrer do curso.

6.4 Núcleos de Formação.

6.4.1 Núcleo I – Formação Geral.

O Núcleo de Estudos de Formação Geral (900h) contempla 18 disciplinas obrigatórias, fundamentais na oferta de uma formação de caráter mais interdisciplinar e humano-crítica ao estudante de licenciatura em História, colocando-o em contato com diferentes áreas que compõem as Humanidades. Essas disciplinas também visam oferecer reflexões sobre o exercício docente em geral e de ensino de história em particular, habilitando os futuros docentes para a Educação Básica (Ensino Fundamental II e Ensino Médio) e para os desafios particulares do ensino de História. As disciplinas de Metodologia do Ensino de História que constituem este grupo possuem carga horária teórica e extensionista articuladas, diluindo as fronteiras entre a docência e atuações ético-políticas, sociais e culturais. Este grupo não possui pré-requisito em nenhuma de suas disciplinas.

6.4.2 Núcleo II – Aprofundamento dos Conteúdos Específicos.

O Núcleo de formação específica (1620h) é composto por disciplinas que fornecem conhecimento básico de conteúdos referentes aos diversos campos da História, indispensáveis para o exercício da docência na área. O núcleo também é composto por disciplinas que discutem as premissas e inovações teóricas, historiográficas e metodológicas referentes às práticas de pesquisa contemporâneas em História, indispensáveis na formação de um professor-pesquisador e igualmente fundamentais para um exercício crítico da profissão. Há ainda as disciplinas que introduzem o estudante à prática do arquivo, da museologia, da memória e do patrimônio que constituem áreas de atuação do profissional da

história. Este núcleo é composto por 26 disciplinas obrigatórias, 18 disciplinas optativas, 3 componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso, e um componente preparatório para o ENADE. Este grupo não possui pré-requisito em nenhuma de suas disciplinas.

6.4.3 Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão.

Considerando a Resolução CONUN/UEMG Nº 593 DE 19 DE MAIO DE 2023 que dispõe sobre o desenvolvimento de Atividades Curriculares de Extensão como componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais; e o artigo 14 da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024, que delimita carga horária de, no mínimo, 320 horas para prática as extensões curriculares, as Atividades acadêmicas de Extensão no curso têm como objetivos: proporcionar a comunicação entre a sociedade acadêmica e a sociedade externa; mobilizar docentes, discentes, colaboradores e comunidade sobre questões contemporâneas, educacionais, de memória e patrimônio, sociopolíticas, culturais e ambientais; ofertar cursos aos graduandos como oportunidade de complementação do conhecimento acadêmico; possibilitar o acesso a conhecimentos científicos, práticos e de informações gerais, fazendo o intercâmbio entre a comunidade interna e externa; incentivar e apoiar o corpo docente e discente na publicação e divulgação de suas produções científicas. Constitui-se como espaço de interlocução entre teoria e prática para professores e estudantes, bem como instrumento de integração do aluno com a realidade social, econômica e do trabalho de seu curso. Essas atividades poderão propiciar oportunidades de aplicação dos conteúdos trabalhados em sala de aula com a prática pedagógica, participação social e pesquisa, de modo a favorecer o contato direto do estudante com o campo de trabalho futuro, possibilitando uma reflexão que articule as dimensões do estudo teórico, da transposição didática e a produção e difusão do conhecimento. O objetivo da extensão curricular é extrapolar o ambiente de sala de aula, e mesmo alguns espaços universitários, realizando-se em espaços externos à instituição (como em escolas públicas conveniadas à UEMG, e outros espaços de formação, aprendizado e produção de conhecimento como o Museu e Arquivo Municipal de Carangola) e/ou trazendo esses espaços externos para dentro da instituição. Dessa forma, as atividades propostas deverão ser realizadas pelos alunos fora dos horários normais de aula. A realização das atividades deverá

ser planejada entre professores e alunos e fixada datas de entrega dos relatórios ou outros tipos de registro e acompanhamento. Os sábados letivos, assim, apresentam-se como o momento apropriado para a discussão dos resultados das tarefas propostas. Esta prática será acompanhada pelos professores e pela coordenação do curso até o término do curso, perfazendo um total de 330 horas, correspondentes a 22 créditos. As normas que definem as Atividades Acadêmicas de Extensão estão previstas no seu Regimento (anexo).

6.4.4 Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado.

O Núcleo de Estágio Curricular Supervisionado (405h) atende ao artigo 14 da RESOLUÇÃO CNE/CP N° 4, DE 29 DE MAIO DE 2024, que delimita carga horária de, no mínimo, 400 horas para os estágios curriculares. De caráter obrigatório constitui um momento fundamental da formação profissional do licenciando em História da UEMG, unidade Carangola. Deve ser desenvolvido em ambientes escolares de trabalho, permitindo, assim, que os conhecimentos adquiridos na universidade sejam vivenciados na prática, em locais nos quais o licenciando trabalhará futuramente. Assim, o Estágio Curricular Supervisionado busca colocar os/as estudantes frente às diferentes situações e realidades de seu campo profissional. Viabiliza a articulação entre ensino e pesquisa, uma vez que instrumentaliza a relação dialética entre teoria e prática favorecendo ações reflexivas do processo educacional. A Unidade Carangola, optou por criar um Núcleo de Estágio, a fim de centralizar os procedimentos de realização das atividades desse componente curricular, mas isso não impede que sejam oferecidas oportunidades de encontro entre o professor que irá conduzir o estágio nas turmas do curso de História. Inclusive, a presença das 8 disciplinas de Orientação de Estágio Supervisionado, vinculadas cada uma a seu respectivo estágio curricular na grade curricular, justifica-se por compor a parte teórica que deve dialogar com a prática, e por ser mais um momento de encontro e troca de experiências e ideias entre os alunos, com leituras, análises e discussões sobre o que presenciaram durante os vários momentos do Estágio, o que poderá enriquecer a formação do graduando. As atividades práticas de estágio serão distribuídas e realizadas em horário distinto do turno cursado pelo estudante, conforme detalha seu regulamento (em anexo).

6.5 Trabalho de Conclusão de Curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso integra o grupo de formação específica. Ele é desenvolvido a partir do 5º período do curso e é constituído de um Projeto de Pesquisa e/ou Pedagógico, e um Produto Final que pode se referir a um Artigo Científico, Material Didático, Material Multimídia. Além da disciplina Metodologia de Pesquisa em História, que se preocupa com o formato da produção acadêmica e o domínio da linguagem científica por parte do graduando, a confecção do TCC envolve componentes curriculares extraclasse a serem desenvolvidos, respectivamente, do 6º ao 8º período do curso. O TCC é uma oportunidade para o aluno construir um estudo próprio, único, que será a finalização de seu processo de graduação, tornando-se fundamental para aferir o aprendizado acadêmico geral do estudante; introduzi-lo à pesquisa histórica; capacitá-lo na elaboração de trabalhos acadêmicos e no exercício do ofício de historiador e da docência em história. A orientação e execução do TCC deve seguir as normas previstas em seu regulamento (anexo).

6.6 Proposta de Percorso Formativo (Matriz Curricular).

NÚCLEO I: Estudos de Formação Geral (EFG)

Disciplina	Período	Carga horária			Créditos
		Teórica (horas)	Prática (horas)	Carga horária total (hora relógio)	
Gêneros Textuais e Práticas Sociais da Linguagem	1º	60	-	60	4
Sociologia	1º	45	-	45	3
Filosofia	2º	45	-	45	3
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	2º	60	-	60	4
Direitos Humanos, Gênero e Ensino de História	2º	60	-	60	4

Antropologia	3º	30	-	30	2
Didática e seus fundamentos	3º	60	-	60	4
Educação Ambiental e Sustentabilidade	3º	30	-	30	2
Relações Étnico-Raciais e Cultura Afrobrasileira no Ensino de História	3º	60	-	60	4
Inovação e as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação	3º	30	30	60	4
História da Educação Brasileira	4º	60	-	60	4
Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS)	5º	60	-	60	4
Sociologia da Educação	6º	30	-	30	2
Teorias e Práticas da Educação Especial: ações inclusivas	6º	60	-	60	4
Metodologia do Ensino de História I	7º	45	-	45	3
Filosofia da Educação	8º	30	-	30	2
Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira	8º	60	-	60	4
Metodologia do Ensino de História II	8º	45	-	45	3
Total		870	30	900	60

NÚCLEO II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (AACE)

Disciplina	Período	Carga horária			Créditos
		Teórica (horas)	Prática (horas)	Carga horária total (hora relógio)	
Patrimônio Histórico e Cultural	1º	60	-	60	4
Introdução aos Estudos Históricos	1º	60	-	60	4

História Antiga	1º	60	-	60	4
Teoria e Metodologia da História I	2º	60	-	60	4
História Medieval	2º	60	-	60	4
História Moderna	3º	60	-	60	4
História do Brasil I	4º	60	-	60	4
Teoria e Metodologia da História II	4º	60	-	60	4
História da América I	4º	60	-	60	4
História dos Povos Originários	4º	60	-	60	4
História da África	5º	60	-	60	4
História de Minas Gerais	5º	60	-	60	4
História da América II	5º	60	-	60	4
Historia do Brasil II	5º	60	-	60	4
Metodologia de Pesquisa em História	5º	60	-	60	4
Optativa I	6º	30	-	30	2
História do Brasil III	6º	60	-	60	4
História Contemporânea I	6º	60	-	60	4
Historiografia Brasileira	6º	60	-	60	4
Optativa II	7º	30	-	30	2
História Contemporânea II	7º	60	-	60	4
História do Brasil IV	7º	60	-	60	4
Historiografia Contemporânea	7º	60	-	60	4
Arquivos e Museus	7º	60	-	60	4
História e Relações de Gênero	8º	60	-	60	4
História Pública	8º	60	-	60	4
Preparatório ENADE	8º	30	-	30	2
TCC I	6º	-	30	30	2
TCC II	7º	-	30	30	2
TCC III	8º	-	30	30	2
Total		1530	90	1620	108

NÚCLEO III – Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)

Disciplina	Período	Carga horária de extensão curricular	Carga horária total (hora relógio)	Créditos
------------	---------	--------------------------------------	------------------------------------	----------

Extensão Curricular Supervisionada em Projetos Integradores	-	330	330	22
Total	-	330	330	22

NÚCLEO IV – Estágio Curricular Supervisionado (ECS)

Disciplina	Período	Carga teórica horária	Carga prática horária	Carga horária total/a	Créditos
Orientação de Estágio Supervisionado I	1º	15	-	15	1
Orientação de Estágio Supervisionado II	2º	15	-	15	1
Orientação de Estágio Supervisionado III	3º	15	-	15	1
Orientação de Estágio Supervisionado IV	4º	15	-	15	1
Orientação de Estágio Supervisionado V	5º	15	-	15	1
Orientação de Estágio Supervisionado VI	6º	15	-	15	1
Orientação de Estágio Supervisionado VII	7º	15	-	15	1
Orientação de Estágio Supervisionado VIII	8º	15	-	15	1
Estágio Curricular Supervisionado I	1º	-	30	30	2
Estágio Curricular Supervisionado II	2º	-	30	30	2
Estágio Curricular Supervisionado III	3º	-	30	30	2
Estágio Curricular Supervisionado IV	4º	-	30	30	2

Estágio Curricular Supervisionado V	5º	-	30	30	2
Estágio Curricular Supervisionado VI	6º	-	45	45	3
Estágio Curricular Supervisionado VII	7º	-	45	45	3
Estágio Curricular Supervisionado VIII	8º	-	45	45	3
Total		120	285	405	27

DISTRIBUIÇÃO POR PERÍODOS

Núcleo	Disciplinas 1º período	Carga horária Teórica	Carga horária prática	Carga horária extensão	Carga horária total/a	Créditos
EFG	Gêneros Textuais e Práticas Sociais da Linguagem	60	-	-	60	4
	Sociologia	45	-	-	45	3
AACE	Introdução aos Estudos Históricos	60	-	-	60	4
	Patrimônio Histórico e Cultural	60	-	-	60	4
	História Antiga	60	-	-	60	4
ECS	Orientação de Estágio Supervisionado I	15	30	-	45	3

AAE	-	-	-	30	30	2
TOTAL		300	30	30	360	24

Núcleo	Disciplinas 2º período	Carga horária Teórica	Carga horária prática	Carga horária extensão	Carga horária total/a	Créditos
EFG	Filosofia	45	-	-	45	3
	Psicologia da Educação e Aprendizagem	60	-	-	60	4
	Direitos Humanos, Gênero e Ensino de História	60	-	-	60	4
AACE	História Medieval	60	-	-	60	4
	Teoria e Metodologia de História I	60	-	-	60	4
ECS	Orientação de Estágio Supervisionado II	15	30	-	45	3
AAE	-	-	-	30	30	2
TOTAL		300	30	30	360	24

Núcleo	Disciplinas 3º período	Carga horária	Carga horária	Carga horária	Carga horária	Créditos
---------------	-------------------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	-----------------

		Teórica	prática	extensão	total/a	
EFG	Antropologia	30	-	-	30	2
	Inovações e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação	30	30	-	60	4
	Educação Ambiental e Sustentabilidade	30	-	-	30	2
	Relações Étnico-Raciais e Cultura Afrobrasileira no Ensino de História	60	-	-	60	4
	Didática e seus fundamentos	60	-	-	60	4
AACE	História Moderna	60	-	-	60	4
ECS	Orientação de Estágio Supervisionado III	15	30	-	45	3
AAE	-	-	-	45	45	3
TOTAL		285	60	45	390	26

Núcleo	Disciplinas 4º período	Carga horária Teórica	Carga horária prática	Carga horária extensão	Carga horária total/a	Créditos
EFG	História da Educação	60	-	-	60	4
AACE	História dos Povos Originários	60	-	-	60	4

	História da América I	60	-	-	60	4
	História do Brasil I	60	-	-	60	4
	Teoria e Metodologia da História II	60	-	-	60	4
ECS	Orientação de Estágio Supervisionado IV	15	30	-	45	3
AAE	-	-	-	45	45	3
TOTAL		315	30	45	390	26

Núcleo	Disciplinas 5º período	Carga horária Teórica	Carga horária prática	Carga horária extensão	Carga horária total/a	Créditos
EFG	LIBRAS	60	-	-	60	4
AAEC	História da América II	60	-	-	60	4
	História do Brasil II	60	-	-	60	4
	História da África	60	-	-	60	4
	Metodologia de Pesquisa em História	60	-	-	60	4
	História de Minas Gerais	60	-	-	60	4
ECS	Orientação de Estágio Supervisionado V	15	30	-	45	3
AAE	-	-	-	45	45	3
TOTAL		375	30	45	450	30

Núcleo	Disciplinas 6º período	Carga horária Teórica	Carga horária prática	Carga horária extensão	Carga horária total/a	Créditos
EFG	Teorias e Práticas da Educação Especial: ações inclusivas	60	-	-	60	4
	Sociologia da Educação	30	-	-	30	2
AACE	História do Brasil III	60	-	-	60	4
	Optativa I	30	-	-	30	2
	História Contemporânea I	60	-	-	60	4
	Historiografia Brasileira	60	-	-	60	4
ECS	Orientação de Estágio Supervisionado VI	15	45	-	60	4
TCC	-	-	30	-	30	2
AAEE	-	-	-	45	45	3
TOTAL		315	75	45	435	29

Núcleo	Disciplinas 7º período	Carga horária Teórica	Carga horária prática	Carga horária extensão	Carga horária total/a	Créditos
EFG	Metodologia do Ensino de História I	45	-	-	45	3
AACE	Historiografia Contemporânea	60	-	-	60	4
	História do Brasil IV	60	-	-	60	4

	Arquivos e Museus	60	-	-	60	4
	Optativa II	30	-	-	30	2
	História Contemporânea II	60	-	-	60	4
ECS	Orientação de Estágio Supervisionado VII	15	45	-	60	4
TCC	-	-	30	-	30	2
AAE	-	-	-	45	45	3
TOTAL		330	75	45	450	30

Núcleo	Disciplinas 8º período	Carga horária Teórica	Carga horária prática	Carga horária extensão	Carga horária total/a	Créditos
EFG	Estrutura e Funcionamento da Educação escolar	60	-	-	60	4
	Filosofia da Educação	30	-	-	30	2
	Metodologia do Ensino de História II	45	-	-	45	3
AACE	História Pública	60	-	-	60	4
	História e Relações de Gênero	60	-	-	60	4
	Preparatório ENADE	30	-	-	30	2

ECS	Orientação de Estágio Supervisionado VIII	15	45	-	60	4
TCC	-	-	30	-	30	2
AAE	-	-	-	45	45	3
TOTAL		300	75	45	420	28

Carga Horária Total do Curso: 3255 horas, equivalente a 217 créditos

Quadro de disciplinas optativas

Disciplina optativa	Carga horária hora/aula	Créditos
Tópicos Especiais em História do Brasil Império	30	2
Tópicos Especiais em História do Brasil Colônia	30	2
Tópicos Especiais em História Contemporânea	30	2
Tópicos Especiais em História Comparada	30	2
História do Populismo Latino-americano	30	2
Tópicos Especiais em História Antiga	30	2
Tópicos Especiais em História Medieval	30	2
Tópicos Especiais em Ensino de História	30	2
Metodologias e Fontes Históricas	30	2
Tópicos Especiais em História Política	30	2

Tópicos Especiais em História Regional	30	2
Tópicos Especiais em Estudos de Gênero	30	2
Tópicos Especiais em Historiografia	30	2
História, Pós-colonialidade e de(s)colonialidade	30	2
História e Literatura no Brasil	30	2
História, Movimentos Sociais e Educação	30	2
História e Resistências do Negro	30	2

6.7. Ementário e Bibliografia das Disciplinas

6.7.1 Disciplinas Obrigatórias do Núcleo EFG.

Disciplina: Gêneros Textuais e Práticas Sociais de Linguagem				
Departamento: Departamento de Educação, Linguística e Letras			Código:	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
04	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Conceitos linguísticos básicos. Fala e escrita: duas modalidades em um continuum. Fatores de textualidade. Expressão oral e escrita. Letramento acadêmico: gêneros fichamento, resumo resenha, artigo, mapa mental/conceitual e comunicação oral. Estudo dos gêneros textuais e discursivos em suas dimensões sociais, interacionais e educativas. Leitura e produção de texto em diferentes esferas (escolar, acadêmica, institucional, digital). Relações entre linguagem contexto e intencionalidade. Estudo das práticas sociais de linguagem no cotidiano escolar, acadêmico e social, com foco no desenvolvimento do pensamento crítico, da inclusão e do respeito à diversidade.				
METODOLOGIA				
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias				

da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal . 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 261-306.
MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). Gêneros textuais & ensino . 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 19-38.
SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim (Org.) Gêneros orais e escritos na escola . Trad. Roxane Rojo; Glais Sales Cordeiro. Campinas: São Paulo, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BAZERMAN, C. Gênero, agência e escrita . São Paulo: Cortez, 2006.
BRONCKART, J. P. Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo . 2. ed. São Paulo: Educ, 2009.
KOCH, I. V. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2002.
MACHADO, A. R. (Org.). O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva . Londrina: Eduel, 2004.
MONTE MÓR, W. Letramentos críticos e expansão de perspectivas: discursos e ações em uma sociedade justa e igualitária. In: MONTE MÓR, W. Letramentos, críticos e expansivos . Campinas: Pontes Editores, 2022.

Disciplina: Sociologia					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código:		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
03	45		Teórica	Prática	Total
			45	0	45
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Estudo dos princípios e fundamentos da Sociologia, abordando os conceitos básicos para o entendimento da vida social, o ser humano como ser sociocultural e as relações entre indivíduo e sociedade. Análise das correntes sociológicas clássicas (Positivismo, Durkheim, Marx, Weber) e sua aplicação à compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar. Discussão de problemáticas centrais da sociedade contemporânea (instantaneidade da informação sustentabilidade, consumismo). Análise sociológica dos desafios relativos aos direitos humanos, cidadania e às relações entre educação e diversidade, com ênfase na promoção da justiça social, equidade e inclusão.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do					

processo de ensino-aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
FERREIRA, Delson. Manual de Sociologia : dos clássicos à sociedade da informação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
LALLEMENT, Michel. História das Ideias Sociológicas . 5 ed. Vol. 1 e 2. Petrópolis: Vozes, 2012.
QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia; OLIVEIRA, Márcia G. Um toque de clássicos : Marx, Durkheim e Weber. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CUNHA, Flávio S. História & Sociologia . Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento . São Paulo: Cortez, 2013.
MARTINS, José de S; FORACCHI, Marialice. M. Sociologia e Sociedade : leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
SPOSATI, Aldaíza; CARVALHO, Maria C. Brant e FLEURY, Sônia M. Teixeira. Os direitos (dos desassistidos) sociais . São Paulo: Cortez, 2012.
TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade . 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
VIANA, Nildo. Introdução à Sociologia . Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

Disciplina: Filosofia					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código:		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
03	45		Teórica	Prática	Total
			45	0	45
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Estudo das principais correntes e problemas filosóficos, desde suas gêneses (clássica e outras e a relação com o conhecimento, passando pela modernidade e o surgimento do pensamento crítico, até as novas perspectivas contemporâneas. Análise de conceitos filosóficos (ética política, estética, conhecimento) aplicados à reflexão sobre problemáticas centrais da sociedade contemporânea, como direitos humanos, cidadania, justiça social, equidade e diversidade. Discussão sobre o papel da Filosofia na fundamentação dos aspectos éticos do exercício profissional.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
CHAUÍ, Marilena de Souza. Convite à filosofia . 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a Filosofia? São Paulo: Editora 34, 1992. TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade . 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SARTRE, Jean-Paul. **Existencialismo é um humanismo**. Lisboa: Presença, 1970.

PLATÃO. **O Banquete**. Editora Vozes. Digital.

Disciplina: Direitos Humanos e Gênero no Ensino de História				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
04	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
A disciplina será conduzida a partir de uma abordagem crítica, interdisciplinar e participativa, articulando os campos da História, da educação em Direitos Humanos e dos estudos de gênero para desenvolver conhecimentos, habilidades e propostas de ações para o cotidiano escolar no ensino de História embasadas em práticas e princípios éticos de equidade de gênero e defesa dos direitos humanos das populações socialmente vulneráveis e população LGBTQIAPN+, consideradas suas interseccionalidades. Apresentação do percurso histórico dos Direitos Humanos e seus fundamentos conceituais. Direitos Humanos, cidadania, Ditadura Militar no Brasil. A Comissão Nacional da Verdade. Gênero, feminismos e resistência à ditadura. Relações de poder, vigilância, biopoder, biopolítica e necropolítica. Direitos Humanos e estudos de caso nos cenários nacional e internacional (terrorismo, xenofobia, sistema penal, meio ambiente, questão indígena e refugiados). Debates com os discentes sobre abordagens e estratégias pedagógicas voltadas ao ensino de História para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O objetivo é desenvolver no licenciando competências analíticas e pedagógicas para abordar essas temáticas na Educação Básica (anos finais do ensino fundamental e ensino médio).				
METODOLOGIA				
Aprendizagem ativa; Problematização histórica; Análise de fontes históricas; Produção de conhecimento aplicado ao ensino; uso crítico de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para que o estudante compreenda conceitos, intérprete fenômenos históricos e desenvolva estratégias pedagógicas, preparando-se para a prática docente. As TIC's serão utilizadas tanto como ferramentas de aprendizagem quanto como recursos didáticos para a futura prática docente. Os estudantes produzirão materiais didáticos digitais, como: <i>podcasts</i> sobre temas históricos e gênero; infográficos; vídeos curtos explicativos; linhas do tempo digitais e mapas conceituais interativos. Ao final da disciplina, os discentes deverão ser capazes de elaborar uma sequência didática para o ensino básico abordando direitos humanos e gênero. Os critérios avaliados incluem: domínio do conteúdo histórico; coerência pedagógica; criatividade didática; adequação ao público escolar e uso de fontes e recursos digitais. Ao final da disciplina, espera-se que				

o estudante seja capaz de desenvolver competências docentes, tais como: compreender historicamente a construção dos direitos humanos e das desigualdades de gênero; analisar criticamente narrativas históricas e seus silenciamentos; elaborar estratégias pedagógicas para abordar temas sensíveis em sala de aula; utilizar tecnologias digitais como ferramentas de ensino de História e; promover práticas educativas voltadas para cidadania, diversidade e democracia.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas . 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015. HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história . Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista . Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et alli. Educação em direitos humanos e formação de professores/as . São Paulo: Cortez, 2013. CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil . São Paulo: Selo Negro Edições, 2011. CÁSSIO, Fernando. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar . São Paulo: Boitempo, 2019. MIRANDA, Sonia Regina. Aprender e ensinar o tempo histórico em tempos de incertezas: reflexões e desafios para o professor de história. In: GONÇALVES, Marcia de A. Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. PINSKY, Jaime; BASSANEZI PINSKY Carla (orgs). História da Cidadania . São Paulo: Contexto, 2003. PINSKY, Carla Bassanezi. Novos temas nas aulas de História. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

Disciplina: Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem					
Departamento: Departamento de Educação, Linguística e Letras			Código:		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
História da Psicologia: caráter científico, objetos, métodos de estudo e aplicação na educação. As principais teorias psicológicas e suas contribuições para o processo ensino- aprendizagem. Behaviorismo (teoria comportamentalista), Psicanálise, Gestalt, Existencial-Humanista, Psicologia sócio-histórica de Lev Vygotsk, Epistemologia Genética em Jean Piaget. Henri Wallon e a afetividade no processo de desenvolvimento humano e nas interações. O desenvolvimento psicossocial e as implicações no processo de aprendizagem.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adapta as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento					

de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
COLL, César et al. Desenvolvimento Psicológico e Educação (vol. 1). 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
LA TAILLE, Yves de et al. Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão . São Paulo: Summus, 2000.
PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano . 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2021. (E-book)
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BAGGIO, Ângela, M. Brasil. Psicologia do desenvolvimento . 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia . São Paulo: Editora Saraiva, 2001.
GROSSI, Esther P. & BORDIN, Jussara (Orgs). Construtivismo Pós-Piagetiano – um Novo Paradigma sobre Aprendizagem . Petrópolis: Vozes, 1993.
MACIEL, Ira Maria (Org.). Psicologia e Educação: novos caminhos para a formação . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.
VYGOTSKY, Lev. Pensamento e Linguagem . 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2009.

Disciplina: Inovações e as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação				
Departamento: Departamento de Ciências Exatas			Código:	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
04	60	Teórica	Prática	Total
		30	30	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Estudo das bases conceituais da cultura digital e seu impacto nos processos educacionais. Análise e aplicação de frameworks de competências digitais para a formação docente (BNCC DigCompEdu). Desenvolvimento de habilidades para a curadoria, produção, adaptação e compartilhamento de Recursos Educacionais Digitais (REA). Planejamento e execução de práticas pedagógicas mediadas por metodologias ativas e TDIC. Análise crítica das implicações éticas e de segurança no uso de tecnologias na Educação Básica, com foco no desenvolvimento da cidadania digital. Investigação sobre tecnologias emergentes e seu potencial para a inovação educacional, articulando as relações entre educação, comunicação e as novas configurações do trabalho.				
METODOLOGIA				
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projeto de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
FREITAS BASTOS EDITORA; BROTHERHOOD, Karina (org.). Ambiente Virtual de Aprendizagem na Educação: Perspectivas e Estratégias para Educadores Digitais . 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025.	
MELLO, Cleyson de Moraes. Educação a distância: a educação digital em um mundo em transformação . 1. ed. Processo, 2023.	
KIMIECK, Jorge Luiz. Design instrucional aplicado à educação . 1. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2023.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CAMPOS, Flavio R; BLIKSTEIN, Paulo. Inovações radicais na educação brasileira: tecnologia e inovação na educação brasileira . 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2019.	
CATELLI, Francisco; SOARES, Eliana Maria do Sacramento; PERTANELLA, Leandro. Refletindo sobre educação: contribuições da história da educação, tecnologia e linguagem . 1. ed. Porto Alegre: Educ, 2016.	
SILVA, Elisangela. Design instrucional . 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.	
SILVA, Fábio Ronaldo da. Comunicação e Tecnologia . [Livro Digital] Curitiba: Intersaberes, 2021.	
FILATRO, Andrea Cristina. Data science da educação . 1. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2020.	

Disciplina: Antropologia					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Estudo da Antropologia como ciência das experiências humanas e suas principais correntes de pensamento. Análise do método etnográfico e sua estrutura conceitual básica, explorando suas aplicações para a compreensão de diversas realidades. Discussão das relações e diálogos entre História e Antropologia. Estudo dos conceitos de cultura, alteridade e sociedade, com ênfase na cultura como sistema simbólico e sua relação com a promoção da justiça social, equidade e respeito à diversidade. Análise de problemáticas centrais da sociedade contemporânea, como direitos humanos e cidadania, sob a ótica antropológica.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
GOMES, Nilma Lino, SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs). Antropologia e História: debate em região de fronteira . Belo Horizonte: MG: Ed. Autêntica, 2000.					
LIMA, Roberto Kant. Antropologia e Ciências Humanas (03 volumes). Rio de Janeiro: Eduff,					

2003.
SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura? 16° ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DAUSTER, T. Antropologia e educação: um saber de fronteira. Ed. Forma & Ação, 2007.
DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.
GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
RADCLIFFE-BROW, A. R. Estrutura e função na sociedade primitiva. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

Disciplina: Relações Étnico-Raciais e Cultura Afrobrasileira no Ensino de História					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código:		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Análise crítica das relações étnico-raciais na formação social, política e cultural brasileira, com base nos marcos legais da educação (Leis 10.639/03, 11.645/08, Resolução CNE/CP 4/2024 e Parecer CNE/CEB nº 14/2015). Estudo dos conceitos fundamentais de raça, etnia, racismo estrutural, branquitude e interseccionalidade. Aprofundamento na história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, com ênfase em seus protagonismos, saberes resistências e contribuições para a sociedade nacional. Desenvolvimento de competências para a elaboração de práticas antirracistas e decoloniais.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes . São Paulo: Global, 2008.					
GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano . Rio de Janeiro: Zahar, 2020.					
POTIGUARA, Eliane. Metade cara, metade máscara . 3. ed. rev. São Paulo: Grumin, 2019.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: Quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

OPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu**: Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Disciplina: Educação Ambiental e Sustentabilidade				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código:	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
02	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
Princípios em Educação Ambiental e Sustentabilidade. Complexidade ambiental, serviços ecossistêmicos e a crise do meio ambiente. Educação Ambiental, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: surgimento, evolução, bases legais, acordos internacionais, convenções e conferências, contexto histórico e socioeconômico. Diferentes concepções (conservadora, pragmática, crítica, transformadora e emancipatória), transversalidade, metodologias e estratégias em Educação Ambiental. Os R's da sustentabilidade. Índices e indicadores em sustentabilidade. Visita técnica / aula de campo.				
METODOLOGIA				
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projeto de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental : a formação do sujeito ecológico. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012. GRÜN, M. Ética e educação ambiental : a conexão necessária. 14. ed. Campinas: Papirus, 2011. LOUREIRO, C. F. B. Sustentabilidade e educação : um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez Editora, 2023. (e-book). MAZZAROTTO, A. S. Sustentabilidade e consumo consciente . São Paulo: Contentus, 2021. (e-book).				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
OLIVEIRA, A. M. S. Educação ambiental transformadora : o método Verah. São Paulo: Ícone, 2016. (e-book). MOURA, L. A. A. Qualidade e gestão ambiental: sustentabilidade e ISO 14001 . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. (e-book).				

BOFF, L. **Sustentabilidade**. 5. ed. São Paulo: Vozes, 2016. (e-book).
 OLIVEIRA, F. B. **Educação ambiental e interdisciplinaridade**. São Paulo: Contentus, 2020. (e-book).
 PELANDA, A. M. **Educação ambiental**: construindo valores humanos através da educação. Curitiba: Intersaberes, 2021. (e-book).

Disciplina: Didática e seus Fundamentos					
Departamento: Departamento de Educação, Linguística e Letras			Código:		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Pressupostos filosóficos, históricos, sociais e políticos da Didática e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. Tendências pedagógicas no Brasil, trabalho docente e organização de sala de aula. Conhecer os diferentes tipos de planejamento educacional. Técnicas, estratégias e métodos de ensino. Recursos pedagógicos e avaliação escolar. Uso da prática interdisciplinar no trabalho docente para promover criatividade, inclusão e democracia.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositiva dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumento mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
LIBÂNEO, José Carlos. Didática . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar : estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011. NARODOWSKI, Mariano. Comenius & a educação . Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2. ed. Belo Horizonte, 2006.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
ALENCASTRO, Passos Ilma (Org.). Didática : o ensino e suas relações. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012. FONTANA, Roseli Aparecida Cação. Mediação pedagógica na sala de aula . 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção educação contemporânea). NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.). Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares . 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. SANTORO, Maria Amélia Franco, PIMENTA, Selma Garrido. Didática : embates contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Edição Loyola, 2014. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível . 14. ed. São Paulo: Papirus, 2002.					

Disciplina: **História da Educação Brasileira**

Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código:		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Análise crítica dos processos históricos, políticos e intelectuais que estruturaram a educação brasileira, desde o período colonial (Ratio Studiorum, Reformas Pombalinas) até a contemporaneidade (LDB 1996 e desafios atuais). Estudo das principais legislações educacionais (Lei de 1827, Reformas Republicanas, Reformas Capanema, Reforma Universitária de 1968) e seu impacto na organização escolar. Aprofundamento nas correntes de pensamento e nos debates intelectuais (Iluminismo, Positivismo, Escola Nova, teorias críticas) e o papel de seus protagonistas. Análise da relação entre projetos educacionais, Estado e sociedade, abordando as tensões entre a formação das elites e as demandas por instrução popular, incluindo a educação jesuítica, indígena e as lacunas na educação das populações afro-brasileiras.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira . 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973) . 44. Ed. Petrópolis: Vozes, 2018. HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. História da Educação Brasileira: Leituras . 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil . 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporã: O ensino superior da Colônia à Era Vargas . 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007. FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade e poder: análise crítica da reforma universitária de 1968 . Brasília: Plano, 2000. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). Histórias e Memórias da Educação no Brasil (Vol. I, II e III) . Petrópolis: Vozes, 2004-2005. CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931) . Bragança Paulista: Edusf, 1998. FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade . 6. ed. São Paulo: Centauro, 2005.					

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	
Departamento: Departamento de Educação, Linguística e Letras	Código:

HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
04	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		☒ NÃO	☐ SIM	
EMENTA				
Análise dos fundamentos históricos em torno da surdez e da educação do surdo considerando suas relações com o contexto contemporâneo, os ditames legais, sociais, políticos e educacionais. Ênfase na compreensão dos termos e conceitos próprios da cultura surda, assim como nas estruturas organizacionais da gramática da Língua Brasileira de Sinais (Libras) atrelada às suas funções sociais e comunicativas. Introdução às práticas de compreensão e produção da Libras como segunda língua no cotidiano e os modos de apreensão da sinalização da pessoa surda.				
METODOLOGIA				
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CAPOVILLA, F. C. RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) . Volumes 1 e 2. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. INEP: CNPq: Capes: Obeduc, 2012. GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009. QUADROS, R., M.; KARNOPP, L.K Língua brasileira de sinais: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FERNANDES, Eulália (org.). Surdez e bilingüismo . Porto Alegre: Mediação 2005. GOLDFELD, M. A criança Surda . São Paulo: Pexes, 1997. LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação . 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007. QUADROS, Ronice, Muller; KARNOPP, Lodenir. Língua Brasileira de sinais: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESVELI, Z. M. Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades . São Paulo: Plexus, 2003.				

Disciplina: Sociologia da Educação					
Departamento: Departamento de Educação, Linguística e Letras			Código:		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					

Estudo da educação como fenômeno social, histórico e cultural. As contribuições da Sociologia para a compreensão das relações entre educação e sociedade. A escola como instituição social e seus papéis na reprodução e na transformação social. As relações entre educação, desigualdade, classe, gênero e raça. A formação docente e o trabalho do professor em contextos socioculturais diversos. A educação básica como espaço de socialização, resistência e construção de identidades.		
METODOLOGIA		
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia . São Paulo: Vozes, 2011. BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução : elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
APPLE, Michael W. Ideologia e currículo . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber : elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000. GENTILI, Pablo (org.). Pedagogia da Exclusão : crítica ao neoliberalismo em educação. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.		

Disciplina: Teorias e Práticas da Educação Especial: ações inclusivas					
Departamento: Departamento de Educação, Linguística e Letras				Código:	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		☒ NÃO	☐ SIM		
EMENTA					
História da educação especial, políticas públicas de educação especial. Organização neuro sensorial do reconhecimento na pessoa portadora de deficiência. Sujeitos da educação especial. Linguagem e representação na pessoa portadora de deficiência intelectual e múltipla. Pessoa de deficiência intelectual. Aspectos Autistas. Inclusão. Ações inclusivas. Legislações.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar					

as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). Inclusão e escolarização : Múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.
CUNHA, Eugênio. Autismo e Inclusão psicopedagógica e práticas educativas na escola e na família . 4. ed. Rio de Janeiro: Walk, 2012.
RELVAS, Marta Pires. Neurociências e Educação . Potencialidades dos gêneros humanos na sala de aula. Rio de Janeiro: Walk Ed. 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BAPTISTA, Claudio Roberto (org.). Inclusão e escolarização : Múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.
BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos . Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file Acesso em: 20 abr. 2022.
CANDAU, Vera Maria (Coord.). Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A.
CUNHA, Eugênio. Práticas Pedagógicas para a inclusão e diversidade . Rio de Janeiro: Walk Editora, 2014.
TRINDADE, Azoilda L. (Org.). Multiculturalismo : mil e uma faces da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Disciplina: Metodologia do Ensino de História I					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código:		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
03	45		Teórica	Prática	Total
			45	0	45
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Estudo das correntes metodológicas e epistemológicas do ensino de História, articuladas ao fundamentos sociológicos, filosóficos e históricos da educação escolar. Análise crítica da trajetória e situação do ensino de História no Brasil, suas implicações nas diversas realidade escolares e sua relação com as políticas curriculares, a legislação educacional e os desafios da sociedade contemporânea, como as relações entre educação e diversidade, direitos humano e cidadania. Reflexão sobre currículo, didática, planejamento e avaliação das aprendizagens no ensino de História, com ênfase na promoção da justiça social, equidade, inclusão e gestão democrática.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo					

discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ABUD, Kátia M. A construção de uma Didática da História : algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. <i>História</i> , São Paulo, 22 (1), p.183-193, 2003.
BITTENCOURT, Circe M. F. O saber histórico em sala de aula . São Paulo: Contexto, 1998.
FONSECA, Selva G. Didática e Prática de Ensino de História . 13ª ed. São Paulo: Papyrus, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BITTENCOURT, Circe M. F. O livro didático não é mais aquele . <i>Revista Nossa História</i> , São Paulo: Biblioteca Nacional, dez/2003, nr.2, p.52-54.
CAVALCANTE, Meire. O que você espera deles? Escola On-line. Ed.181, abr/2005.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia . Rio de Janeiro: Paz e Terra. Ed.70ª. 2021.
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . São Paulo: Paz e Terra, 1974.
HOOKS, Bell. A Teoria como Prática Libertadora. In. Ensinando a transgredir : a Educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

Disciplina: Filosofia da Educação					
Departamento: Departamento de Educação, Linguística e Letras			Código:		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Estudo dos fundamentos filosóficos da educação e sua relação com a formação humana, ética e cidadã. Correntes filosóficas e concepções de homem, mundo, conhecimento e sociedade. A filosofia como reflexão crítica sobre a prática educativa. Contribuições de pensadores clássico e contemporâneos para o pensamento educacional. Relações entre filosofia, ciência e cultura Educação, ética e política: formação de valores, liberdade, justiça e diversidade. O papel da filosofia na construção da identidade docente e na compreensão crítica da realidade educacional brasileira.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2006. SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 43. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2022. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 15. ed. São Paulo: Ática, 2020. GHIRALDELLI JR., Paulo. O que é Filosofia da Educação. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2020. JASPERS, Karl. A Filosofia da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 2000. DEWEY, John. Democracia e Educação. São Paulo: Nacional, 2020. NÓVOA, António (org.). Os Professores e a sua Formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

Disciplina: Metodologia do Ensino de História II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código:	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
03	45	Teórica	Prática	Total
		45	0	45
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Estudo e aplicação de possibilidades metodológicas para o ensino de História, com ênfase na mobilização do conhecimento histórico, da cultura e das artes em sala de aula. Análise e utilização de diferentes recursos didáticos (iconografia, teatro, música, dança, cinema, mídia digitais) como práticas educativas que considerem as dimensões estética, cultural, lúdica e afetiva do desenvolvimento dos estudantes. Discussão sobre o planejamento e o uso dessa linguagens para a abordagem de problemáticas centrais da sociedade contemporânea, como promoção da diversidade, dos direitos humanos e da cidadania, e sua articulação com os aspectos éticos e didáticos do exercício profissional.				
METODOLOGIA				
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositiva dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DEMPSEY, Amy. Estilos, escolas e movimentos . Cosac e Naify. 2011. RANGEL, Marcelo de Mello; ABREU, Marcelo. MEMÓRIA, CULTURA HISTÓRICA E ENSINO DE HISTÓRIA. História e Cultura , v. 4, p. 7-24, 2015. ROZA, Luciano. O canto de Clara: possibilidades de ensino aprendizagem da história afro-brasileira. REVISTA HISTÓRIA HOJE , v. 6, p. 100-117, 2017.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Florianópolis: Edusc, 2004.

BURUCÚA, José Emilio. **Historia, arte, cultura**. De Aby Warburg a Carlo Ginzburg. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JANSON, H.W; JANSON, Anthony. **Iniciação à História da Arte**. 3ª edição. Editora WMF Martins Fontes. 2009.

WÖLFFLIN, Heinrich. **Conceitos Fundamentais da História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989 (1ª edição Kunstgeschichtliche Grundbegriffe. Alemanha, 1915).

Disciplina: Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira				
Departamento: Departamento de Educação, Linguística e Letras			Código:	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
04	60		Teórica	Prática
			60	0
			60	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
A educação no contexto das transformações da sociedade. Perspectivas contemporâneas em torno das relações entre Estado, Educação e Sociedade. Políticas educacionais no Brasil e seu condicionantes políticos, econômicos, sociais e culturais. Estrutura e funcionamento da Educação Básica. Políticas Públicas e Gestão da Educação. Histórico da legislação básica no contexto brasileiro. Gestão e inovação em projetos pedagógicos dos diferentes subsistemas nos diversos níveis e modalidades da Educação Escolar Brasileira.				
METODOLOGIA				
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adapta as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositiva dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DOURADO, Luiz Fernandes e Vitor Henrique Paro (Orgs.). Políticas públicas e educação básica . 1. ed. São Paulo: Editora Xamã, 2001.				
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.				
OLIVEIRA, Dalila Andrade e DUARTE, Adriana Maria Cancelli (Orgs.). Políticas públicas e Educação: regulação e conhecimento . 1. ed. Belo Horizonte: Fino traço Editora, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas Constituições . 1ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014				
MARTINS, Angela Maria. Política e gestão da educação: desafios em tempos de mudanças . Campinas: Editora Autores Associados, 2013.				
MAZZOTA, Marcos J.S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas . São Paulo: Cortez, 2005				
SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado,				

controvérsias e perspectivas. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2014. SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

6.7.2 Disciplinas Obrigatórias do Núcleo ACCE.

Disciplina: Introdução aos Estudos Históricos				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos: 04	Carga horária total: 60		Carga horária/distribuição:	
			Teórica	Prática
			60	0
				Total
				60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Estudos dos conceitos fundamentais da História: tempo, memória, verdade, subjetividade do historiador, cultura histórica, conhecimento histórico. Estudo da construção dos problemas, métodos, abordagens, o entendimento da fonte, do objeto, a questão do ensino e pesquisa. Especificidades do conhecimento histórico, do ofício do historiador e seus desafios do ensino da ciência histórica na contemporaneidade.				
METODOLOGIA				
A metodologia para introdução aos estudos históricos baseia-se na problematização do passado, utilizando fontes diversificadas e análise teórico-metodológica, considerando as respectivas sub-áreas. Delimita-se o objeto/tempo/espço/público, levantamento bibliográfico e documental, questiona-se os vestígios reconhecendo que a história é uma construção contínua, nunca pronta e terminada, e o historiador é um investigador parcial de seu tempo, considerando ainda as novas tecnologias de informação e comunicação. Tal método poderá ser adaptado pelo(a) professor(a) responsável.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
Bloch, Marc. Apologia a História . Rio de Janeiro: Zahar, 2002. Burke, Peter. A escrita da história : novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP/SP, 1992. Certeau, Michel de. A escrita da História . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. Nora, Pierre. Entre memória e história : a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
Novaes, Adauto (org.). Tempo e história . São Paulo: Companhia das letras, 1992. Prost, Antoine. Doze lições sobre a história . Belo Horizonte: Autêntica, 2008. Revel, Jacques (org.). Jogos de Escala : a experiência da microanálise. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. Rüsen, Jörn; Schmidt, Maria Auxiliadora, Martins, Estevão de Resende (Org.). Jörn Rüsen : contribuições para uma teoria da didática da história. Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016. Schaff, Adam. História e Verdade . 6 ed. São Paulo. Martins Fontes. 1995.				

Disciplina: Patrimônio Histórico e Cultural				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
04	60		Teórica	Prática
			60	0
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
A disciplina será desenvolvida a partir de uma abordagem dialógica, interdisciplinar e problematizadora pautada na conexão entre conceitos (memória, identidade, preservação, patrimônio material/tangível e imaterial/intangível). Buscará a valorização do patrimônio da região dos estudantes, promovendo reconhecimento e pertencimento, com foco na atuação em sala de aula e na educação patrimonial.				
METODOLOGIA				
Aulas expositivas dialogadas (apresentação de conceitos fundamentais com participação ativa dos alunos); proposição de estudos de caso com análise de políticas de preservação (ex.: atuação do IPHAN); discussão de conflitos envolvendo patrimônio (gentrificação, turismo predatório, disputas de memória); Rodas de conversa: debates coletivos sobre memória, identidade e patrimônio cultural; compartilhamento de experiências pessoais e comunitárias. Estímulo ao uso de TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) como ferramentas pedagógicas essenciais. Utilização de plataformas como Google Classroom ou Moodle para disponibilização de conteúdos; uso de ferramentas digitais interativas: Padlet: construção de murais virtuais sobre patrimônios locais; Canva: criação de materiais didáticos e campanhas de valorização do patrimônio; Google Earth: exploração de espaços patrimoniais e produção audiovisual (criação de vídeos curtos, podcasts ou exposições digitais sobre patrimônios culturais).				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio . São Paulo: Editora Unesp, 2006. CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil . Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012. LEMO, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico . São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil . 3 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Patrimônio histórico e cultural . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. GONÇALVES, José Reginaldo. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. Estudos Históricos . Rio de Janeiro, vol. 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015. IPHAN. Educação Patrimonial: inventários participativos . Manual de aplicação /Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília-DF, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventarios_participativos_manual.pdf NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares . Projeto História, São Paulo (10), dez. 1993, p.7-28.				

Disciplina: **História Antiga**

Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código		
HISTÓRIA						
Créditos:		Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04		60		Teórica	Prática	Total
				60	0	60
Pré-requisito:			[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA						
A disciplina envolve reflexão crítica, e análise histórica e historiográfica sobre múltiplos aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos dos povos que se desenvolveram no período da Antiguidade, considerando suas relações com a contemporaneidade. Inclui o Crescente fértil: Mesopotâmia e Egito; o mundo clássico: Grécia e Roma na Antiguidade; outras civilizações da Antiguidade: persas, fenícios e hititas; a África Antiga; passando pela constituição do conhecimento histórico acerca da Antiguidade através da variedade de fontes históricas do período. Engloba também a problematização do ensino de História Antiga no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio: fontes primárias em sala de aula, livros didáticos e os desafios do ensino de temáticas transversais. Com isso, a disciplina busca ambientar os discentes ao estudo da Antiguidade, tanto para a formação geral do historiador como do professor do ensino básico e médio.						
METODOLOGIA						
A disciplina será composta em parte de aulas expositivas sobre conteúdo programático e debates de texto, realizadas em sala de aula com recurso de quadro e datashow. Também será composta de atividades que incluem: leitura de textos e materiais didáticos; utilização de fontes primárias (com pesquisa em acervos digitais), e recursos didáticos como filmes, imagens, literatura e música; mediações de texto e apresentação de seminários (introduzindo ferramentas gratuitas de Inteligência Artificial) com exposição dos alunos de suas reflexões acerca das temáticas selecionadas para apresentação, levando em consideração a interação entre alunos e docente na construção do conhecimento.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA						
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . 3ª Ed. SP: ed. Ed. Brasiliense, 1991.						
CARDOSO, Ciro Flamarion. Antiguidade Oriental . 2ª Ed. SP: Ed. Contexto, 1997.						
FLORENZANO, Maria Beatriz B. O mundo antigo: economia e sociedade . SP: Brasiliense, 1994.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR						
CARDOSO, Ciro, Flamarion. Sociedades do Antigo Oriente Próximo . São Paulo: Ed. Ática, 1991.						
CARDOSO, Ciro Flamarion. Sete Olhares Sobre a Antiguidade . Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.						
MENDES, Norma et. al. A Experiência Imperialista Romana: Teorias e Práticas . Revista Tempo n. 18. Rio de Janeiro, 2005.						
MOKHTAR, Gamal. História geral da África, II: África antiga , 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.						
VERNANT, Jan-Pierre. Trabalho e escravidão na Grécia Antiga . Campinas, SP: Papirus, 1989.						

Disciplina: Teoria e Metodologia da História I	
Departamento: Departamento de Ciências Humanas	Código

HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
04	60		Teórica	Prática
			60	0
Pré-requisito:		☒ NÃO	☐ SIM	
EMENTA				
Compreender a estruturação de tópicos da teoria e metodologia da história e desenvolver habilidades para a pesquisa em espaço acadêmico e escolar, abordando aspectos do pensamento histórico da antiguidade ao mundo contemporâneo, como as tópicas da historiografia antiga (autoridade e verdade), a escatologia cristã e a historiografia no medievo e o conceito moderno de história e o progresso, ciência e objetividade na historiografia oitocentista, além da história-problema dos Annales, o marxismo e a Nova História no século XX.				
METODOLOGIA				
Partir de questões do presente para investigar o passado, transformando o conteúdo em um objeto de pesquisa ativa pelo aluno. Delimitar o significado de objeto, método, hipótese. Considera-se uma metodologia ativa na utilização de textos, imagens, mapas, músicas e objetos como ferramentas pedagógicas para que o estudante aprenda a analisar evidências e trajetória historiográfica dos autores, considerando ainda as tecnologias de informação e comunicação atualizadas.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DOSSE, François. A história em migalhas : dos Annales à nova história. São Paulo: Ensaio, Campinas: Ed. UNICAMP, 2003. KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado : Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006. PEREIRA DE ALMEIDA, R., Boer, N.; TASCHETO DA SILVA, M. (2023). Teorias da história, paradigmas e escolas historiográficas : um estudo de revisão bibliográfica. <i>Disciplinarum Scientia Ciências Humanas</i> , 24(1), 135–154.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ARAÚJO, Valdei Lopes de... [et.al.]. A experiência do tempo : conceitos e narrativas da formação brasileira (1813-1845). São Paulo : Aderaldo & Rothschild, 2008. DE MELLO RANGEL, MARCELO. Temporalidade e felicidade hoje : uma relação possível entre o pensamento histórico, a democracia e a experiência da felicidade. <i>Revista ArteFilosofia</i> , v. 25, p. 52-67, 2018. DOMINGUES, Petrônio. Por uma história negra . <i>Revista Estudos Históricos</i> (Rio de Janeiro). [Internet]. 2025;38(85):e20250503. DOS SANTOS, MARIA CRISTINA. Caminhos historiográficos na construção da História Indígena . <i>Revista de História da Unisinos</i> , v. 21, p. 337-350, 2017. MARTINS, Estevão de Rezende. A história pensada : teoria e método na historiografia europeia do Século XIX. São Paulo: Contexto, 2010. MENDES, B., ARRAIS, C. A., & BERBERT JÚNIOR, C. O. (2023). O lugar da teoria da história na formação de historiadores e historiadoras no ensino superior . <i>Varia Historia</i> , 39(79), e23108.				

Disciplina: **História Medieval**

Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
A disciplina envolve a reflexão crítica e análise histórica e historiográfica sobre os processos de transformações sociais, econômicas, culturais e políticas que ocorreram no período medieval, entre os séculos V e XV, considerando as relações entre o Ocidente e o Oriente, incluindo: a fragmentação do Império Romano e as relações estabelecidas com os germanos; a construção da sociedade feudal; o desenvolvimento do Império Bizantino; a expansão do Islão; as instituições da Igreja; a formação dos estados modernos; a crise de fins da Idade Média; o renascimento urbano e comercial. Engloba também a constituição das principais instituições políticas, sociais, econômicas e manifestações culturais da Idade Média ocidental e oriental, e a desconstrução de conceitos e preconceitos da história tradicional sobre o medievo. Por fim, abarca a problematização do trabalho com as fontes históricas do medievo e do ensino de História Medieval no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio: fontes primárias em sala de aula, livros didáticos e os desafios do ensino de temáticas transversais.					
METODOLOGIA					
A disciplina será composta em parte de aulas expositivas sobre conteúdo programático e debates de texto, realizadas em sala de aula com recurso de quadro e datashow. Também será composta de atividades que incluem: leitura de textos e materiais didáticos; utilização de fontes primárias (com pesquisa em acervos digitais), e recursos didáticos como filmes, imagens, literatura e música; mediações de texto e apresentação de seminários (introduzindo ferramentas gratuitas de Inteligência Artificial) com exposição dos alunos de suas reflexões acerca das temáticas selecionadas para apresentação, levando em consideração a interação entre alunos e docente na construção do conhecimento.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
FRANCO JR., Hilário. A Idade Média . O Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001. HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes . São Paulo: Companhia das Letras, 2006. LE GOFF, Jacques. A civilização do ocidente medieval . Bauru, SP: Edusc, 2005.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
ANDERSON, P. Passagens da Antiguidade ao feudalismo . São Paulo: Brasiliense, 1987. BASCHET, Jèrôme. A Civilização Feudal . Porto Alegre: Editora Globo, 2008. BLOCH, Marc. A sociedade feudal . Lisboa Edições 70, 1980. LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário Temático do Ocidente Medieval . Bauru, SP: Edusc, 2006. VAUCHEZ, André. A espiritualidade na idade Média ocidental . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.					

Disciplina: História Moderna					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total

		60	0	60
Pré-requisito:	[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA				
Análise da transição do mundo medieval para o moderno, e da formação deste a partir das permanências e transformações políticas, econômicas e sociais que atingiram os diferentes níveis da sociedade europeia a partir do século XV. Discussão sobre centralização monárquica, surgimento do mercantilismo, expansionismo marítimo comercial, filosofia do Renascimento e as reformas religiosas. A constituição dos estados modernos, a formação da sociedade do antigo regime, a ascensão do Iluminismo e do despotismo esclarecido, e suas implicações políticas e sociais no século XVIII. Entendimento do conceito de Modernidade, assim como a diferença entre a construção desta modernidade do mundo ocidental e no mundo oriental. Análise das abordagens do período em materiais escolares, considerando os diferentes níveis escolares.				
METODOLOGIA				
Análise de fontes primárias e secundárias, produzidas e referentes aos séculos XV a XVIII. Tal metodologia se caracteriza pela crítica documental, pela formulação de problemas de pesquisa e pelo estudo interdisciplinar. Essa interdisciplinaridade se baseia no diálogo com as áreas da Antropologia, Sociologia, Economia e Literatura para complexificação da pesquisa, considerando ainda as novas tecnologias de informação e comunicação. Tal método poderá ser adaptado pelo(a) professor(a) responsável.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANDERSON, Perry. Linhagens do estado absolutista . Porto: Afrontamento, 1984. FALCON, Francisco; RODRIGUES, Antonio Edmilson. A formação do mundo moderno: a construção do Ocidente dos séculos XIV ao XVIII . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. SKINER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno . Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes (Vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. __. O processo civilizador: formação do Estado e Civilização (Vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. FALCON, Francisco. Mercantilismo e Transição . São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. FEDERICI, Silvia. O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação . São Paulo: Editora Elefante, 2023. HOBSBAWN, Eric. A Era das revoluções. 1789-1848 . Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002. SEVCENKO, N. O Renascimento . São Paulo: Atual, 1999. Vovelle, M. (org.). O homem do iluminismo . Lisboa: Estampa, 1997.				

Disciplina: História dos Povos Originários					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					

Teorias sobre o povoamento do continente americano e do território brasileiro. Principais grupos étnicos que ocupam e ocuparam o território antes da invasão e colonização portuguesa. Relações sociais, políticas, econômicas, culturais, artísticas e religiosas dos grupos étnicos originários do território brasileiro. Opressões, resistência e políticas indigenistas no Brasil, do período colonial à atualidade. Subsídios para o ensino-aprendizagem das histórias e das culturas indígenas, a partir da Lei 11.645/08, com ênfase no protagonismo dos povos originários e as novas tecnologias de informação e comunicação.		
METODOLOGIA		
A metodologia para o estudo da história dos povos originários baseia-se na descolonização do saber, priorizando fontes indígenas (orais, materiais, visuais, escritas) garantindo o protagonismo plural de seus povos. A abordagem deve ser interdisciplinar, colaborativa e ética, evitando estereótipos, valorizando a diversidade cultural e reconhecendo a história como um processo vivo e dinâmico. Superar visões eurocêntricas e analisar o impacto do imperialismo/colonialismo na pesquisa. Tal método poderá ser adaptado pelo(a) professor(a) responsável.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP, 2000.		
MONTEIRO, John. Tupis, Tapuias e Historiadores : estudos de história indígena e do indigenismo. Tese apresentada para o concurso de livre docência na UNICAMP. Campinas, 2001.		
SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus . Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
AFONSO, Germano B. Ensino de História e Cultura Indígenas . São Paulo: InterSaberes, 2016.		
KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A Queda do Céu : Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.		
MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990) . São Paulo: Editora Paulinas, 2012.		
GAGLIARDI, José Mauro. O Indígena e a República . São Paulo : HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 1989. Ribeiro, Berta. O Índio na História do Brasil		
TODOROV, Tzvetan. A conquista da América : a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1999.		
SMITH, Linda Tuhiwai. Descolonizando metodologias : pesquisa e povos indígenas. Curitiba: Editora UFPR, 2018.		

Disciplina: Teoria e Metodologia da História II					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					

Compreender as dinâmicas da historicidade, especialmente as interfaces ontológicas, teórico metodológicas e ético-políticas circunscritas às diversas possibilidades de articulação de saberes historiográficos, que envolvem a cultura de história em um sentido amplo e a produção historiográfica especializada produzida nas academias e universidades, perpassando momentos decisivos nos séculos XVIII, XIX, XX e XXI.
METODOLOGIA
Desenvolver a capacidade do aluno de se perceber no tempo, conectando passado, presente e futuro para uma atuação crítica, considerando a construção de uma consciência histórica. Método de ensino-aprendizagem de técnicas de coleta, seleção e análise de fontes, fundamentais para a construção de argumentos fundamentados, considerando as tecnologias de informação e comunicação atualizadas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ARAUJO, Valdeir; RANGEL, Marcelo de Mello. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. hist. historiogr. Ouro Preto, n. 17, abril, 2015, p. 318-332. HARTOG, François. Crer em história. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul. São Paulo : Autêntica, 2019. SPIVAK, Gayatri C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BARROS, José D'Assunção de. Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2020. DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. MBEMBE, Achille. Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada. São Paulo: Vozes, 2019. NASCIMENTO, Ayrton; SANTANA, Pedro. Decolonialidade: contribuições para (re)pensar a história. Revista de Ciências Humanas CAETÉ 2020. V2. Nº3, p. 167-178. WHITE, Hayden V. Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. 2. ed. [S.l.] EDUSP, 2001.

Disciplina: História do Brasil I					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Análise crítica do processo de expansão marítima e a colonização portuguesa na América. As sociedades indígenas pré-cabralianas: diversidade cultural e os impactos sociodemográficos do contato europeu. A estruturação do sistema colonial: modelos de administração, monopólio e a relação metrópole-colônia. Dinâmicas econômicas e formação social: os complexos do pau-brasil, a agroindústria açucareira e a sociedade mineradora. A instituição da escravidão africana: o tráfico transatlântico, a organização do trabalho, formas de resistência (quilombos, revoltas) e a formação das culturas afro-brasileiras. A expansão					

territorial: pecuária, drogas do sertão, bandeirismo (sertanismo) e a formação de fronteiras. Análise das principais correntes historiográficas sobre o período colonial brasileiro. A problematização do ensino de História do Brasil Colonial no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio: fontes primárias em sala de aula, livros didáticos e os desafios do ensino da temática indígena e afro-brasileira (Leis 10.639/03 e 11.645/08).
METODOLOGIA
Aulas Expositivo-Dialogadas sobre os temas da disciplina (conferir ementa). Introdução à pesquisa em acervos digitais (Projeto Resgate, Arquivo Nacional). Utilização de ferramentas gratuitas de Inteligência Artificial (modelos de linguagem e plataformas de reconhecimento óptico de caracteres - OCR/HTR) como auxiliares na transcrição paleográfica de fontes primárias dos séculos XVI ao XVIII (cartas de sesmarias, devassas, testamentos). O uso da IA servirá para cotejamento e aceleração do deciframento paleográfico inicial, cabendo ao discente a revisão crítica e histórica do documento. Elaboração de um portfólio didático sobre a cultura material e o cotidiano colonial. Para contornar a falta de recursos em escolas públicas, os licenciandos deverão propor oficinas de iconografia histórica utilizando materiais de baixíssimo custo para reproduzir pigmentações da época. O projeto incluirá planos de aula que utilizem carvão, guache, e técnicas de aquarela com café solúvel ou extratos de terra, permitindo que os futuros alunos da educação básica experimentem concretamente aspectos da materialidade e da arte do período colonial.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. A diplomática e a paleografia na formação do historiador e do arquivista. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 110, p. 11-23, 1990. BICALHO, Maria Fernanda B. As câmaras municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 251-280, 1998. VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. Tempo, Niterói, v. 3, n. 6, p. 11-30, 1999.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALDEN, Dauril. O período colonial. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 841-855, 1983. BOXER, Charles R. Relações raciais no império colonial português, 1415-1825. Revista de História, São Paulo, n. 75, p. 245-250, 1968. FARIA, Sheila de Castro. Família e mulher no Brasil colonial. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais, v. 3, n. 1, 2006. KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: o mapa das cortes e a negociação do Tratado de Madri. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 39-60, 2007. SCHWARTZ, Stuart B. Luso-Espanhóis e a Identidade do Brasil Colonial. Revista de História, São Paulo, n. 165, p. 11-38, 2011.

Disciplina: História da América I					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:			[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA				
Estudo dos impactos da chegada, conquista e processos de colonização dos europeus e na América. Os povos conquistados e suas complexidades. O conteúdo citado é abordado em suas múltiplas dimensões: a social, a econômica, a política e a cultural. Questionam-se as lideranças internas e externas e as aglutinações que se movimentam e culminam nos processos de independência na América Hispânica. Analisam-se os grupos sociais norte-americanos contexto antecedente e concomitante à presença europeia, debatem-se os aspectos formativos das estruturas sociais anglo-saxãs, assim como os matizes da liderança inglesa nas treze colônias. Propõem-se a análise dos métodos de ensino de materiais didáticos para se pensar o ensino de História da América no Ensino Fundamental II e Médio.				
METODOLOGIA				
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina. Da independência até 1870. Vol. 3. São Paulo: Edusp, 2001. GRUZINSKI, Serge. Colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. DONGHI, Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BAPTIST, Edward E. A Segunda Escravidão e a Primeira República Americana. Almanack [online].2013, n. 5 [Acessado 30 Abril 2022] , pp. 5-41. GOENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. Estudos Avançados [online]. 2004, v. 18, n. 50 [Acessado 30 Abril 2022] , pp. 295-302. MARQUESE, Rafael de Bivar. PIMENTA, JOÃO PAULO . Tradições de História Global na América Latina e no Caribe. História da Historiografia, v. 17, p. 30-49, 2015. PRADO, Maria Lígia. A formação das nações latino-americanas. São Paulo: Atual. 2009. STEIN, Stanley. Herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.				

Disciplina: Metodologia de Pesquisa em História					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Teorias, metodologias e técnicas que perpassam o fazer historiográfico. Interloquções entre					

teoria e prática na constituição de objetos de pesquisa. As diferentes etapas da pesquisa (Delimitação do tema, problemas, hipóteses, referenciais teórico-metodológicos, trabalho com as fontes, cronograma e bibliografia). Procedimentos e normas técnicas fundamentais para a produção do trabalho científico.
METODOLOGIA
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história : da escolha do tema ao quadro teórico. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. CERTEAU, Michel de. A escrita da História . Rio de Janeiro: Forens Universitária, 2000. ECO, Umberto. Como se faz uma tese . 14. ed. [S.l.] Perspectiva, 1996.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BLOCH, Marc. Apologia da história ou O ofício do historiador . Rio de Janeiro, Zahar, 2002. GINZBURG, Carlo. Olhos de madeira : nove reflexões sobre a distância. 1 ed. [S.l.] Companhia das Letras, 2001. HARTOG, François. Crer em história . Belo Horizonte: Autêntica, 2020. KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado . Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas . 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

Disciplina: História do Brasil II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
04	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
A crise do Antigo Sistema Colonial e os impactos da interiorização da metrópole (1808): abertura dos portos e tratados internacionais. O processo de Independência: continuidades e rupturas sociais, políticas e econômicas. O Primeiro Reinado: a Constituição de 1824, o poder moderador e as resistências ao projeto autoritário. O Período Regencial: o avanço liberal, o regresso conservador e as rebeliões provinciais (Cabanagem, Farroupilha, Sabinada, Balaiada). O Segundo Reinado: a consolidação do Estado imperial, a política de conciliação e o parlamentarismo "às avessas". A economia cafeeira: expansão territorial, transição para o trabalho livre e a política imigratória. A crise do escravismo e o processo abolicionista: resistência negra, leis emancipacionistas e a abolição incompleta. A crise da Monarquia e o movimento republicano. Debates historiográficos sobre a formação do Estado e da nação. Metodologias para o ensino do Brasil Império no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio: o uso da iconografia, da literatura e dos documentos oficiais na construção do conhecimento				

histórico escolar.
METODOLOGIA
Aulas Expositivo-Dialogadas sobre os temas da disciplina (conferir ementa). Aprofundamento no trato com fontes primárias, com foco na transcrição diplomática de manuscritos do século XIX (relatórios de presidentes de província, processos criminais envolvendo escravizados, Anais da Câmara dos Deputados etc.). A ênfase recairá sobre a extração de narrativas subalternizadas e a compreensão da máquina administrativa imperial. Produção de um Podcast Histórico (Áudio-documentário). Utilizando os gravadores e aplicativos de edição gratuitos dos próprios smartphones, os grupos de licenciandos deverão roteirizar e gravar episódios curtos (10-15 minutos) voltados ao público do Ensino Médio. Os roteiros devem ser obrigatoriamente embasados nas fontes manuscritas do século XIX transcritas na etapa anterior, dramatizando debates legislativos, narrando a vida cotidiana etc.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CARVALHO, José Murilo de. A história política: o debate no Brasil. Varia Historia, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 254-266, 2005. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Acesso à terra e cidadania: os libertos e a lei de terras de 1850. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 325-346, 2008. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil. Tempo, Niterói, v. 4, n. 8, p. 41-65, 1999.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 39-55, 2000. GRAHAM, Richard. Cidadania e eleições no Brasil imperial. Revista de História, São Paulo, n. 138, p. 45-56, 1998. MATTOS, Ilmar Rohloff de. O ensino de história e a construção do Estado imperial. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25-26, p. 235-248, 1993. PARRON, Tâmis. A política da escravidão no Império do Brasil. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 80, p. 143-164, 2008. SLENES, Robert W. As provas de um historiador na "Senzala". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 105-125, 1997.

Disciplina: História da América II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
04	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Análise acerca da afirmação de suas nações no século XIX em meio aos conflitos econômicos territoriais. Problematização acerca dos processos de disputa que compõem o novo território Latino Americano, entre o marco da independência até o século XX. Aborda-se o processo revolucionário mexicano e cubano, assim como os populismos e os regimes de exceção do				

Cone Sul. Avaliação do processo de construção e consolidação dos Estados Unidos da América no que diz respeito aos fatores internos e externos. Por meio de produções fílmicas, materiais didáticos, debates e projetos serão analisados os métodos mais adequados para o ensino de História da América II no Ensino Fundamental e Médio.
METODOLOGIA
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Geopolítica e política exterior : Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. FERREIRA, Jorge (org). O populismo e sua história . Debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. SAID, Edward W. Orientalismo : o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DE LA TORRE, Carlos. ¿Por qué los populismos latinoamericanos se niegan a desaparecer? E.I.A.L. , Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales Sede Ecuador, v. 19, ed. 2, p. 1-22, 2008. FRANCO, M.; IGLESIAS, M. El estado de excepción en Uruguay y Argentina. Reflexiones teóricas, históricas e historiográficas. Revista de História Comparada (UFRJ) , v. 5, p. 91-115, 2011. IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. QUADRAT, S. V. As faces da repressão nos países da América Latina. Revista de História (UFES) , Vitória, v. 13, p. 196-202, 2001. SADER, Emir. Cuba, Chile e Nicarágua : O socialismo na América latina. São Paulo, editora Atual, 1992.

Disciplina: História de Minas Gerais					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Estudo sobre a ocupação inicial do território das Minas Gerais. Processo de formação econômica, política, cultural e religiosa da história mineira. A descoberta do ouro, a mineração e as atividades econômicas advindas desse período. Análise da formação escravista mineira colonial. O processo de montagem do aparato político-administrativo metropolitano na capitania. Conflitos sociais, motins e inconfidências. A 'ideologia' da					

mineiridade e seus desdobramentos políticos e sociais. A república em Minas, o sistema oligárquico e o processo de industrialização. Interpretações historiográficas da formação e da articulação inter-regional mineira e brasileira. Além da dimensão historiográfica, a disciplina também contempla a formação pedagógica dos licenciandos, estimulando a reflexão sobre estratégias didáticas adequadas para o ensino da História de Minas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.
METODOLOGIA
A metodologia da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva historiográfica crítica, que valoriza a análise de fontes históricas, o debate interpretativo e o diálogo com diferentes correntes da historiografia brasileira. O processo de ensino-aprendizagem combina aulas expositivas dialogadas, análise de documentos históricos, debates orientados, estudos de caso, projetos de pesquisa e uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), buscando promover uma aprendizagem ativa e reflexiva. As TICs serão incorporadas como instrumentos pedagógicos para ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem. Entre os recursos utilizados destacam-se: acesso a ambientes virtuais de aprendizagem; acervos digitais de arquivos e bibliotecas; mapas interativos e cartografia histórica digital; produção de <i>podcasts</i> e vídeos educativos; construção de linhas do tempo digitais. Essas ferramentas contribuem para aproximar os estudantes das fontes históricas e estimular a produção de conteúdos didáticos inovadores.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BOXER, Charles R. A idade de ouro do Brasil . Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (org). História das Mulheres no Brasil . São Paulo: Contexto, 2004. MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa . A inconfidência mineira: Brasil-Portugal - 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ABDALA, Mônica Chaves. Receita de Mineiridade : a cozinha e a construção da imagem do mineiro. Uberlândia: EDUFU, 2015. ANASTASIA, Carla Maria Junho. Vassalos Rebeldes : violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 2012, p. 117-131. BOSCHI, Caio César. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. Revista Estudos Históricos . Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p.- 100-111. MELLO e SOUZA, Laura de. Desclassificados do Ouro : a pobreza mineira no século XVIII. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. REIS, L. M. Mineiridade: identidade regional e ideologia. Cadernos de História , v. 9, n. 11, p. 89-98, 1 maio 2007.

Disciplina: História da África					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					

A África como objeto de estudo. O continente, sua geografia e os tempos remotos. Política, religião e economia: a África saariana e a expansão do Islã; a floresta e as formações sociais da África Subsaariana. Escravidão. Comércio trans/intercontinental: homens e mercadorias. O fim do tráfico de escravos. O contexto africano no século XIX. Ocupação europeia e resistência. Os diferentes colonialismos. Ideologias anticoloniais: pan-africanismo e negritude. Os nacionalismos africanos e a descolonização. As independências. A África atual. Seleção e aplicação de estratégias de ensino para a construção de um conhecimento histórico significativo na Educação Básica, tais como análise de fontes, estudos de caso, projetos interdisciplinares e uso de diferentes linguagens.
METODOLOGIA
A disciplina será conduzida a partir de uma abordagem que integra a formação teórica em História da África com a reflexão didática própria da licenciatura. As aulas serão organizadas em torno de três eixos complementares: a exposição dialogada dos conteúdos historiográficos, a análise orientada de fontes documentais e a discussão de estratégias de transposição didática para a educação básica. Em cada unidade temática apresentar-se-á o estado da arte do conhecimento histórico sobre o período ou região em foco, destacando os principais debates historiográficos e as contribuições de intelectuais africanos e afrodiáspóricos. Em seguida, serão propostas atividades práticas de análise de diferentes linguagens, tais como, relatos de viajantes, iconografia, cultura material, documentários, obras literárias e musicais, visando exercitar a leitura crítica das fontes. Haverá construção coletiva de materiais didáticos, simulação de situações de aula e elaboração de sequências didáticas, articulando o conhecimento acadêmico ao currículo da educação básica. A avaliação será tanto processual, considerando a participação qualificada nos debates, a qualidade das análises de fontes, a criatividade e pertinência dos materiais didáticos produzidos, quanto avaliação somativa por meio de provas, seminários e produção de texto autoral.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Arquivo Nacional. Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade. 1988. FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das letras, 1997. KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra I - 3.ed. 1999. HERNANDEZ, Leila M. G. África na sala de aula: visita à história contemporânea, A - 4. ed. / 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. FELINTO, Renata. (Org.) Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos. religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais / Belo Horizonte: Fino traço, 2012. NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.) Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. SANTOS, Patrícia Teixeira. Reflexões sobre o ensino colonial em África: trajetórias da instituição escolar no antigo Sudão (1889-1952), História Hoje: revista de História e de Ensino, v. 1, nº 1, p. 139-155 – 2012. THOMAZ, Omar Ribeiro. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista, Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v.51,n.1,

2008.

Disciplina: Historiografia Brasileira				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
04	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Compreender alguns dos caminhos da historiografia brasileira e adquirir habilidades críticas de compreensão das estruturas de poder que estabelecem cânones historiográficos; o surgimento da ideia de nação e a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); a Geração de 1870 e a questão social que tensionaram o papel da História; o ensaísmo e a síntese histórica; as construções das universidades e a disciplinarização do conhecimento histórico; os desafios contemporâneos à historiografia brasileira.				
METODOLOGIA				
Considera-se o método científico para a definição do objeto, levantamento bibliográfico, heurística (busca de fontes), crítica documental (interna/externa) e síntese interpretativa. Avalia-se a capacidade de síntese e compreensão dos temas centrais da disciplina, tais como o ensino da trajetória histórica de uma perspectiva positivista/nacionalista (século XIX) para a Nova História, incorporando métodos franceses (Annales), marxismo e interdisciplinaridade (sociologia, antropologia), além das tecnologias de informação e comunicação recentes para a aplicação do método em história pública, além das especificidades da América Latina e do Brasil na escrita da história.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala . Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006. GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos : o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. ISSN 2178-1494. p. 5-20. HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil . 26° ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. OLIVEIRA, Maria da Gloria de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. História da Historiografia : International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018. DOI: 10.15848/hh.v11i28.1414.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César. (Org.). Escrever história : historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Serra-ES: Editora Milfontes, 2017. BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Um enigma chamado Brasil . 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil . São Paulo: Selo Negro, 2011. NASCIMENTO, Maria Beatriz. Uma história feita por mãos negras : relações raciais, quilombos e movimentos. Organização de Alex Ratts. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.				

SILVA, Ana Rosa Cloclet da; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus. H. F. **Contribuições à história da historiografia luso-brasileira**. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Fapemig, 2013.

Disciplina: História do Brasil III					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
A Proclamação da República: projetos republicanos em disputa (positivistas, liberais e jacobinos). A estruturação da Primeira República: federalismo, política dos governadores, coronelismo e fraudes eleitorais. A economia agroexportadora e o modelo de financiamento (Funding Loan e Convênio de Taubaté). A urbanização, os inícios da industrialização e as reformas sanitárias. Movimentos sociais e resistência na Primeira República: messianismo (Canudos e Contestado), cangaço, revoltas urbanas (Vacina, Chibata) e a formação do movimento operário (a Greve Geral de 1917). A crise das oligarquias, o tenentismo, o modernismo de 1922 e a Revolução de 1930. A Era Vargas (1930-1945): Governo Provisório, Governo Constitucional e o Estado Novo. Industrialização de substituição de importações, trabalhismo, legislação social, controle sindical e aparelho repressivo. A historiografia sobre a Primeira República e a Era Vargas. Estratégias pedagógicas: o uso da imprensa, da fotografia e da música popular urbana como fontes documentais para o ensino de História no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio.					
METODOLOGIA					
Aulas Expositivo-Dialogadas sobre os temas da disciplina (conferir ementa). Pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira. Análise do discurso da grande imprensa frente aos jornais operários e anarquistas. Análise iconográfica da fotografia do início do século XX (as reformas urbanas de Pereira Passos, a Guerra de Canudos). Criação de um Vlog Educacional ou Vídeo-Ensaio. Os estudantes deverão gravar vídeos curtos utilizando a linguagem dinâmica das redes sociais, mas com rigor historiográfico. O objetivo é desconstruir uma narrativa oficial da Primeira República. A edição deve mesclar a fala do licenciando com a exibição em tela das fotografias e recortes de jornais pesquisados, utilizando aplicativos de edição de vídeo gratuitos para celular.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
D'ARAÚJO, Maria Celina. O Estado Novo e a modernização burocrática no Brasil. Revista de Administração Pública , Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 176-189, 1995. FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história: debate e crítica. O Tempo e o Argumento , Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 110-124, 2009. GOMES, Angela de Castro. A práxis da utopia: o movimento operário da Primeira República. Estudos Históricos , Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-66, 1988.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
BATALHA, Claudio H. M. Formação da classe operária e projetos de sociedade na Primeira República. Revista Brasileira de História , São Paulo, v. 15, n. 29, p. 111-131, 1995. CHALHOUB, Sidney. A revolta da vacina. Revista de História , São Paulo, n. 120, p. 147-152,					

1989.

FRENCH, John D. Os trabalhadores industriais e o populismo em São Paulo, 1930-1945.

Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 45-68, 1989.

KNAUSS, Paulo. A arte de documentar o cotidiano: a fotografia na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 345-365, 2008.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O pacto coronelista: a construção do sistema político da Primeira República. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 29, p. 124-142, 2003.

Disciplina: História Contemporânea I				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
04	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Estudo do processo de consolidação das sociedades contemporâneas com ênfase nos aspectos econômicos, políticos e culturais; análise da construção da ordem burguesa e da manutenção das dinâmicas sociais durante o século XIX considerando os fenômenos que marcam a transição para o referido tempo histórico. Problematisa o processo que originou a formação industrial contemporânea e debate os marcos temporais a respeito do grande salto inglês. Aborda os movimentos da Revolução Francesa e a construção da ordem contemporânea e elucida o processo de consolidação do Estado-nação do século XIX. Por meio de documentários, estudo de caso e materiais didáticos serão problematizados os métodos mais eficazes para ensinar História Contemporânea I no Ensino Fundamental e Médio.				
METODOLOGIA				
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANDERSON, Benedict. Um mapa da questão nacional . Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. CHARTIER, Roger. Origens culturais da Revolução Francesa . São Paulo: Editora UNESP, 2009. THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa I, II e III 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ELIAS, Norbert. O processo civilizador : uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas . Salvador: EDUFBA, 2008. FURET, François. Pensando a Revolução Francesa /. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. HOBSBAWM, E. J. Ecos da marsehesa : dois séculos reveem e revolução francesa. 1 ed.				

Companhia de Letras, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Disciplina: Arquivos e Museus					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:		Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
04		60		Teórica	Prática
				60	0
Pré-requisito:		☒ NÃO		☐ SIM	
EMENTA					
Arquivologia e História. Gestão e Inovação no arquivamento de documentos. Administração de documentos. Arquivos e Museus: trajetória histórica. Concepção de história presente nos discursos museográficos. Utilização dos arquivos e museus na pesquisa e no ensino de história. Análise de acervos arquivísticos e museológicos, de maneira parametrizada com o currículo escolar, o ensino de história e a BNCC.					
METODOLOGIA					
A metodologia para arquivos e museus envolve um conjunto de técnicas e procedimentos voltados para a preservação, organização, documentação e acesso à memória e ao patrimônio. Embora os arquivos foquem na gestão documental e os museus na musealização de objetos e coleções, ambas as instituições compartilham procedimentos de conservação, pesquisa e democratização do acesso, considerando ainda as novas tecnologias de informação e comunicação. Tal método poderá ser adaptado pelo(a) professor(a) responsável.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BORGES, Maria Eliza Linhares. Inovações, coleções, museus . Belo Horizonte: Autêntica, 2011. GIRAUDY, Gabrielle; BOUILHET, Henri. O Museu e a Vida . Rio de Janeiro: Minc Sphan/ Pró Memória, 1990. Paes Marilena Leite. Arquivo, teoria e prática. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. VERGÈ, Françoise. Decolonizar o Museu : programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
CASTRO, Celso. Pesquisando em arquivos . Rio de Janeiro: Zahar, 2008. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes, tratamento documental . Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004. Bittencourt, José Neves et al. História representada : o dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; Vidal, Diana Gonçalves (org.). Museus : dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna. Belo Horizonte: Fino traço, 2013. Schellenberg, Theodore R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: ED. FGV, 2005. SILVA, Zélia Lopes da (org.). Arquivos, patrimônio e Memória – trajetórias e perspectivas. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 1999.					

Disciplina: **História Contemporânea II**

Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Abordam-se os processos de consolidação das sociedades contemporâneas que são perpassadas por rupturas: os Imperialismos do entre os séculos XIX e XX, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, a crise liberal e o Nazismo/Fascismo. Em um outro momento, analisam-se o segundo conflito de proporções globais e a posterior bipolaridade entre estadunidenses e soviéticos. Examinam-se os eventos que moldam a ordem encontrada em sociedades contemporâneas dos séculos XX/XXI. Por meio de documentários, materiais didáticos e debates serão problematizados os métodos mais eficazes para o ensino de História Contemporânea II no Ensino Fundamental II e Médio.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo . São Paulo: Companhia de Bolso, 2012. REIS FILHO, Daniel Aarão. As revoluções russas e o socialismo soviético . São Paulo: UNESP, 2003. SAID, Edward W. Orientalismo : o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
DOWBOR, Ladislau. A formação do terceiro mundo . 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas . Salvador: EDUFBA, 2008. FERRO, Marc. História da Segunda Guerra Mundial Século XX . São Paulo: Ática, 1995. HOBSBAWM, E. J. Era dos extremos . [S.l.]: Compahia de Letras, 2015. LENHARO, Alcir. Nazismo : o triunfo da vontade. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.					

Disciplina: História do Brasil IV					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					

A experiência democrática (1945-1964): o pacto conservador, a urbanização acelerada e a reconfiguração das lutas de classes. O debate historiográfico ao conceito de "populismo": limites estruturais da terminologia, a agência política da classe trabalhadora e a complexidade do pacto trabalhista. Projetos de nação em disputa: o nacional-desenvolvimentismo, a expansão do capital estrangeiro e a polarização social em torno das Reformas de Base. O golpe de 1964: a articulação orgânica entre as Forças Armadas, o empresariado, a imprensa, o aparato civil conservador e o capital internacional na deposição do governo constitucional. A Ditadura Civil-Militar (1964-1985): o arcabouço jurídico-repressivo, a institucionalização do terror de Estado, o modelo de concentração de renda e as frentes de resistência (armada e civil). A transição pactuada: a Lei de Anistia, as tutelas militares, os limites do movimento das Diretas Já e as continuidades autoritárias no aparelho de Estado brasileiro. A Constituição de 1988: as pressões dos movimentos sociais durante a Constituinte, o avanço formal dos direitos garantistas e a persistência histórica das desigualdades estruturais. A implementação do neoliberalismo na década de 1990: reestruturação produtiva, privatizações, flexibilização das relações trabalhistas e seus impactos na organização sindical. O Brasil no século XXI: as políticas de ação afirmativa, os programas de transferência de renda, as novas clivagens sociais e a reorganização das forças políticas na contemporaneidade. História do Tempo Presente e os embates de memória: o papel da justiça de transição, a Comissão Nacional da Verdade e as disputas públicas pelas narrativas do passado recente. Ensino de História e temas sensíveis: o uso metodológico de testemunhos, da história oral e dos acervos do DOPS para a abordagem de ditaduras e violações de direitos humanos no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio.
METODOLOGIA
Aulas Expositivo-Dialogadas sobre os temas da disciplina (conferir ementa). Introdução à metodologia da História Oral. Os discentes deverão realizar, gravar e transcrever pequenas entrevistas com membros de suas comunidades sobre experiências vividas durante a ditadura militar, a hiperinflação da década de 1980 ou as mobilizações sociais recentes. Elaboração de um Material Didático Digital (E-book ou Zine Digital) sobre História do Tempo Presente e Temas Sensíveis. Este material deverá compilar as fontes orais coletadas pelos alunos, trechos do relatório da Comissão Nacional da Verdade e propostas de atividades para a sala de aula. O produto final deve ser formatado em plataformas gratuitas de design gráfico e otimizado para distribuição, garantindo que o material possa chegar a alunos da educação básica de forma facilitada.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
AARÃO REIS, Daniel. A ditadura civil-militar brasileira: o que a nova historiografia tem a dizer. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 18-35, 2014. FICO, Carlos. A ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017. NAPOLITANO, Marcos. A história contemporânea e a história do tempo presente. Revista de História, São Paulo, n. 165, p. 321-342, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BAUER, Caroline Silveira. O uso do passado e a justiça de transição no Brasil. Tempo, Niterói, v. 19, n. 35, p. 5-25, 2013. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A transição democrática no Brasil: o pacto conservador e as lutas sociais. Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 15-32, 2006. QUADRAT, Samantha Viz. A repressão sem fronteiras: a Operação Condor no Cone Sul.

Revista de História, São Paulo, n. 147, p. 131-152, 2002.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e luta armada. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 113-132, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, história e ditadura. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 35-58, 2010.

Disciplina: Historiografia Contemporânea				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
04	60		Teórica	Prática
			60	0
				Total
				60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Conhecer cânones historiográficos contemporâneos e adquirir habilidades críticas para entender algumas das estruturas de poder que os estruturaram. Compreender a emergência de novos problemas teórico-historiográficos com o aprofundamento da crise dos grandes paradigmas em torno da década de 1970, especialmente com o surgimento das vanguardas que problematizaram as descontinuidades entre linguagem e experiência, assim como a intensificação de abordagens culturalistas, responsáveis por dar vozes aos vencidos. Abordar o surgimento de outras configurações epistêmicas, ontológicas e ético-políticas intensificadas no século XXI.				
METODOLOGIA				
Incorporar, na historiografia contemporânea, o conhecimento e utilização de ferramentas da sociologia, antropologia, economia, geografia e psicologia para enriquecer a análise, conforme incentivado pela Escola dos Annales, salientando o aspecto interdisciplinar da historiografia de(s)colonial. A era digital exige o uso de metodologias híbridas, que combinam análises quantitativas e qualitativas, além do tratamento de dados digitais, redes sociais e fontes visuais.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CERTEAU, Michel de. A escrita da História . Rio de Janeiro: Forens Universitária, 2000. HUNT, Lynn. A nova história cultural . 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. SOUZA BARBOSA, Cairo de. História intelectual em perspectiva global: letrados, ideias e redes na América Latina. Esboços: histórias em contextos globais [en linea]. 2020, 27(44), 149-156.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.); FERNANDES, Florestan (coord.). Pierre Bourdieu – Sociologia . São Paulo: Ática, 1983. GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios . Trad. António Narino. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. HARTOG, François. Evidência da história: o que os historiadores veem . 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra . São Paulo: N-1 edições, 2018. OLIVEIRA, Maria da Gloria de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography , Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018.				

Disciplina: História das Relações de Gênero					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Gênero como categoria de análise histórica. Representações de gênero. Experiências individuais e coletivas das mulheres na história. Os papéis sociais de gênero. Corpo e comportamento. História das mulheres no Brasil. O patriarcado como sistema de dominação-exploração. Feminismos e estudos decoloniais. A violência de gênero sob a perspectiva histórica. Debates com os discentes sobre abordagens e estratégias pedagógicas voltadas ao ensino de História para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.					
METODOLOGIA					
A proposta da disciplina é utilizar abordagem que combine aulas expositivas dialogadas, análise de fontes históricas, debates orientados, estudos de caso, produção de projetos e uso de tecnologias digitais, favorecendo a construção coletiva do conhecimento e estimulando a reflexão crítica dos estudantes. Considerando que a disciplina integra a formação de professores de História, uma parte das atividades será dedicada à reflexão sobre estratégias pedagógicas para o ensino das relações de gênero na educação básica. Nesse sentido, os estudantes serão incentivados a elaborar planos de aula sobre gênero e história; desenvolver sequências didáticas para o Ensino Fundamental e Médio; discutir formas de abordar temas sensíveis em sala de aula. Entre os recursos tecnológicos empregados destacam-se: acesso a acervos históricos digitais, bibliotecas, plataformas de imagens históricas, uso de ferramentas de análise de mídia, produção de <i>podcasts</i> e vídeos educativos. Esses recursos permitem diversificar as estratégias de ensino voltados para a Educação Básica (anos finais do ensino fundamental e ensino médio) e aproximar os estudantes de diferentes linguagens e suportes de aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). Nova História das Mulheres no Brasil . São Paulo: Contexto, 2013. PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (orgs.) História dos homens no Brasil . São Paulo: Editora UNESP, 2013. SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência . 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). Pensamento feminista: conceitos fundamentais . Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. LERNER, Gerda. A criação do patriarcado . História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Editora Cultrix, 2019. PERROT, Michele. Minha história das mulheres . Tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2012. JABLONKA, Ivan. Homens justos . Do patriarcado às novas masculinidades. São Paulo: Todavia, 2021.					

VERGÈS, Françoise. **Um Feminismo Decolonial**. São Paulo: UBU, 2020.

Disciplina: História Pública					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
04	60		Teórica	Prática	Total
			60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Estudo e atividades práticas referentes às formas de construção e difusão do conhecimento histórico em espaços não acadêmicos, escolares ou não, com ênfase na discussão sobre as implicações teóricas, metodológicas, políticas e éticas desse processo. Análise de iniciativas, práticas e suportes de História Pública voltados à interação com diferentes públicos, reconhecendo sujeitos, instituições, disputas de memória e mediações, refletindo sobre suas potencialidades como recursos didáticos para a educação básica. Gestão e inovação na transmissão, divulgação do conhecimento histórico, com especial atenção às linguagens contemporâneas e sua apropriação pedagógica em sala de aula. Construção de instrumentos avaliativos da compreensão histórica, contemplando interpretação, reflexão crítica e elaboração de narrativas.					
METODOLOGIA					
As aulas serão estruturadas em três momentos complementares: a discussão teórico-conceitual sobre os fundamentos da História Pública (seus compromissos éticos, políticos e metodológicos), o estudo de casos concretos (iniciativas em museus, arquivos, mídias digitais, projetos comunitários, literatura, audiovisual) e as oficinas de criação e gestão de projetos. Em cada unidade, o professor deverá apresentar os debates historiográficos acerca das disputas de memória, dos usos públicos do passado e dos lugares de fala dos diferentes sujeitos envolvidos nesses processos, sempre tensionando as relações entre conhecimento acadêmico e saberes extra-acadêmicos. Os alunos elaborarão, individual ou coletivamente, propostas de produtos de História Pública (como roteiros de exposição, podcasts, verbetes para wikipedia ou similares, materiais didáticos para espaços não escolares, projetos de preservação patrimonial) contemplando planejamento, definição de linguagem adequada ao público, estratégias de difusão e instrumentos de avaliação do impacto e da compreensão histórica gerada. A avaliação considerará a participação qualificada nas análises críticas, a consistência teórico-metodológica dos projetos desenvolvidos, a adequação das linguagens aos públicos propostos, além da capacidade de refletir sobre os limites e possibilidades éticas da intervenção em espaços públicos.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
ALMEIDA, Juniele, MENESES, Sônia. História Pública Em Debate : Patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.					
DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) História do tempo presente . Rio de Janeiro: FGV, 2014.					
FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio histórico e					

cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Barros, José D'Assunção. O tempo dos historiadores. Petrópolis: Vozes, 2013. PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio cultural: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. HARTOG, François. Crer em história. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História. Ouro Preto. História da Historiografia. 15 (1): 27-50, 2014. MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Visão, visualizações e usos do passado. Anais do Museu Paulista. 15 (2): 117-123, 2007. NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. Revista História Hoje, v. 8, nº 15, p. 203-222 – 2019.

6.7.3 Disciplinas Optativas.

Disciplina: Metodologias e Fontes Históricas					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Visa à discussão sobre as fontes históricas, sua importância para o ofício de historiador e os métodos pertinentes a cada tipo de documento, incluindo diferentes linguagens e suportes e suas abordagens na historiografia.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projeto de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette . São Paulo: Companhia das Letras, 2010. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). Usos e abusos da história oral . Rio de Janeiro: FGV, 2008. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas . São Paulo: Contexto, 2010					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
 BENJAMIN, Walter. **Passagens**, v. 1, 2 e 3. Belo Horizonte: UFMG, 2018.
 GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
 KOUTSOUKOS, Sandra. **Negros no estúdio do fotógrafo**. Campinas: Unicamp, 2010.
 MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

Disciplina: Tópicos Especiais em História Comparada					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Estudo de diferentes abordagens em História Comparada, através de análise de textos teórico metodológicos e de trabalhos historiográficos comparativos. Discussão sobre a articulação entre o quadro teórico-conceitual e as múltiplas perspectivas de História Comparada.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
CARDOSO, C. F.; PÉREZ BRIGNOLI, H. O método comparativo na História . In: _____. Os métodos da História. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983, pp. 409-419. DETIENNE, M. Comparar o incomparável . Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004. HAUPT, H.-G. O lento surgimento de uma História Comparada. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (org.). Passados recompostos ; campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora FGV, 1998. pp. 205-216.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
KOCKA, J. Comparison and beyond. History and Theory , n. 42, pp. 39-44, feb. 2003. KULA, W. El método comparativo y la generalización en la Historia Económica. In: _____. Problemas y métodos de la Historia Económica . Barcelona: Península, 1977. pp. 571 - 614. LE GOFF, J. Prefácio. In: BLOCH, M. Os reis taumaturgos . São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 937. RÜSEN, J. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, J. (org.) A história escrita . Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 115-137. THEML, N.; BUSTAMANTE, R. M. da C. História Comparada : Olhares Plurais. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXIX, n. 2, pp. 7-22, 2003.					

Disciplina: **Tópicos Especiais em História Antiga**

Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Desenvolvimento histórico das sociedades humanas no mundo Antigo. Análise das dimensões político-ecocômicos que compõem as sociedades da Antiguidade. Relações de gênero, étnico-raciais e ambientais na Antiguidade. Formações culturais, religiosas e seus intercâmbios no mundo Antigo. Aspectos da Antiguidade Oriental.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
CABANES, Pierre. Introdução à História da Antiguidade . Ed. Vozes. Rio de Janeiro: 2009. PINSKY, J. As primeiras Civilizações . Ed. Contexto. São Paulo: 2010. GUARINELLO, N. História Antiga . Ed. Contexto. São Paulo: 2013.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
DUBY, Georges; PERROT, Michelle. História das Mulheres . A Antiguidade. Porto: Edições Afrontamento, 1993. FINLEY, M.I. História Antiga, testemunho e modelos . São Paulo, Martins Fontes, 1991 1996. FUNARI, P.P.A. (org.) Repensando a Antiguidade . Campinas: IFCH, 2002. KI-ZERBO, Joseph. História Geral da África , vol I e II. Brasília: UNESCO, 2010. VENTURINI, Renata L. P. Antiguidade Oriental e Clássica: economia, sociedade e cultura . Maringá: EDUEM, 2010.					

Disciplina: Tópicos Especiais em História Medieval					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Desenvolvimento histórico das sociedades no Medievalo. Análise das dimensões político ecocômicos que compõem as sociedades do período medieval. Relações de gênero, étnico raciais e ambientais no Medievalo. Formações culturais, religiosas e seus intercâmbios no período medieval. Categorias silenciadas nas sociedades medievais. Aspectos do Medievalo					

Ocidental, Oriental e Africano.
METODOLOGIA
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BLOCH, Marc. Os Reis taumaturgos . São Paulo: Companhia das Letras, 1993. LE GOFF, Jacques (dir.) O Homem Medieval . Lisboa: Imprensa Portuguesa, 1989. LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário Temático do Ocidente Medieval . Bauru, SP: Edusc, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (org.). História da Vida privada , vol. 1 e 2. Companhia de Bolso; Edição de bolso, 2009. KI-ZERBO, Joseph. História Geral da África , vol III e IV. Brasília: UNESCO, 2010. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. História das Mulheres . A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993. MOLLAT, Michel. Os pobres na Idade Média . Rio de Janeiro: Campus, 1989. SAID, Edward W. Orientalismo : o oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras: 1990.

Disciplina: Tópicos Especiais em História do Brasil Império					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Discutir a produção historiográfica relativa ao período monárquico, em particular o processo de emancipação política e formação do estado nacional, o encaminhamento político da emancipação da escravidão e a chegada da República. A análise é centrada nas concepções teóricas e metodológicas dos autores, com atenção especial ao uso das fontes na construção dos argumentos. É dada ênfase também às semelhanças e diferenças entre as correntes historiográficas.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas,					

escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir). **História Geral da Civilização Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1965, Torno II, "O Brasil Monárquico".

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos**. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000

REIS, João José e SILVA, Eduardo (orgs). **Negociação e Conflito**. A Resistência negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALENCASTRO, Luís Felipe de (org). **História da Vida Privada no Brasil** - Império: a Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, medo Branco**. O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil, 1850-1888**. Trad. de Fernando de Castro Ferro. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

Disciplina: Tópicos Especiais em História do Brasil Colônia					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
O imaginário da expansão marítima e as possibilidades de colonização; centros e periferias no espaço do Império; a ação do Estado na colônia; a economia brasileira e suas singularidades; a atuação da Igreja na normatização do comportamento colonial; norma e conflitos entre religiões e religiosidades coloniais; as contribuições e hibridismos culturais dos elementos formadores da dinâmica social e as relações estabelecidas entre os agentes da colonização; a escravidão colonial: tráfico, estruturação e resistência; o processo de contestação à ordem colonial.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala . Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. 30a ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.	
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . 17a ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 1984.	
PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia) . 21a ed. S. Paulo: Brasiliense, 1989.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
MELLO, Evaldo Cabral de. Rubro veio. O Imaginário da Restauração Pernambucana . 2a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997	
PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia . Minas Gerais, 1719-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.	
SOUZA, Laura de Mello e Souza (org). História da Vida Privada no Brasil : cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.	
SOUZA, Laura de Mello e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz : Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.	
VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados . Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.	

Disciplina: Tópicos Especiais em História Contemporânea					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Estudo dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais da Revolução Francesa até a ao início do século XXI. Mulheres, trabalhadores e nacionalismos durante o século XIX e XX. As guerras mundiais, o fenômeno revolucionário russo e sua influência na geopolítica do século XX. Regimes totalitários, expansão e crises do capitalismo, guerras decoloniais e terrorismo.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
ARRIGHI, Giovani. O longo século XX : dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.					
HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.					
TRAGTENBERG, Maurício. Revolução Russa . São Paulo: Editora UNESP, 2007.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas : reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.					

PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia de bolso, 2011.

Disciplina: Tópicos Especiais em Ensino de História					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Formação inicial e continuada de professores de História, e o desenvolvimento pessoal e profissional da docência. Os novos papéis do docente nas instituições escolares de educação básica. Perspectivas sobre Ensino de História e sua constituição como campo disciplinar. Conteúdos Curriculares, Recursos Didáticos e Interdisciplinaridades no Ensino de História. As pesquisas sobre o ensino de História na Educação Básica.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História : fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. GUIMARÃES, Selva. Didática e prática de ensino de História . Campinas: Papirus Editora, 2003. KARNAL, Leandro (org). História na sala de aula : conceitos, práticas e propostas / 5.ed. São Paulo: Contexto, 2007.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
CARVALHO, B. L. P. de. História Pública: uma breve bibliografia comentada. (Bibliografia Comentada). In: Café História – história feita com cliques . Disponível em https://www.cafehistoria.com.br/historia-publica-biblio/ . Publicado em: 6 nov. 2017. COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma De Nazaré Baía. História, historiografia e saber histórico escolar: a educação para as relações étnico-raciais e o saber histórico na literatura didática Revista Espaço Pedagógico , [S. l.], v. 21, n. 2, p. 358–379, 2014. FANAIA, João Edson de Arruda. História, Saber Acadêmico e Saber Escolar: Um Diálogo Possível? Coletâneas do Nosso Tempo , Rondonópolis, v. 8, n. 8, p. 13–22, 2008. FERREIRA, R. A. F. História pública e ensino de História: um olhar sobre o filme no livro didático. Revista Observatório , v. 3, n. 2, p. 36, 2017. SILVA, E. O. Livros didáticos e ensino de História: a Idade Média nos manuais escolares do					

Disciplina: Tópicos Especiais em Estudos de Gênero				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
02	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		☒ NÃO	☐ SIM	
EMENTA				
Fornecer elementos teóricos acerca do conceito de gênero e suas relações, eleger contextos históricos específicos para análise das relações de gênero, tais como a sala de aula e o território escolar. Refletir sobre as interseccionalidades com outros marcadores sociais da diferença.				
METODOLOGIA				
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o Debate: o uso da categoria gênero nos debates feministas. História , vol.24 n.1, Franca, 2005, p. 77-98. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004 >				
PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova história das mulheres no Brasil . São Paulo: Contexto, 2012.				
PRIORE, Mary Del & AMANTINO, Marcia. (orgs.) História dos homens no Brasil . São Paulo, Editora UNESP, 2013.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
HARAWAY, D. Gênero para um dicionário marxista : a política sexual de uma palavra. <i>Cadernos Pagu</i> , Campinas, n. 22, pp. 201-246, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf				
QUINTANEIRO, Tânia. Retratos de Mulher : o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1995.				
SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. Caderno Espaço feminino , Vol. 17, 2007. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/440				
STEARNS, Peter N. História das relações de gênero . São Paulo, Contexto, 2015.				
STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. Rev. Estud. Fem. [online]. 2006, vol.14, n.1, pp. 15-42. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100003&lng=en&nrm=iso >.				

Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
História da ideia de mineiridade ao longo do século XX. Representações do passado colonial e imperial sobre personagens e contextos do “estado” de Minas. Percursos de identidades regionais. Usos políticos da noção de mineiridade.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projeto de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
FRIEIRO, Eduardo. Feijão, angu e couve : ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro Estudos Mineiros, 1966.					
LIMA, Alceu Amoroso. Voz de Minas : ensaio de sociologia regional brasileira. São Paulo: Abril Cultural, 1983.					
VASCONCELLOS, Sylvio de. Mineiridade : ensaio de caracterização. São Paulo: Abril Cultural, 1981.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas : o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.					
GALDINO, Márcio da Rocha. Minas Gerais : ensaio de filmografia. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1983.					
MENESES, José Newton Coelho. Orbe e encruzilhada : Minas 300 anos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.					
SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Orgs.). Identidade e diferença : a perspectiva dos estudos culturais. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.					
WIRTH, John D. O fiel da balança : Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937 /. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.					

Disciplina: Tópicos Especiais de História Política					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		

EMENTA
Visa ao estudo da teoria e da historiografia das relações de poder político-institucionais, contemplando a discussão de temas, fontes e abordagens presentes na História Política com atenção para a renovação deste subcampo nas últimas décadas.
METODOLOGIA
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder . São Paulo: Paz e Terra, 2021. RÉMOND, René. Por que a história política? Estudos Históricos , v. 7 n. 13, 1994. WEBER, Max. Ciência e política : duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1996.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ARENDT, Hannah. A condição humana . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política . Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. ELIAS, Norbert. O processo civilizador : formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel Starling (orgs). Dicionário da República : 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Disciplina: História, Movimentos Sociais e Educação				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
02	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Estado, Sociedade Civil e Movimentos Sociais. Educação e movimentos sociais no campo, indígena, quilombola, negro, feminista e LGBTQIAP+. Movimentos Sociais no contexto econômico, social, histórico e político dos séculos XX e XXI. Diálogo intercultural entre práticas educativas escolares e a prática dos movimentos sociais.				
METODOLOGIA				
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias				

da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto; JEZINE, Edineide. Educação e movimentos sociais : novo olhares. Campinas: Alínea, 2011. COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; VELLOSO, Luciana e SANTOS, Rosemary dos. Os movimentos ciberativistas de (re)existência nas redes sociais e suas implicações para a educação. Revista Teias . v. 21, n. 60, 2020. p. 91-108. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/48628/32435 >. GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação . São Paulo: Editora Cortez, 2017.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ANDRADE, Edson Dorneles de. O indígena como usuário da lei: um estudo etnográfico de como o movimento da literatura indígena entende e usa a Lei nº 11.645/2008. Cad. Cedes , Campinas, v. 39, n. 109, p. 321-356, set.-dez., 2019. p. 321-356. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ccedes/a/JY48whrPwyqKVCmdb9v9Z6f/?lang=pt&format=pdf >. FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do e LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feminista, negro e lgbti no brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. Educ. Soc. vol 41, 2020. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/es/a/KkBXLLPzyYtPn5FHgk3kMLC/?lang=pt&format=pdf >. GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro Educador : saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. SANTOS, Ramonfly Bicalho. História da Educação do Campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais. Teias , v. 18, n. 51, (out/dez) 2017. p. 210-224. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24758/22819 >. VIANNA, Cláudia Pereira. Políticas de educação, gênero e diversidade sexual : breves histórias, danos e resistências. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Disciplina: História do Populismo latino-americano				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
02	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Analisa-se o Populismo e os processos de disputa que compõem as democracias Latino americanas entre a década de 1930 e 1970. Abordam-se os processos pelos quais as lideranças carismáticas assumem o poder, a aceitação popular e a característica populista de estabelecer o governo. Estudam-se as interpretações do fenômeno na América Latina como uma falha do sistemas democráticos locais em meio à modernização em curso, assim como são revisitadas as perspectivas que conferem singularidade ao modelo político e o consideram como uma maneira pela qual os cidadãos da América Latina se relacionam com a representação política.				
METODOLOGIA				
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas,				

escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Jorge. **O POPULISMO e sua história**: debate e crítica. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 31-58.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista**: capitalismo, fascismo e populismo/. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DE LA TORRE, Carlos. ¿Por qué los populismos latinoamericanos se niegan a desaparecer? **E.I.A.L.**, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales Sede Ecuador, v. 19, ed. 2, p. 1-22, 2008

DUSSEL, Enrique. **Cinco tesis sobre el Populismo**. Ciudad de Mexico. UAM-Iztapalapa, 2007
Disponível em:

<https://museoetnografico.com/pdf/puntodefuga/161116dussel.pdf> .Acessado em 12/11/2022.

GERMANI, GINO. **Política y sociedad en una época de transición**. Buenos Aires. Paidós, 1969.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos**: Autoritarismo e democratização. São Paulo, Editora Vértice, 1986.

Disciplina: História e Resistências do Negro					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Nessa disciplina estudaremos os diferentes movimentos e resistências de pessoas negras ao longo da história. Sendo possível trabalhar tanto os quilombos formados no decorrer da colonização europeia, quanto o movimento negro no século XX. Falaremos de diferentes personalidades negras como símbolo de resistência, tais como Zumbi e Dandara dos Palmares, Carolina Maria de Jesus, Ângela Davis, Lélia Gonzalez, Marielle Franco, Maya Angelou e Marighella. Para além das personalidades e biografias de pessoas pretas, a disciplina também intenciona estudar diferentes movimentos sociais relacionados a homens pretos e mulheres pretas ao longo da história da América e da África.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projetos de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do					

processo de ensino-aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DAVIS, Ângela. Mulheres, cultura e política . São Paulo: Boitempo, 2017. GONZALEZ, Lélia. Racismo e Seixismo na Cultura Brasileira . Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p.223-244. NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras . Org. Alex Ratts. Zahar. p.37-61.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
EVARISTO, Conceição. Escrevivências da Afro-Brasildade: história e memória. Releituras (Belém Horizonte), v. 1, p. 5-11, 2008. FRANCO, Marielle. <i>UPP- A redução da favela a três letras: Uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro</i>. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração. Niterói, Rio de Janeiro. 2014. JESUS, Carolina Maria. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves 2004. MUNIZ, Kassandra.. Linguagem como mandinga: população negra e periférica reinventando epistemologias. In: Ana Lúcia Silva Souza. (Org.). Cultura política nas periferias: estratégias de reexistência. 1ed.São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021, v. 01, p. 273-288. OLIVEIRA, Felipe Alves. O Movimento negro em discussão: Breve balanço historiográfico. In "<i>Nosso imperativo histórico é a luta</i>": intelectuais negros(as) insurgentes e a questão da democracia racial em São Paulo (1945-1964). Tese adquirida pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP, Brasil. Ano de obtenção: 2020.

Disciplina: Tópicos Especiais em Historiografia I					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Debate acerca da crença na História e seus limites. Formas e figurações da crença na História partir da experiência do tempo no mundo contemporâneo. Avaliação acerca das consequências políticas, sociais e culturais da crença no “fim da história” e da “crise do futuro”, bem como formas de recriar uma relação vital com a História.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projeto de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos ... Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0**. Vitória: Milfontes: 2018.
AVILA, Arthur Lima de. O fim da história e o fardo da temporalidade. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 25, p. 243-266, 2018.
PINHA, Daniel; GUIMARÃES, Gêssica; RANGEL, Marcello de Mello (Organizadores). **Diante da crise**: teoria, história da historiografia e ensino de história hoje. Vitória: Milfontes, 2021.
TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Copenhagen: Zazie, 2019. [Ebook].
NOVAES, Adauto (org.). **Mutações** – o futuro não é mais o que era. São Paulo: edições Sesc, 2013.

Disciplina: História, Pós-colonialidade e De(s)colonialidade					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Análise principais diferenças teóricas entre duas linhagens de pensamento na historiografia contemporânea: a crítica pós-colonial e o giro decolonial. Análise das distintas origens, compreensões e implicações políticas, sociais e culturais. Debate sobre suas contribuições na construção de objetos de estudos mais densos e conscientes do rigor inerente ao trabalho teórico no campo da História.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projeto de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
MIGNOLO, Walter. Histórias locais / projetos globais : colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2020.					
SAID, Edward. Orientalismo . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.					
SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Avila, Eliane Livia reis, Glaucelme Gonçalves. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: Para uma nova cultura política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CHAKRABARTY, Dipesh. A pós colonialidade e o artifício da história. **Práticas da História**, n.º 11 (2020): 247-277.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Disciplina: História e Literatura no Brasil					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
02	30		Teórica	Prática	Total
			30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Tematiza-se as porosidades entre história e literatura na cultura de história brasileira, tendo como ponto de partida as vanguardas românticas, perpassando as rupturas epistemológicas e estéticas promovidas pela geração de 1870 e a emergência do ensaísmo, que se consolida na década de 1930. O enfoque central será a tematização da emergência de diversas formas de narrativização e experimentação estéticas eurocêntricas e racializadas que foram decisivas para a formatação de características basilares da cultura de história brasileira.					
METODOLOGIA					
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projeto de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
ALONSO, Angela. Ideias em movimento : a geracao 1870 na crise do Brasil-Imperio. 1 ed. [S.l.] Paz e Terra, 2002.					
ARAUJO, Valdei Lopes de. A Experiência do Tempo : conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.					
SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetaculo das raças : cientistas, instituicoes e questao racial. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1995.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala . Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.					
HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil . 26° ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.					
MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil : identidade nacional versus					

identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
 NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio. São Paulo: Unesp, 2011.
 RAMOS, André da Silva. **Robert Southey e a experiência da história**: conceitos, narrativas, linguagens e metáforas cosmopolitas. Vitória/Mariana: Editora Milfontes/SBTHH, 2019.

Disciplina: Tópicos Especiais em Historiografia II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
02	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Tematiza-se os impactos provocados pelo giro-linguístico no âmbito da produção historiográfica em escala global, explorando as suas interfaces com o giro ético-político que se aprofunda contemporaneamente.				
METODOLOGIA				
O desenvolvimento da disciplina fundamenta-se em uma perspectiva metodológica interdisciplinar e participativa. Assegura-se ao docente a autonomia para delinear e adaptar as estratégias pedagógicas em consonância com as demandas de aprendizagem do corpo discente. O percurso formativo compreenderá a articulação entre aulas expositivas dialogadas, escrutínio analítico de textos referenciais, debates coletivos e o desenvolvimento de projeto de natureza empírica e prática. Adicionalmente, preconiza-se a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
GINZBURG, Carlo. Olhos de madeira : nove reflexões sobre a distância. 1 ed. [S.l.] Companhia das Letras, 2001. HARTOG, François. Evidência da história : o que os historiadores veem. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. WHITE, Hayden V. Tropicos do discurso : ensaios sobre a crítica da cultura. 2. ed. [S.l.] EDUSP, 2001.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CERTEAU, Michel de. A escrita da História . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. DERRIDA, Jacques. Margens da filosofia . 1 ed. [S.l.] Papyrus, 1992. GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais : morfologia e história. 1 ed. [S.l.] Companhia das Letras, 2001. HARTOG, François. Crer em história . Belo Horizonte: Autêntica, 2020. KOSELLECK, Reinhardt. Futuro passado . Contribuições à semântica dos tempos históricos. Riode Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.				

13.4.4. Disciplinas do Núcleo de Estágio.

Disciplina: **Orientação de Estágio Supervisionado I**

Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código		
HISTÓRIA						
Créditos:		Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
01		15		Teórica	Prática	Total
				15	0	15
Pré-requisito:			[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA						
Teoria e Prática para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental, e/ou Ensino Médio. Observação do espaço e secretaria escolar: estrutura física/organizacional, DED, Sistema de ponto, sistema de registro, etc. Apreciação da Legislação sobre Estágio Supervisionado. Definição de estágio supervisionado. Leitura crítica de bibliografia sobre estágio supervisionado.						
METODOLOGIA						
A disciplina será composta em parte de aulas expositivas e dialogadas, com leituras e debates de textos e materiais didáticos, realizadas em sala de aula com recurso de quadro e datashow. Também será composta de apresentações de análises e experiências, com exposição dos alunos de suas reflexões acerca das temáticas selecionadas, levando em consideração a interação entre alunos e docente na construção do conhecimento, e uso de recursos digitais. Compreende também observação não participante compreendendo o espaço físico da escola, estudo e pesquisa sobre os documentos que constituem a base legal dos estágios, bem como elaboração do Relatório Final, de planos de aula, apresentações e análises produzidas em sala de aula.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA						
BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 . Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm . Acesso em: 12 jul. 2022.						
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 . Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 12 jul. 2022.						
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. Revista Poiesis - Volume 3, Números 3 e 4, p.5- 24, 2005/2006. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/download/10542/7012 . Acesso em: 25 de maio de 2015.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR						
AQUINORD, Eliane Cristina Gallo; ARAUJO, Elisabeth Adorno de. Lugar-Escola: Espaços Educativos. Revista Mal-estar e Subjetividade . Fortaleza, vol. XIII, n. 1-2, p. 221-248, 2013. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rmes/article/download/5082/4086/16514 . Acesso em: 28 out. 2025.						
BARRA, Valdeniza Lopes. Espaço físico da escola pública goiana de tempo integral: dados e apontamentos. Educação & Realidade , Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 1081-1101, jul./set. 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2175-623660579 . Acesso em: 28 out. 2025.						
FURLANI, Sinara; CARDOSO, Grace Tibério. Configuração do ambiente físico escolar e prática pedagógica: percepção de professores de uma escola padrão. Rev. Sítio Novo , Palmas, v. 6, n. Edição Especial, p. 8-20, mar. 2022. Disponível em: https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/1180 . Acesso em: 28 out. 2025.						

SÁ, Jauri dos Santos; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Infraestrutura escolar e espaço físico em educação: o estado da arte. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 164, p. 386-413, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198053143735>. Acesso em: 27 out. 2025.

ZILIANI, Vicente Carlos; SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. O espaço escolar e a qualidade da educação: Uma revisão pela legislação brasileira. **RPGE**– Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 26, n. 00, e022022, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v26i00.16752>. Acesso em: 24 out. 2025.

Disciplina: Orientação de Estágio Supervisionado II					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código	
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
01	15	Teórica	Prática	Total	
		15	0	15	
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Teoria e Prática para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental, e/ou Ensino Médio. Observação da Supervisão/Orientação e Gestão Escolar (reunião de módulo, SIGAE, reunião de pais, planejamento, gestão). Fundamentos éticos e pedagógicos do estágio supervisionado. Apreciação do Projeto Político Pedagógico da escola. Leitura crítica de bibliografia sobre estágio supervisionado.					
METODOLOGIA					
A disciplina será composta em parte de aulas expositivas e dialogadas, com leituras e debates de textos e materiais didáticos, realizadas em sala de aula com recurso de quadro e datashow. Também será composta de apresentações de análises e experiências, com exposição dos alunos de suas reflexões acerca das temáticas selecionadas, levando em consideração a interação entre alunos e docente na construção do conhecimento, e uso de recursos digitais. Compreende também observação não participante compreendendo o espaço de gestão da escola, estudo e pesquisa sobre os documentos que constituem a base legal do funcionamento escolar, reflexão dos componentes do processo pedagógico, compreensão, da relevância do PPP e planejamento anual para o trabalho cotidiano, bem como elaboração do Relatório Final, de planos de aula, apresentações e análises produzidas em sala de aula.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
FONTANA, Roseli Aparecida Cação. Mediação pedagógica na sala de aula . 3ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção educação contemporânea). PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro. Estágio e Docência . São Paulo: Cortez, 2004. RANGEL. Mary. Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas . Campinas. São Paulo. Papirus, 2005.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva . 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008. FAZENDA, Ivani. (org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . Campinas: Papirus, 2002. NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.). Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares . 3º ed. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes,					

2007.

PIMENTA, Selma Garrido; CHEDIN, Evandro. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14ª edição. São Paulo: Papirus, 2002.

Disciplina: Orientação de Estágio Supervisionado III				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
01	15	Teórica	Prática	Total
		15	0	15
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Teoria e Prática para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental. Observação da rotina escolar e planejamento de ensino do professor supervisor. Observação participante de aulas História na sexta e sétima série dos anos finais do Ensino Fundamental. Leitura crítica de bibliografia sobre o ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental.				
METODOLOGIA				
A disciplina será composta em parte de aulas expositivas e dialogadas, com leituras e debates de textos e materiais didáticos, realizadas em sala de aula com recurso de quadro e datashow. Também será composta de apresentações de aulas, análises e experiências, com exposição dos alunos de suas reflexões acerca das temáticas selecionadas, levando em consideração a interação entre alunos e docente na construção do conhecimento, e uso de recursos digitais. Compreende também observação participante e acompanhamento da prática docente em escolas, e, sobretudo nas aulas de História do Ensino Básico, sexto e sétimos períodos, bem como elaboração do Relatório Final, de planos de aula, apresentações e análises produzidas em sala de aula.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 . Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm . Acesso em: 12 jul. 2022.				
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 . Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 12 jul. 2022.				
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular . Brasília, DF, 2018.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo . Porto Alegre: Penso, 2018.				
DE MIRANDA, Simão. Estratégias didáticas para aulas criativas . São Paulo: Papirus Editora, 2016.				
FAZENDA, Ivani. (org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . Campinas: Papirus, 2002.				
PICONEZ, Stela C. Bertholo (Orgs.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . Papirus Editora, 2010. [on line, BV]				

RANGEL. Mary. **Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas**. Campinas. São Paulo. Papyrus, 2005.

Disciplina: Orientação de Estágio Supervisionado IV				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
01	15	Teórica	Prática	Total
		15	0	15
Pré-requisito:		☒ NÃO	☐ SIM	
EMENTA				
Teoria e Prática para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental. Observação da rotina escolar e planejamento de ensino do professor supervisor. Observação participante de aulas História na oitava e nona série dos anos finais do Ensino Fundamental. Leitura crítica de bibliografia sobre o ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental.				
METODOLOGIA				
A disciplina será composta em parte de aulas expositivas e dialogadas, com leituras e debates de textos e materiais didáticos, realizadas em sala de aula com recurso de quadro e datashow. Também será composta de apresentações de aulas, análises e experiências, com exposição dos alunos de suas reflexões acerca das temáticas selecionadas, levando em consideração a interação entre alunos e docente na construção do conhecimento, e uso de recursos digitais. Compreende também observação participante e acompanhamento da prática docente em escolas, e, sobretudo nas aulas de História do Ensino Básico, oitavo e nono anos, bem como elaboração do Relatório Final, de planos de aula, apresentações e análises produzidas em sala de aula.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva . 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008. CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo . Porto Alegre: Penso, 2018. FAZENDA, Ivani. (org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . Campinas: Papyrus, 2002.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 . Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm . Acesso em: 12 jul. 2022. BRASIL. Currículo Referência de Minas Gerais . Educação Infantil e Ensino Fundamental. Disponível em: https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/ . Acesso em: 15/03/2025. FONTANA, Roseli Aparecida Cação. Mediação pedagógica na sala de aula . 3ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção educação contemporânea). LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições . 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro. Estágio e Docência . São Paulo: Cortez, 2004.				

Disciplina: **Orientação de Estágio Supervisionado V**

Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
01	15	Teórica	Prática	Total	
		15	0	15	
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					
Teoria e Prática para atuação nos anos do Ensino Médio. Observação da rotina escolar e planejamento de ensino do professor supervisor. Observação participante de aulas História nas séries do Ensino Médio. Leitura crítica de bibliografia sobre ensino de História nas séries do Ensino Médio.					
METODOLOGIA					
A disciplina será composta em parte de aulas expositivas e dialogadas, com leituras e debates de textos e materiais didáticos, realizadas em sala de aula com recurso de quadro e datashow. Também será composta de apresentações de aulas, análises e experiências, com exposição dos alunos de suas reflexões acerca das temáticas selecionadas, levando em consideração a interação entre alunos e docente na construção do conhecimento, e uso de recursos digitais. Compreende também observação participante e acompanhamento da prática docente em escolas, e, sobretudo nas aulas de História do Ensino Básico, três anos do Ensino Médio, bem como elaboração do Relatório Final, de planos de aula, apresentações e análises produzidas em sala de aula.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva . 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008.					
CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo . Porto Alegre: Penso, 2018.					
ZABALZA, Miguel A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária: saberes pedagógicos . 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 . Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm . Acesso em: 12 jul. 2022.					
BRASIL. Currículo Referência de Minas Gerais . Educação Infantil e Ensino Fundamental. Disponível em: https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/ . Acesso em: 15/03/2025.					
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 . Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 12 jul. 2022.					
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular . Brasília, DF, 2018.					
FONTANA, Roseli Aparecida Cação. Mediação pedagógica na sala de aula . 3ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção educação contemporânea).					

Disciplina: Orientação de Estágio Supervisionado VI	
Departamento: Departamento de Ciências Humanas	Código
HISTÓRIA	

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
01	15	Teórica	Prática	Total
		15	0	15
Pré-requisito:		☒ NÃO	☐ SIM	
EMENTA				
Teoria e Prática para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental. Desenvolvimento e acompanhamento de habilidades e ações de ensino de História junto às escolas da rede básica. Regência de aulas de História na sexta e sétima séries dos anos finais do Ensino Fundamental. Leitura crítica de bibliografia sobre ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental.				
METODOLOGIA				
A disciplina será composta em parte de aulas expositivas e dialogadas, com leituras e debates de textos e materiais didáticos, realizadas em sala de aula com recurso de quadro e datashow. Também será composta de apresentações de aulas, análises e experiências, com exposição dos alunos de suas reflexões acerca das temáticas selecionadas, levando em consideração a interação entre alunos e docente na construção do conhecimento, e uso de recursos digitais. Compreende também regência e acompanhamento da prática docente em escolas, e, sobretudo nas aulas de História do Ensino Básico, sexto e sétimos anos, bem como elaboração do Relatório Final, de planos de aula, apresentações e análises produzidas em sala de aula.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula . 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998. FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História . 2. ed. São Paulo: Papirus, 2003. FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Aprendendo História: reflexão e ensino . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CINTRA, Simone Cristiane Silveira; ALBANO, Ana Angélica. Memória e (re)criação na formação de professores: trilhando caminhos. Cadernos Cedes , Campinas, v. 30, n. 80, p.105-111, jan.- abr. 2010. ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo & GONTIJO, Rebeca. O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido . Campinas, SP: Papirus, 2003. VEIGA, Ilma P. A. (Org.). Didática: o ensino e suas relações . 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997. YOUNG DIGITAL PLANET (FIRMA) (org.). Educação no século 21: tendências, ferramentas e projetos para inspirar . São Paulo: Moderna, 2016.				

Disciplina: Orientação de Estágio Supervisionado VII					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
01	15		Teórica	Prática	Total

		15	0	15
Pré-requisito:	[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA				
Teoria e Prática para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental. Desenvolvimento e acompanhamento de habilidades e ações de ensino de História junto às escolas da rede básica. Regência de aulas de História na oitava e nona séries dos anos finais do Ensino Fundamental. Leitura crítica de bibliografia sobre ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental.				
METODOLOGIA				
A disciplina será composta em parte de aulas expositivas e dialogadas, com leituras e debates de textos e materiais didáticos, realizadas em sala de aula com recurso de quadro e datashow. Também será composta de apresentações de aulas, análises e experiências, com exposição dos alunos de suas reflexões acerca das temáticas selecionadas, levando em consideração a interação entre alunos e docente na construção do conhecimento, e uso de recursos digitais. Compreende também regência e acompanhamento da prática docente em escolas, e, sobretudo nas aulas de História do Ensino Básico, oitavo e nono anos, bem como elaboração do Relatório Final, de planos de aula, apresentações e análises produzidas em sala de aula.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História Ensinada . Campinas: Papirus, 1993. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar História . São Paulo: Scipione, 2009. PINSKY, Jaime; BITTENCOURT, C. M.; NADAI, Elza; DAVIES, Nicholas; MICELI, Paulo. O ensino de história e a criação do fato . São Paulo: Editora Contexto, 2014.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Brasília: MEC/SEF, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ . MINAS GERAIS. Currículo Referência de Minas Gerais . Minas Gerais, 2021. Disponível em: https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br . ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis e MAGALHAES, Marcello de Souza. Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. FERNANDES, Alex de Oliveira. Avaliação educacional: limites e desafios nas políticas públicas . Curitiba: CRV, 2020. ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo & GONTIJO, Rebeca. O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.				

Disciplina: Orientação de Estágio Supervisionado VIII					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:		
01	15		Teórica	Prática	Total
			15	0	15
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM		
EMENTA					

Teoria e Prática para atuação nos três anos do Ensino Médio. Desenvolvimento e acompanhamento de habilidades e ações de ensino de História junto às escolas da rede básica. Regência de aulas de História nas três séries do Ensino Médio. Leitura crítica de bibliografia sobre ensino de História nas séries do Ensino Médio.
METODOLOGIA
A disciplina será composta em parte de aulas expositivas e dialogadas, com leituras e debates de textos e materiais didáticos, realizadas em sala de aula com recurso de quadro e datashow. Também será composta de apresentações de aulas, análises e experiências, com exposição dos alunos de suas reflexões acerca das temáticas selecionadas, levando em consideração a interação entre alunos e docente na construção do conhecimento, e uso de recursos digitais. Compreende também regência e acompanhamento da prática docente em escolas, e, sobretudo nas aulas de História do Ensino Básico, três anos do Ensino Médio, bem como elaboração do Relatório Final, de planos de aula, apresentações e análises produzidas em sala de aula.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CATELLI JÚNIOR, Roberto. Temas e linguagens da História . São Paulo: Scipione, 2009. MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de História hoje : um panorama a partir do PNLD. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004, pp. 123-144. MONTEIRO, Ana Maria. Professores de História : entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ABREU, Martha; SOIETH, Rachel. Ensino de História : Conceitos, Temáticas e Metodologia. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2003. FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História e Ensino de História . Belo Horizonte: Autêntica, 2007. KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias o novo ritmo da informação . Campinas: Papirus, 2016. MAGALHÃES, Marcelo De Souza, ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, RIBEIRO, Jayme Fernandes Ribeiro e CIAMBARELLA, Alessandra (orgs.) Ensino de história : usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014. PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassand (orgs.). Novos combates pela história : Desafios – Ensino. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

7. METODOLOGIA DE ENSINO

O conjunto de disciplinas componentes da grade curricular do curso de licenciatura em História está dividido em quatro grupos. O primeiro composto pela formação geral; o segundo composto pela formação específica; o terceiro pelas atividades de extensão e o quarto pelo estágio supervisionado. As disciplinas são organizadas ao longo do curso garantindo que haja um diálogo entre os quatro grupos e assegurando a prática pedagógica em todos os períodos.

A organização das metodologias de ensino na construção das disciplinas é orientada pela articulação entre teoria e a prática, visando a formação integral do discente. Ademais, tem-se em consideração a atuação social e cultural do profissional licenciado em História; a interdisciplinaridade e o diálogo com os distintos campos das ciências humanas. As metodologias privilegiadas na elaboração das disciplinas propõem a participação de estudantes nas discussões, elaboração de seminários e debates sobre as mesmas ao longo do curso.

As aulas possuem os mais variados métodos tais como, aulas expositivas com debate de textos pelos estudantes; elaboração de slides; análise de documentos em acervos digitais, mídias de diversas naturezas e redes sociais; elaboração de seminários; leituras críticas de documentos e textos, dramatizações e encenações. Também é importante pautar a utilização dos recursos digitais e da internet e de plataformas licenciadas na instituição como o Moodle e o Microsoft Teams. Nesse sentido, o professor tem plena autonomia de escolha para a metodologia que melhor atenda seus propósitos.

7.1 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A Universidade do Estado de Minas Gerais tem como base de atuação o tripé ensino, pesquisa e extensão. Assim, consistindo nos pilares de sustentabilidade da atividade universitária, esses três elementos precisam ocorrer de forma articulada e não apenas no curso de História, mas em toda a UEMG, numa relação dialógica entre os cursos e núcleos. Acredita-se que a formação acadêmica do Licenciado em História deve ocorrer de maneira integrada, considerando o conjunto dessas três atividades como necessárias para garantir a consolidação de um profissional reflexivo, participativo, crítico e produtivo.

Tratando-se a pesquisa de um processo sistemático para a construção (desconstrução e reconstrução) do conhecimento humano, é responsável pela produção de novos conhecimentos (reproduzindo, refutando, ampliando e atualizando os já existentes), servindo tanto para o grupo de indivíduos que a realiza quanto para a sociedade na qual se desenvolve. A primícia elementar da pesquisa científica é que os novos conhecimentos e tecnologias (inovações no geral) que gera como produto, não podem se manter reclusos e acessíveis a um grupo seleto de indivíduos. Pelo contrário, precisam ser constantemente difundidos para a sociedade através das atividades acadêmicas de ensino e extensão.

A pesquisa no curso de História da Unidade Carangola é realizada em sua maioria através de projetos, sejam de Trabalho de Conclusão de Curso ou de Iniciação Científica, seguindo quatro linhas de pesquisa (Ver Regulamento de TCC) que funcionam como eixos organizadores do curso. Essas linhas, conectadas aos campos específicos de atuação científica do corpo docente, preocupam-se em integrar os conhecimentos históricos e historiográficos com o ensino de história e suas implicações sociais e pedagógicas.

Quanto à extensão universitária institucional, consiste em processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza uma relação dialógica, colaborativa e transformadora entre universidade e sociedade. Para que essa se direcione aos interesses e necessidades da população que rodeia a instituição, causando mudanças sociais efetivas, não deve se limitar a estender os saberes produzidos pela IES para a comunidade. É necessário ultrapassar essa visão, investindo na troca de saberes entre os envolvidos, superando a ideia da universidade como detentora de todo o conhecimento.

Há que se extrapolar a compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais). Para que a instituição de ensino de fato ultrapasse seus muros e encontre a comunidade que a rodeia, deve basear suas atividades em produção de saberes na relação da universidade com a sociedade. Grupos de estudos, pesquisas de campo e outras ações vêm se formando entre professores, alunos e sociedade civil com vistas à integração da universidade com a população local, para mútuo crescimento.

Conforme as normatizações do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais (Resolução CEE Nº 490/2022), da própria universidade (Resolução CONUN/UEMG Nº 593 de 19 de maio de 2023), e da mais recente RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica), deve-se incluir no currículo do curso, atividades de extensão com, no mínimo, 320 horas quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos. Essa regulamentação veio a reforçar essa clareza sobre a necessidade dos estudantes desenvolverem ações comunitárias participativas e colaborativas, fundamentadas em valores comprometidos com a reflexão entre diversos tipos de conhecimento erudito e popular, com a valorização da sala de sala, da cultura e da arte local e regional.

Dessa maneira, o tripé ensino, pesquisa e extensão devem ser fomentados e incentivados como forma de retroalimentação do sistema educacional. O estímulo à pesquisa e a extensão no curso se apresentará como sendo uma prioridade, e poderá ser realizada por meio de projetos desenvolvidos de forma voluntária ou vinculados a editais que são lançados anualmente pela UEMG e por outros órgãos de fomento.

Dentre os editais de incentivo a projetos de pesquisa, com oferta de bolsas de iniciação científica a discentes, lançados pela UEMG, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, estão o PIBIC UEMG/CNPq, PIBIC UEMG/PAPq e PIBIC UEMG/FAPEMIG. Além disso, a UEMG incentiva pesquisas, e exposição dos resultados destas, por parte de seu corpo docente ofertando ao mesmo tanto Bolsas de Produtividade a partir de projetos enviados aos Editais PQ, para a produção de novos conhecimentos, quanto através dos editais do Programa de Apoio à Participação de Docentes em Eventos de Pesquisa e de Extensão no País e no Exterior (PAPEV), cujo objetivo é estimular a participação de professores da UEMG em eventos de Pesquisa, Pós-Graduação e de Extensão de abrangência nacional e internacional, com custeio da taxa de inscrição, passagens e/ou diárias de viagem para participação nos eventos.

Em relação à extensão, pela Pró-Reitoria de Extensão, a UEMG, além de proporcionar ao estudante a participação no Programa de Apoio a Extensão - PAEx, com bolsas para projetos submetidos e selecionados, incentiva a realização de outras atividades extensionistas. O próprio PAEX é subdividido em editais de programas específicos, com bolsas para execução de cursos e oficinas, prestação de serviços, difusão cultural, e difusão científica, a exemplo dos editais PAEx para bolsistas de periódicos científicos da UEMG, como o caso da Revista Histórias Públicas, criada em 2022, em conjunto com os cursos de História da UEMG das Unidades Carangola e Passos.

Este periódico científico, a Revista Histórias Públicas, se expressa como meio de produção de saberes com base na articulação com o ensino e a pesquisa, de forma que permita a formação de sujeitos críticos e atuantes na transformação da realidade, assim como outros projetos em que dialogam a pesquisa, o ensino e a extensão.

A Unidade Carangola mantém um Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX) responsável pelo incentivo, análise, e certificação de projetos relativos à Iniciação Científica e Extensão coordenados por professores, inclusive promovendo programa interno de estímulo à pesquisa e à extensão voluntária. Essas atividades de pesquisa e extensão vêm sendo bastante

utilizadas pelos professores e alunos, com engajamento e participação dos mesmos nessas atividades juntamente à sociedade civil.

Vale destacar também que visando ao aprimoramento da relação ensino-pesquisa, destacamos o Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica (PEMA), coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, e adotado pelo curso de História da Unidade Carangola, com bolsas para alunos atuarem como monitores de determinadas disciplinas do curso. O Programa busca a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação e compreende o exercício de atividades de caráter técnico-didático, relacionadas ao Projeto Pedagógico de Curso, desenvolvidas por estudantes regularmente matriculados. Os objetivos, critérios e condições para a implantação da monitoria voluntária e/ou remunerada respeita os editais lançados pela instituição e as demais diretrizes previstas na Resolução COEPE/UEMG nº 305, DE 21 DE JUNHO DE 2021.

Outro destaque para o curso de História da Unidade Carangola está na adoção de outro programa institucional de bastante relevância no estabelecimento das relações ensino-pesquisa, que é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). O programa, ao inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, visa induzir e fomentar a formação inicial (elevando a qualidade desta) e continuada de profissionais do magistério, contribuindo para a valorização desta área, bem como promover a integração entre educação superior e educação básica.

Necessário se faz ressaltar que o curso de História realiza com periodicidade anual, uma Semana Acadêmica, com palestras, mini-cursos e outras atividades culturais, que mobiliza não só os graduandos em História, como egressos da instituição e a comunidade em geral; bem como eventos mais específicos do PURHIS, núcleo de pesquisa em História do curso, e do laboratório do Ensino de História, com apresentações de trabalhos dos próprios discentes e egressos. Além destes, outros eventos acadêmicos científicos, que já fazem parte do calendário oficial da UEMG como o Seminário de Pesquisa e Extensão; e outros eventos de núcleos de pesquisa interdisciplinares que contam com participação dos docentes do curso, como o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros).

Há de que considerar, também, outras atividades extracurriculares, previstas neste PPC, e já realizadas em anos posteriores, como o caso das visitas técnicas e trabalhos e campo,

que contabilizam também como AACC (*Ver regulamento*), e requerem custeio/financiamento considerando a necessidade de viagens na maioria do caso.

7.2 Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem

Para a avaliação da aprendizagem dos discentes, buscar-se-á, através do acompanhamento docente, das atividades individuais e em grupos dos alunos, valorizar a integração dos três núcleos de estudos, o desempenho das competências e das habilidades traçadas para o Curso de História, observando-se as especificidades e a globalidade dos conteúdos das disciplinas e as metodologias adotadas em sala de aula pelos professores.

Segundo o artigo 34 do Regimento da UEMG: “a avaliação do rendimento escolar é feita em cada disciplina, em função do aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes das atividades exigidas do aluno”. Portanto, o rendimento escolar do aluno, é verificado dentro de cada semestre letivo, levando-se em consideração a assiduidade e eficiência comprovadas nos estudos, sendo que, ambas, são eliminatórias. No artigo 36 do referido Regimento: “a avaliação do rendimento em cada disciplina é feita por pontos cumulativos, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem)” e no parágrafo único desse artigo é ressaltado que: “nenhuma avaliação parcial do aproveitamento pode ter valor superior a quarenta (40) pontos”.

Com exceção a estas determinações, seguidas neste Projeto Pedagógico, o docente possui autonomia na distribuição dos valores, bem como na proposição e organização dos tipos e formatos dessas atividades avaliativas ao longo de cada semestre e em cada uma de suas disciplinas ministradas. Assim, ao final do Curso, o aluno deverá ter atingido os objetivos propostos por cada atividade curricular prevista. Para ser aprovado nas disciplinas, no final do semestre letivo, o aluno deve alcançar nota igual ou superior a sessenta (60) pontos, obtidas através de atividades avaliativas diferenciadas.

A prova de segunda oportunidade é assegurada ao discente que deixar de realizar avaliações por motivo justificado, desde que apresente a solicitação preenchendo formulário próprio na Secretaria Acadêmica de sua Unidade, bem como anexando o atestado que comprove a razão das faltas às aulas, até 48 horas a partir do afastamento. O pedido será analisado pelo docente responsável, cabendo a ele definir data, horário e local da avaliação.

Não há concessão de nova data em caso de ausência na prova de segunda oportunidade, nem sua aplicação para exame final ou exame especial, conforme disposto na Resolução COEPE/UEMG nº 249/2020.

Ao estudante é assegurado o direito de revisão de provas e trabalhos escritos, desde que requerida conforme os critérios estabelecidos pela Resolução COEPE/UEMG Nº 249/2020 (arts. 33 a 39). O(A) estudante que obtiver conceito E (de 40 a 59 pontos) e frequência suficiente (75%) na disciplina, nos termos do art. 41 do Regimento Geral, poderá se submeter a exame especial. Para mais informações, procurar a Coordenação do curso.

Há a possibilidade de o estudante solicitar aproveitamento de estudos já realizados anteriormente pelo estudante, com aprovação, em cursos de graduação de Instituições de Ensino Superior credenciadas, para fins de dispensa de cursar uma ou mais disciplinas que compõem o currículo do curso de Licenciatura em História da UEMG. O aproveitamento de créditos obtidos na instituição e/ou curso de origem pelo estudante que ingressar por transferência não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) dos créditos exigidos para conclusão do Projeto Pedagógico do novo curso. Para mais informações, procurar a Coordenação do curso, e a Resolução COEPE/UEMG nº 250, de 06 de abril de 2020.

Pela resolução acima mencionada também estão previstos procedimentos de adaptação curricular, que consistem em um conjunto de atividades prescritas pela instituição de ensino com o objetivo de possibilitar o aproveitamento de estudos realizados que, na análise de conteúdo e carga horária, não lograram equivalência total, nos termos do inciso V, artigo 3º da Resolução COEPE/UEMG nº 250, de 06 de abril de 2020. Nos casos em que se verificar a necessidade de adaptações, estas deverão processar-se mediante o cumprimento de um plano especial de estudos que possibilite o melhor aproveitamento do tempo e da capacidade de aprendizagem do estudante.

A frequência às aulas é obrigatória e não há abono de faltas. O estudante que não tiver frequentado pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das atividades escolares programadas numa dada disciplina estará automaticamente reprovado na mesma. Caso o(a) estudante se ausente das aulas em razão de convocações oficiais previstas em lei, devidamente comprovadas por documento emitido por órgão competente, as faltas poderão ser justificadas. Enquadram-se nessa situação a participação em reuniões da CONAES, convocações para competições desportivas oficiais e chamadas para exercícios ou manobras

militares de Oficiais ou Aspirantes da Reserva, conforme disposto na Resolução COEPE/UEMG nº 249/2020.

O Regime Especial é um direito do(a) estudante que, em razão de licença maternidade, doença que exija afastamento prolongado ou serviço militar, precise se ausentar das aulas por período continuado. Para isso, o(a) estudante deverá preencher formulário próprio na Secretaria Acadêmica da Unidade, anexando o atestado que comprove o motivo do afastamento, no prazo de até 48 horas a partir do início da ausência. Esse regime não pode ultrapassar 90 dias, não se aplica às atividades de estágio curricular e exige que o(a) estudante realize trabalhos individuais e avaliações, mantendo contato frequente com os professores e com a Coordenação do Curso, conforme regulamentado pela Resolução COEPE/UEMG nº 249/2020.

Também é facultado ao estudante solicitar abreviação do tempo de conclusão do seu curso de graduação, por meio de extraordinário aproveitamento de estudos, previsto no art. 47, §2º, da Lei nº 9.394/96. A Resolução COEPE/UEMG nº 250/2020 constitui extraordinário aproveitamento de estudos a comprovação, pelo discente, de que detém as competências e habilidades exigidas no Projeto Pedagógico do respectivo curso, seja pelas experiências acumuladas, seja pelo desempenho intelectual, acima da média, que as disciplinas em estudo requerem. A abreviação do tempo de conclusão do curso de graduação poderá ser concedida ao discente com extraordinário aproveitamento de estudos, nos termos desta Resolução.

Por fim, o Exame Nacional de Desempenho Estudante (ENADE), avalia os estudantes de Graduação e sua realização obrigatória, conforme determina a Lei Federal nº 10.861/2004. No ano de realização do ENADE, portanto, a regularidade do(a) estudante com o Exame é indispensável para a conclusão do curso.

Ressalta-se a relevância do estabelecimento de um programa de acompanhamento e avaliação não apenas para o processo de formação dos discentes do curso de História, aferindo resultados alcançados a partir de objetivos propostos. Trata-se também de recurso fundamental para a formação continuada dos docentes, propiciando reflexões sobre sua didática, suas práticas avaliativas, e avaliação de seu próprio desempenho.

Além disso, este acompanhamento integra a identificação de mudanças de percurso eventualmente necessárias, e outras possibilidades de atuação docente no processo de aprendizagem dos alunos, considerando a profunda influência que exercem sobre esse

processo, visando ações de melhoria do curso. Daí a importância de ser realizada de modo participativo e coletivo, assumindo um caráter diagnóstico.

Uma das formas de avaliação para certificar-se da necessidade de alterações que venham contribuir para a qualidade da formação do estudante é elaboração de relatórios de avaliação institucional, plano de desenvolvimento institucional, planos de gestão da coordenação de curso, relatório de avaliação de disciplinas, relatório de desempenho dos estudantes e estudos específicos desenvolvidos por docentes do curso de História.

De modo amplo, a relação entre as formas de avaliação adotadas pelos professores e as atitudes de aprendizagem apresentadas pelos alunos na graduação, deve ser acompanhada, impreterivelmente, de uma permanente reflexão do Projeto Pedagógico do Curso.

8. ATENÇÃO AO DISCENTE

A Universidade também possui o Programa de Estágio Não Obrigatório que é ofertado aos alunos das Unidades Acadêmicas da UEMG, conforme publicizado no site da UEMG. Além disso, regularmente é promovida a seleção de monitores para acompanhar os discentes com deficiência nas atividades acadêmicas que se fizerem necessárias nas dependências da Instituição ou em atividades on-line, conforme demanda.

A fim de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência e visando sua inclusão social e cidadania neste contexto, tendo em vista ainda o Decreto Federal nº5.626/2005 – que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a UEMG disponibiliza ao longo do ano letivo tradutor e intérpretes de LIBRAS para acompanhamento das atividades dos estudantes.

É salutar informar, também, a implementação do Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE em todas as 22 Unidades Acadêmicas desta Universidade. Em suas ações, o NAE propõe implementar as políticas institucionais de inclusão, assistência estudantil e ações afirmativas para o acesso e permanência na Universidade e, realizar atendimento aos estudantes, atuando em ações de caráter social na promoção da saúde, do esporte, da cultura e

oferecendo apoio acadêmico, contribuindo para a integração psicossocial, acadêmica e profissional da comunidade discente.

Como ações de nivelamento, a UEMG possui o Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica – PEMA, regulamentado pela Resolução COEPE/UEMG nº 305, de 21 de junho de 2020, é destinado à melhoria do processo de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação e compreende o exercício de atividades de caráter técnico-didático, relacionadas ao Projeto Pedagógico de Curso, mediante a concessão de bolsas aos estudantes regularmente matriculados em Cursos de Graduação, nas modalidades presencial e a distância.

Além disto, destacamos a possibilidade de participação dos discentes em intercâmbios nacionais e internacionais, por meio dos diversos convênios firmados com instituições parceiras. Todas as informações sobre mobilidade estudantil estão disponíveis no site da UEMG.

8.1. Programa de Acolhimento

A atenção ao discente constitui um dos eixos estruturantes das políticas institucionais da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), orientadas para a promoção da permanência, do desenvolvimento acadêmico e do bem-estar dos estudantes ao longo de sua trajetória universitária. Nesse sentido, a UEMG desenvolve ações sistemáticas de acolhimento aos ingressantes, compreendendo o ingresso no ensino superior como um momento de transição significativo, que envolve mudanças acadêmicas, sociais e pessoais.

O processo de inserção na universidade é frequentemente marcado pelo afastamento do ambiente familiar, pela adaptação a novas rotinas e pela vivência de relações institucionais regidas por normas e dinâmicas próprias do ensino superior. Tais desafios tendem a ser intensificados no caso de estudantes oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis, cujas trajetórias educacionais podem ter sido atravessadas por desigualdades estruturais que impactam diretamente as condições de aprendizagem e permanência.

No âmbito do Curso de Licenciatura em História da Unidade Carangola, o programa de acolhimento assume papel fundamental na integração dos ingressantes à comunidade acadêmica, ao apresentar a estrutura do curso, seus princípios formativos, as instâncias institucionais de apoio e os serviços disponíveis. Dessa forma, o acolhimento discente

consolida-se como uma estratégia essencial para a promoção de uma formação integral, equitativa e inclusiva, em consonância com o compromisso social da UEMG e com os objetivos educacionais do curso.

Acredita-se que a captação de bolsas para discentes através desses programas vai além de efetivar o tripé Pesquisa/Ensino/Extensão em que sustenta o desenvolvimento da UEMG, possibilitando também mais uma forma de incentivar e garantir a permanência e manutenção dos estudantes no curso até sua conclusão.

8.2. Programa Estadual de Assistência Estudantil

Instituído pela Lei Estadual Nº 22.570 de 05 de julho de 2017, com o Decreto Estadual Nº 47.389 de 23 de março de 2018 atualizado pelo Decreto nº 48.402, de 7 de abril de 2022, com a Resolução CONUN/UEMG Nº 592 de 19 de maio de 2023 e a Ata da Reunião CONUN de 13 de fevereiro de 2019, para concessão de auxílios pecuniários aos estudantes de graduação, de baixa renda, devidamente matriculados em cursos presenciais e em situação regular, de todas as suas Unidades Acadêmicas, com o objetivo de contribuir para a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O PEAEs/UEMG concede diversos tipos de auxílio, tais como: moradia, alimentação, transporte, creche, apoio didático-pedagógico, promoção à saúde, promoção à cultura, promoção ao esporte, promoção à inclusão da pessoa com deficiência e inclusão digital. Destaca-se que os estudantes regularmente matriculados na Universidade podem receber até três tipos de auxílio concomitantemente, democratizando o ensino superior público do Estado de Minas Gerais. Todas as informações estão disponíveis no site da UEMG, inclusive os editais para a concessão dos auxílios.

8.3. Programa INCLUA

Com o objetivo de promover a permanência e o desenvolvimento acadêmico de estudantes com dificuldades de aprendizagem, a UEMG instituiu, na Resolução CONUN/UEMG nº 671/2025, o Programa INCLUA. Ele foi estruturado para ofertar, por meio da seleção de monitores da graduação ou pós-graduação, apoio acadêmico individualizado às

Pessoas Público-alvo da Educação Especial e Inclusiva (PAEEI). Para isso, é necessário que o estudante apoiado passe por uma Avaliação Diagnóstica Educacional, que servirá de base para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e do Plano de Atendimento Especializado (PAE). Tais documentos têm como finalidade mapear estratégias de participação acadêmica do estudante e estratégias de mediação do monitor, respectivamente.

8.4. Programa Institucional de Apoio à Extensão (PROEx)

Autorizado pela Lei nº 22.929/2018 e Decretos nº 47.442/2018 e nº 47.512/2018, apoia projetos extensionistas com bolsas para estudantes e professores. Finalidades: formação integral, prática da extensão como geradora de conhecimento, impacto social, integração ensino-pesquisa-extensão e cumprimento da Resolução COEPE nº 287/2021 (extensão como componente curricular obrigatório).

8.5. Programa de Apoio à Pesquisa (PAPq)

vinculado à PROPPG e facultado pela Lei Estadual nº 22.929/2018 e Decretos nº 47.512/2018 e nº 47.442/2018, foca na iniciação científica de discentes. Modalidades de bolsas e auxílios: BIC (Iniciação Científica para graduação), BPO (Professor Orientador), material de consumo, participação em eventos e confecção de teses/dissertações. Visa integrar graduação e pós-graduação em atividades científicas e culturais.

8.6 Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica (PEMA)

Regulamentado pela Resolução COEPE/UEMG nº 305/2021, o PEMA oferece bolsas a alunos regularmente matriculados em graduação (presencial ou EAD) para atividades técnico-didáticas vinculadas ao Projeto Pedagógico do curso. Objetivos principais incluem participação em projetos de ensino sob orientação docente, suporte a colegas com dificuldades, inovação pedagógica, interação professor-aluno e estímulo à vocação docente. Para detalhes, consulte o edital vigente no site da UEMG ou contate pema.prograd@uemg.br.

8.7 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

O programa é promovido pelo Ministério da Educação e coordenado pela CAPES, visando a fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério, nos termos da Lei Federal nº 11.502/2007, do Decreto Federal nº 6.094/2007 e do Decreto Federal nº 8.752/2016. A execução do PIBID ocorre mediante Acordo de Cooperação Técnica entre CAPES, CONSED e UNDIME, para atuação conjunta nas atividades do programa. Seus objetivos vão do incentivo à formação de docentes em nível superior para a educação básica, elevando a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura; até a promoção da integração entre educação superior e educação básica, inserindo os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, e proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino aprendizagem.

8.8 Programa de Apoio Psicopedagógico

Aprovado pela Resolução CONUN-UEMG nº 201/2010 e atualizado pela nº 523/2021, o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) atua em todas as unidades acadêmicas, promovendo inclusão, assistência e ações afirmativas. Oferece acolhimento individual, suporte psicossocial, acadêmico e profissional, além de encaminhamentos para saúde, psicologia ou jurídico. Atribuições incluem orientação em acessibilidade, ambientação, disseminação de editais e integração com comunidades locais.

8.9. Programa de Bolsa para Povos e Comunidades Tradicionais (PROPCTs)

Desde 2024, o PROPCTs integra um conjunto de iniciativas voltadas à promoção da equidade e excelência da formação acadêmica no ensino superior. Seu objetivo é assegurar a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes indígenas, quilombolas, ciganos e outros integrantes de comunidades tradicionais, devidamente matriculados e em situação regular nos cursos de graduação presenciais ou de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela

UEMG; bem como contribuir para a formação acadêmica e o fortalecimento identitário das comunidades de origem dos(as) estudantes beneficiados(as); e promover a democratização da permanência no ensino superior, visando minimizar as desigualdades sociais e étnico-raciais.

8.10. Seguro do Estudante

Com o objetivo de garantir segurança nas atividades acadêmicas, a UEMG mantém contrato de seguro contra acidentes pessoais para estudantes regularmente matriculados, cobrindo situações ocorridas em aulas práticas, pesquisas, projetos de extensão e demais atividades institucionais. Mais informações: <https://uemg.br/images/Nae/nae-seguro-estudantes-orientacoes.pdf>.

8.11. Política de Internacionalização e AICI

A Assessoria de Intercâmbio e Cooperação Interinstitucional (AICI) é responsável pelas relações entre a UEMG e as instituições nacionais e estrangeiras no que tange à internacionalização. A AICI está regulamentada pelo Decreto nº 48.746, de 29/12/2023, no Art. 27:

- I – Estabelecer contatos com instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, para levantamento de possibilidades de intercâmbio e colaboração com a Uemg;
- II – Avaliar as condições requeridas pelas instituições convenientes;
- III – Prestar o suporte necessário à celebração de intercâmbios, contratos e convênios;
- IV – Propor regras básicas de intercâmbio e de colaboração a serem firmados;
- V – Prover as Unidades Universitárias das informações referentes à possibilidade de intercâmbio e colaboração;
- VI – Relatar, ao término do intercâmbio, do contrato ou do convênio, os resultados alcançados.

Mais informações em: <https://uemg.br/internacional>

Seu objetivo principal é estimular e facilitar, provendo suporte técnico, acadêmico e administrativo às atividades de intercâmbio e cooperação interinstitucional.

Nesse sentido, a AICI também se relaciona com as Pró-Reitorias e Unidades Acadêmicas no intuito de apoiar e incentivar ações de internacionalização na UEMG. <https://uemg.br/outgoing/alunos-da-uemg/como-realizar-intercambio>

8.12 Acompanhamento do Egresso

Em 2022, em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unidade Carangola, o curso de História participa de uma pesquisa anual a respeito da situação atual de seus ex-alunos. A proposta é saber onde se encontram os egressos do curso, e em que área estão atuando, a fim de manter contato para que possamos levar até os mesmos oportunidades de formação complementar e continuada, de empregos e outras.

A pesquisa consiste na divulgação de formulário *on line* para preenchimento de dados pessoais como nome, residência, telefone e e-mail de contato, bem como dados acadêmicos e profissionais como o ano e curso de formação do egresso, sua ocupação atual e se essa se insere em sua área de atuação. Os dados são assim coletados pela CPA local, sistematizados e distribuídos entre os cursos.

O contato com egressos também se dá através das redes sociais do curso de História (*facebook*, *instagram* e *blog*), e também dos próprios professores do curso, que servem não apenas para acompanharmos o desenvolvimento profissional dos ex-alunos (docente e/ou acadêmico). Trata-se também de uma forma de atualizar os mesmos sobre as atividades, eventos e novidades do curso (bem como de programas de pós graduação), e incentivar a participação contínua deles no ambiente acadêmico (não mais só como ouvintes, mas também como palestrantes ou ministradores de oficinas/cursos) através dessa divulgação.

Em 2026 o curso passou a contar com o projeto de extensão **“Memória, trajetórias e formação docente: acompanhamento de egressos do Curso de Licenciatura em História”**, criado pela professora Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim, e com participação de todos os demais docentes. O mesmo se propõe a estabelecer uma metodologia de caráter qualitativo e participativo, que incluem levantamento e cadastro de egressos, aplicação de questionários, rodas de conversa e mesas redondas, sistematização e análise de dados. O objetivo é mapear trajetórias profissionais, fortalecer vínculos institucionais e contribuir para o aprimoramento da formação docente.

Ressalta-se a importância dessas ações não apenas para o conhecimento e acompanhamento do desenvolvimento acadêmico e profissional dos egressos do curso, mas também para auto avaliação do PPC e atuação docente do curso, a fim de se refletir se a formação então ofertada encontra-se condizente com a realidade, as oportunidades e o contexto social de seus discentes, bem como propor mudanças estruturais e pedagógicas sempre que necessário.

8.13. Diretório Acadêmico do Curso

O Diretório Acadêmico (D.A.) da Unidade Carangola foi fundado aos dezenove dias do mês de maio de 2022, sob a forma de associação, sendo pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e entidade máxima de representação de todos os estudantes de graduação, da UEMG – Unidade Carangola. É composto por alunos regularmente matriculados na instituição e inscritos em ao menos uma disciplina do seu curso, e rege-se por estatuto próprio aprovado em assembleia estudantil.

A gestão do Diretório Acadêmico é realizada através dos seguintes órgãos: Assembleia Geral (órgão soberano constituído por membros em pleno gozo de seus direitos estatutários); Diretoria (órgão executivo e deliberativo); Conselho Fiscal e Conselho Estudantil. Os membros da Diretoria são eleitos pelos discentes por voto direto e secreto, de acordo com as normas de seu estatuto, com mandato de 02 anos, e a seguinte constituição: presidente (que representa o órgãos em juízo), vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros, diretoria de comunicação, diretoria de eventos, diretoria de cultura.

De acordo com o artigo 2º de seu estatuto, dentre os princípios e finalidades que orientam o Diretório Acadêmico destacam-se: congregar e representar os alunos da UEMG – Carangola, para defesa de seus direitos e prerrogativas; promover a integração e recepção de calouros; manter contato e promover atividades conjuntas com Associações congêneres, sempre que necessário e conveniente aos interesses e aspirações dos estudantes representados por este Diretório Acadêmico; lutar pela contínua adequação da Universidade às necessidades científicas, culturais e sociais de discentes da UEMG Unidade Carangola; defender sempre um melhor nível e condições de ensino, assim como sua gratuidade.

Com base nisto, demonstra-se a importância do referido órgão para a execução, manutenção e avaliação de efetivas políticas de atendimento aos estudantes, considerando seu papel de intermediário entre as demandas discentes e as instancias de atendimento. O diálogo das gestões com o referido órgão tem se mostrado imprescindível para a continuidade das ações desenvolvidas em prol da constante melhoria na qualidade do ensino superior público e gratuito, incluindo aí a captação, manutenção e conclusão dos estudantes nesse nível de ensino.

9. GESTÃO ACADÊMICA

9.1. Colegiado do Curso de História.

O Colegiado do Curso de História é um órgão normativo e consultivo cujas finalidades vão além de acompanhar a implementação do projeto pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos e discutir temas ligados ao curso. Observadas as políticas e as normas da UEMG, conforme Artigos 59 e 60 do Estatuto da Instituição, Decreto nº. 46.352, de 25 de novembro de 2013, compete ao Colegiado do Curso de História:

- I – orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
- II – elaborar o projeto pedagógico do curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Pró-Reitoria de Graduação;
- III – fixar diretrizes dos programas das disciplinas e recomendar modificações aos Departamentos;
- IV – elaborar a programação das atividades letivas, para apreciação dos Departamentos envolvidos;
- V – avaliar periodicamente a qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos alunos;
- VI – recomendar ao Departamento a designação ou substituição de docentes;
- VII – decidir as questões referentes à matrícula, reopção, dispensa de disciplina, transferência, obtenção de novo título, assim como as representações e os recursos sobre matéria didática; e

VIII – representar ao órgão competente no caso de infração disciplinar.

O Colegiado de Curso funcionará com a maioria absoluta de seus membros e suas decisões serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, excluídos os brancos e nulos. Com base na Resolução COEPE/UEMG nº 273, de 21 de julho de 2020, o Colegiado do curso de História visa:

- I – a articulação com o Núcleo Docente Estruturante para elaborar o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Pró-Reitoria de Graduação;
- II – a apreciação das alterações propostas pelo Núcleo Docente Estruturante para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso;
- III – a avaliação periódica da qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos estudantes, ouvido o Núcleo Docente Estruturante.

Ressalta-se que o Colegiado do Curso de História tem seus critérios de composição e de funcionamento conforme a Resolução mencionada:

- I – um representante de cada um dos Departamentos Acadêmicos que ofereçam disciplinas no curso, eleitos pelas respectivas Câmaras Departamentais, por um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;
- II – representantes dos professores que participam do curso, eleitos pelos demais docentes, por um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;
- III – representantes dos estudantes regularmente matriculados no curso, escolhidos na forma do Estatuto e do Regimento Geral;
- IV - Juntamente com os representantes previstos nos incisos I a III serão eleitos suplentes, com mandato vinculado, para substituí-los em suas faltas ou impedimentos.

Também de acordo com a Resolução supracitada, o Colegiado de Curso terá um Coordenador e um Subcoordenador, eleitos pelos pares para mandato de dois anos, permitido

o exercício de até dois mandatos consecutivos. Tratando-se do principal responsável pela manutenção, atualização e cumprimento dos objetivos propostos pelo curso, dentre as principais competências do Coordenador do Colegiado está presidir o Colegiado de curso; fazer cumprir as deliberações do Colegiado de Curso; e atender às demandas da administração superior no que diz respeito ao respectivo curso.

9.2. Núcleo Docente Estruturante

Conforme a Resolução COEPE/UEMG nº 284, de 11 de dezembro de 2020, o Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso é constituído por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. Trata-se de um órgão consultivo de caráter permanente, possuindo as seguintes atribuições:

- I – Atuar no acompanhamento, na consolidação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso – PPC;
- II – Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- III – Zelar pela integração interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV – Identificar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- V – Observar e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

Os estudos e propostas elaborados pelo NDE devem ser encaminhados para apreciação dos órgãos conforme as competências e atribuições estabelecidas no Estatuto e nas demais normas da Universidade.

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, aí incluídos o seu Presidente e o Presidente do Colegiado do Curso

de Graduação, o qual é membro nato do NDE. Aos professores que lecionam em mais de um curso, fica permitida a participação em somente um NDE, exceto no caso de Unidades com menos de 20 (vinte) professores.

Os membros do Núcleo Docente Estruturante devem ser docentes que exerçam liderança acadêmica no âmbito do curso, percebida na produção de conhecimentos na área e que atuem sobre o desenvolvimento do mesmo, devendo atender aos seguintes critérios:

- I – pelo menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros devem ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* na área específica de conhecimento na qual o curso se insere ou afim, conforme as áreas do conhecimento definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES;
- II – pelo menos, 20% (vinte por cento) de seus membros devem exercer suas funções em regime de trabalho de tempo integral. Preferencialmente, os membros do NDE não devem integrar o Colegiado de Curso, com exceção do Presidente do Colegiado de Curso, que é membro nato do órgão.

Os membros do Núcleo Docente Estruturante, conforme critérios estabelecidos no artigo 4º da Resolução mencionada acima, serão escolhidos através de processo eleitoral, levando em consideração a formação acadêmica na área do curso.

O Núcleo Docente Estruturante deverá reunir-se, ordinariamente, ao menos uma vez por semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou a pedido de, pelo menos, um terço (1/3) de seus membros, nos termos dos artigos 144 a 156 do Regimento Geral da Universidade. O funcionamento das reuniões do NDE obedecerá às normas previstas nos artigos 144 a 156 da Resolução/CONUN n.º 374/2017, que estabelece o Regimento Geral da Universidade.

9.3. Departamento de Ciências Humanas (DCH)

A partir de 2020 a Unidade Carangola passou pelo processo de departamentalização, com a criação de 5 departamentos, cada um compreendendo disciplinas afins e congregando professores para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão. No que tange ao curso de

História, a maior parte das disciplinas de sua matriz curricular (isto é, as disciplinas específicas do curso), pertencem ao Departamento de Ciências Humanas, a partir de então.

De acordo com Art. 61 do Estatuto da UEMG, cada Departamento, constituindo “a menor fração da estrutura da Universidade para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal”, possuirá um chefe e um subchefe, eleitos conforme normas estabelecidas no Regimento Geral. Além da chefia, o Departamento compõe-se internamente de uma Câmara Departamental, presidida pelo Chefe do Departamento, com voto de qualidade, e integrada também:

I - pelo Subchefe do Departamento;

II - por representantes de diferentes níveis da carreira do magistério superior que estejam no exercício do cargo de provimento efetivo, eleitos por seus pares;

III - por representantes do corpo técnico-administrativo; e

IV - por representantes do corpo discente, escolhidos na forma deste Estatuto e do Regimento Geral.

Segundo o § 2º do Art. 62 do referido Estatuto, salvo o contrário, os representantes terão mandato de três anos, permitida uma recondução, e possuirão suplentes eleitos com mandato vinculado aos titulares, para substituí-los em suas faltas ou impedimentos. Cabe à Câmara de cada Departamento reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês e, em caráter extraordinário, quando convocada pelo Chefe do Departamento, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço, no mínimo, de seus membros. As atribuições deste órgão podem ser consultadas no Art. 66 do Estatuto da UEMG.

9.4. Corpo Docente

O corpo docente do curso de Licenciatura em História da Unidade Acadêmica de Carangola, será composto por professores com formação acadêmica diversificada e compatível com as exigências legais para o exercício do magistério superior, conforme o art. 75º e art. 76º do Regimento Geral da UEMG - 2017. A composição do quadro docente considera os níveis de titulação exigidos para os diferentes estágios da carreira acadêmica, sendo os níveis I, II e III - título de especialista, IV e V - título de mestre, e os níveis VI e VII - título de doutor. O provimento permanente em cargos da carreira de magistério da

Universidade é realizado através de concurso público e no art. 86º do Estatuto da UEMG (2013) estabelece-se diferentes regimes de trabalho (tempo parcial - 20 (vinte) e/ou 30 (trinta) horas semanais de trabalho, e tempo integral - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho), sendo permitida a dedicação exclusiva mediante aprovação institucional.

As atividades do curso são exercidas pelos membros do corpo docente, considerando-se a formação, especialidade e experiência de cada professor. Esta heterogeneidade do corpo docente visa suprir as necessidades de orientação e acompanhamento da formação pedagógica dos estudantes, de acordo com os preceitos determinados pelas legislações que regem a organização dos cursos formadores de professores. Compete também ao Conselho Universitário, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, regulamentar as atividades didáticas dos docentes e à Câmara Departamental atribuir ou avaliar a realização das atividades acadêmicas e administrativas dos professores do Departamento, segundo os art. 88º e art. 89º do Regimento Geral da UEMG. Todos os docentes devem submeter à Câmara Departamental do Departamento o Relatório de Atividades Acadêmicas realizadas durante o ano e o Plano de Atividades para o ano subsequente.

Ver **Corpo Docente** no Apêndice IV.

10. PROGRAMAS DE APOIO AOS DOCENTES

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) desenvolve programas institucionalizados voltados ao fortalecimento da carreira docente, à qualificação acadêmica e ao incentivo à produção científica. Entre as principais iniciativas estão o **Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa** e o **Programa de Capacitação de Recursos Humanos**, que integram a política institucional de valorização do corpo docente.

10.1 Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ)

O **Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa** tem como objetivo incentivar e reconhecer a produção científica, tecnológica e de inovação dos professores da UEMG. Por meio da concessão de bolsas, o programa estimula o desenvolvimento de projetos de pesquisa alinhados às demandas sociais e regionais, promovendo a consolidação de grupos de

pesquisa, a publicação em periódicos qualificados e a ampliação da captação de recursos externos. Além disso, contribui para o fortalecimento da cultura investigativa na universidade, ampliando o impacto acadêmico e social das pesquisas desenvolvidas.

O Programa tem suas normas estabelecidas pela [Resolução CONUN/UEMG nº 528](#), de 11 de novembro de 2021. As bolsas são concedidas por meio de Editais de seleção, publicados periodicamente, onde são estabelecidos o número de cotas de bolsas e os critérios de avaliação das propostas.

Mais informações em:
<https://www.uemg.br/component/phocadownload/category/1540-programa-de-bolsas-de-produtividade-em-pesquisa-pq-uemg>

10.2. Programa de Capacitação de Recursos Humanos

Já o **Programa de Capacitação de Recursos Humanos** é voltado à qualificação e ao aperfeiçoamento do corpo docente, apoiando a realização de cursos de pós-graduação, estágios pós-doutorais, capacitações técnicas e outras atividades formativas. A iniciativa busca promover o desenvolvimento profissional contínuo, aprimorar práticas pedagógicas e fortalecer a excelência acadêmica institucional. Ao investir na formação continuada dos docentes, a UEMG reafirma seu compromisso com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Mais informações em: <https://www.uemg.br/pesquisa/programas/pcrh>

10.3. Programa de Apoio à Participação de Docentes em Eventos (PAPEV)

O Programa tem como objetivo estimular a participação de professores da UEMG, com trabalhos comprovadamente aceitos em eventos técnico científicos de abrangência nacional ou internacional e que possibilitem a publicação dos resultados de pesquisa. É financiado com recursos destinados à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e executado no limite de sua disponibilidade de recursos. Editais: <https://www.uemg.br/pesquisa/programas/papev>.

10.4. Programa de Apoio à Inscrição em Eventos Técnico-Científicos (PROEVENTO)

Instituído pela Resolução CONUN/UEMG nº 661, de 26 de fevereiro de 2025, o ProEvento/UEMG lança editais para concessão de apoio para inscrição em Eventos Técnico-Científicos no Brasil e no Exterior, observados os valores-limite estabelecidos na Resolução CONUN/UEMG nº 659, de 26 de fevereiro de 2025. Seu objetivo é estimular a participação de docentes da UEMG em eventos de pesquisa ou de extensão de abrangência nacional ou internacional, com apresentação de trabalhos científicos, artísticos, culturais, palestras, coordenação e/ou participação de mesas, grupos de trabalho, sessões e atividades afins; bem como fomentar a publicação de abrangência internacional voltada à inovação.

11. POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi criada no ano de 2009, sendo a primeira avaliação institucional realizada neste mesmo ano com a participação de professores, servidores técnico-administrativos, estudantes e comunidade externa. No ano subsequente, a Comissão Externa foi reestruturada com base na participação de um servidor de cada Unidade e um representante da Pró-Reitoria de Ensino e Extensão – PROENEX, ficando este grupo responsável pelo segundo processo de avaliação, realizado em 2010 com a participação de todas as representações.

Posteriormente, em decorrência da absorção dos cursos de 07 (sete) Fundações de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais no biênio 2013-2014 e com o objetivo de se adequar às novas necessidades da Universidade e cumprir com as determinações normativas (Art. 11 da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004; Portaria nº 2.051 de 09 de julho de 2004) do Ministério da Educação; Resolução nº 459/2013 do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais – CEE/MG de 2014; Lei e Portaria do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), em 2015 instituiu-se uma nova Comissão Própria de Avaliação - CPA/UEMG, por meio da Resolução CONUN/UEMG nº 319/2015 e da Portaria /UEMG nº 015 de 2015.

Em março de 2020 designou-se uma nova CPA/UEMG, por meio Portaria/UEMG Nº 022 e, posteriormente as Comissões Próprias de Avaliação das 20 (vinte) unidades da Universidade, mantendo-se a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.

11.1. A Comissão Própria de Avaliação – Unidade de Carangola

A partir do ano 2020 como referido através da Portaria/UEMG Nº 022, a UEMG percebeu a necessidade de estruturar seu processo de avaliação interna, o qual deveria abranger aspectos gerais da instituição e específicos referentes a cada unidade.

A CPA é uma comissão criada não só para conduzir os processos de avaliação interna, como também os processos de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep. Trata-se de um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

Identificar as causas dos problemas e deficiências, otimizar as potencialidades institucionais, sistematizar as informações, analisar coletivamente os significados de suas realizações, desvendar as formas de organização, propiciar o fortalecimento das relações de cooperação entre os diversos atores institucionais tornando mais efetiva a participação de toda a comunidade acadêmica são atribuições da comissão.

De acordo com o Artigo 157, do Regimento Geral da UEMG de 2017, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem as atribuições de coordenar, sistematizar e prestar informações “referentes aos processos de Autoavaliação Institucional, sendo sua atuação permanente e autônoma em relação aos Conselhos e demais Órgãos Colegiados existentes na Instituição”.

A CPA coordena a realização anual da Autoavaliação da Universidade. No âmbito da UEMG, tem-se uma CPA geral e cada Unidade Acadêmica tem a sua própria CPA, que é composta por representantes docentes, discentes, dos servidores técnico-administrativos e da sociedade civil com mandato de três anos, permitida a recondução. A exceção é em relação aos representantes discentes que terão mandato de um ano com direito a recondução. O segundo parágrafo do Artigo 159, do referido Regimento, recomenda que a cada três anos no processo de recomposição da CPA deverá ser assegurada a permanência de 40% de seus componentes anteriores.

A realização de cada processo avaliativo é designada por uma equipe que é composta pelos diferentes grupos da universidade, o intuito deste grupo é promover uma análise crítica

do seu trabalho como um todo: identificação dos desafios, análise de suas causas e consequências, percepção de alternativas possíveis, além das potencialidades a serem mais bem exploradas.

11.2. Sobre o relatório da Comissão Própria de Avaliação – Unidade de Carangola

Trata-se da criação de um relatório anual criado pela respectiva comissão após realização do processo avaliativo. Este Relatório de auto avaliação Institucional tem a pretensão de estimular e orientar o crescimento da instituição e seus órgãos componentes a partir da participação efetiva de docentes e discentes, funcionários e comunidade.

Portanto, a CPA visa por meio dos instrumentos que elabora promover um diagnóstico para a reflexão e aprimoramento que leva em consideração as especificidades próprias da região e do público com o qual se relaciona. O resultado da avaliação tem como objetivo nortear as práticas desenvolvidas pela instituição junto aos diferentes atores sociais como mecanismo de aprimoramento educacional. Neste sentido, é importante ressaltar que é um instrumento que leva ao aprimoramento da Instituição, dos funcionários (administrativos e docentes), dos cursos (extensão, pós-graduação e graduação), das práticas junto à comunidade discente e externa e da educação.

11.3. Avaliação de docentes e curso.

Os docentes, bem como os discentes, também estão envolvidos em processos avaliativos semestrais usados como recurso de informação para a detecção de inadequações com as práticas propostas neste projeto. Para efetuar essa avaliação semestral, a UEMG conta com uma Comissão Permanente de Avaliação (CPA), criada em 2018, com o objetivo de acompanhar e aprimorar o processo de avaliação contínua dos processos de ensino, pesquisa e extensão e na integração com a sociedade. Em 2020 as diversas unidades da UEMG instituíram CPAs próprias, em integração com a CPA geral.

Ao final de cada avaliação semestral, os docentes responsáveis pelas disciplinas do curso de determinado semestre letivo realizarão auto-avaliação conjunta, elaborada pela coordenação do curso e aprovada pelo NDE. Nos momentos coletivos de avaliação, serão

usados como parâmetros os princípios e objetivos descritos neste projeto pedagógico, as ementas propostas para cada disciplina e as atividades acadêmicas previstas no semestre.

O curso participa, ainda, das avaliações externas, como o ENADE, realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); e a própria avaliação do curso, geralmente com frequência trienal, realizada pelo CEE/MG.

12. INFRAESTRUTURA DO CURSO

A Unidade Acadêmica de Carangola possui uma área total de 12.844m² dos quais, 6.522,79m² são de área construída e 2.812m² destinam-se ao campo de futebol, estacionamento e espaço destinado à expansão da Unidade. Como estrutura física, a Unidade conta com três prédios (blocos) que são distribuídos em uma ampla área e sua estrutura e instalações acadêmicas têm capacidade para atender cerca de 1.800 alunos por turno.

12.1. Infraestrutura física

O bloco 1 é um prédio construído em 1922, tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural do município de Carangola. Possui uma área construída de 1.630m² distribuídos em três pavimentos, a saber:

- Térreo: três salas de aula para 30 alunos cada; setor de protocolo/recepção; administração central da Unidade (direção e vice direção); Laboratório de Bioquímica e Microbiologia; Laboratório de Histologia e Citologia; secretarias dos cursos; Núcleo de Assistência Estudantil (NAE); e banheiros.
- Primeiro pavimento: quatro salas de aula para 30 alunos cada; secretaria acadêmica; setor de patrimônio, financeiro, compras e recursos humanos; sala de arquivo pedagógico; sala das chefias de departamento; Laboratório de Matemática e Física; Centro de Produção e Divulgação Científica; Sala de Atendimento aos Discentes; banheiro feminino e bebedouro.

- Segundo pavimento: oito salas de aula para 30 alunos cada; Núcleo de Pesquisa de História (PURHIS); Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX); banheiro masculino e bebedouro.

O bloco 2 foi construído na década de 1980 e também conta com 3 pavimentos, numa área total construída de 2.971,68m², onde encontram-se:

- Térreo: Auditório com capacidade para 400 pessoas; Centro de Processamento de Dados (CPD); banheiros e bebedouro.
- Primeiro pavimento: três salas de aula para 30 alunos cada; Laboratório de Informática; Laboratório de Anatomia; Laboratório de Práticas Pedagógicas; Setor de Informática; Laboratório de Geografia; Laboratório de Estudos Sócio Ambientais; sala dos professores; sala das coordenações de curso; banheiros e bebedouro.
- Segundo pavimento: oito salas de aula para 50 alunos cada; Comissão própria de Avaliação (CPA); banheiros e bebedouro.

O bloco 3 é a construção mais nova e sua estrutura física está assim distribuída:

- Térreo: Museu de Zoologia Newton Baidão de Azevedo; Biblioteca; laboratório de informática; banheiros.
- Primeiro pavimento: Herbário; Brinquedoteca; seis salas de aula para 40 alunos cada; banheiros e bebedouro.
- Segundo pavimento: oito salas de aula para 40 alunos cada; banheiros e bebedouro.

Além destes blocos, a Unidade Acadêmica conta ainda com outras construções menores:

- Sede da organização esportiva discente e diretório acadêmico
- Cantina pública
- Sede da Empresa Júnior PROVISÃO
- Cozinha e banheiros para funcionários terceirizados e administrativos
- Depósito de material (almoxarifado)
- Jardim Didático Sensorial-Evolutivo
- Quadra Poliesportiva.

12.2. Salas de Aula e dos Professores.

A sala dos(as) professores(as) é um espaço de interação e reunião entre docentes das diferentes áreas do conhecimento. O mobiliário é composto por uma mesa central, cadeiras rolantes e convencionais, três mesas laterais, sofá e escaninhos individuais. O ambiente é climatizado, contém ar condicionado, bebedouros e sinal de internet. A sala conta ainda com banheiros masculino e feminino de uso exclusivo dos docentes.

Todas as salas de aula são bem arejadas, iluminadas, possuem ventiladores e/ou ar condicionado, além de cortinas nas janelas. Todas possuem como mobiliário conjuntos de mesas e cadeiras para melhor acomodar os discentes e docentes. Das mobílias, a fim de atender as demandas de docentes e discentes, estão os quadros, mesa e cadeira do professor, projetor multimídia, tela para projeção, carteiras para os alunos e lixeira. Há tomadas para conexão de computadores em todas as salas, além de acesso a rede *wifi* de internet. Conta com o cuidado da limpeza, realizada diariamente com o propósito de manter a salubridade dos frequentadores.

12.3 Laboratórios e Núcleos de Pesquisa

12.3.1 PURHIS

O “PURHIS – História Pública, Tempo e Identidades”, trata-se de um núcleo de pesquisa em temáticas de pesquisa em história, e nasce como uma homenagem ao grupo indígena brasileiro Puri, de habitação originária nos quatro estados do Sudeste do Brasil, mais especificamente no território que corresponde a toda a extensão regada pela bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, incluindo o vale do rio Carangola. A homenagem surge certamente não apenas para fins protocolares, mas como inspiração decisiva para a investigação de passados outros que deem ao conhecimento histórico o lugar disruptivo que dele esperamos.

O PURHIS é cadastrado no CNPq no final de 2020 como grupo de pesquisa vinculado ao curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade Carangola. Tem, naturalmente, por finalidade, reunir pesquisadores do curso de História e de outros cursos da UEMG – Unidade Carangola, que pretendam desenvolver investigações na subárea

de História, em particular sobre temas do passado histórico nas suas distintas escalas e problemáticas.

O PURHIS é composto por um Coordenador de grupo (membro que assume via indicação em comum acordo entre os demais membros do grupo), membros, colaboradores e jovens pesquisadores. Também se estrutura em três linhas (Tempo; História Pública; e Identidades) que nortearão as atividades de pesquisa e extensão do curso, bem como as temáticas que serão desenvolvidas pelos estudantes em seus trabalhos de conclusão de curso.

O PURHIS localiza-se em uma sala no segundo andar do Bloco 01, possuindo dois computadores que servem de apoio para atividades didáticas, de pesquisa e de produção de conteúdos por parte de docentes e discentes vinculados às atividades do grupo. Também faz parte do escopo de atuação do grupo o armazenamento de fontes históricas em unidades de disco rígido para consulta e análise de pesquisadores.

Anualmente, acontece a Semana Acadêmica do curso História, que é uma realização do PURHIS e objetiva realizar palestras, oficinas e minicursos com convidados advindos de outras universidades brasileiras para que possam, em diálogo com nosso corpo docente e discente, discutir práticas, estratégias e compreensões relacionadas ao ensino e pesquisa em História.

Vinculam-se a este laboratório grande parte das disciplinas do curso como: História Antiga; História Medieval; História Moderna; História do Brasil (I, II, III, e IV); História da África; História da América (I e II); História Contemporânea (I e II); Metodologia de Pesquisa em História; História e Relações de Gênero; História Pública; Arquivos e Museus; Patrimônio Histórico e Cultural; Introdução aos Estudos Históricos; Teoria e Metodologia da História (I e II); Historiografia Brasileira; Historiografia Contemporânea

12.3.2 Laboratório de Ensino de História

O LEH - Laboratório de Ensino de História - desenvolve trabalhos de pesquisa e de extensão na área de Ensino. Nosso Laboratório incentiva o diálogo entre a UEMG e as Escolas de Ensino Básico da Região a partir de pesquisas, encontros, palestras e análises de materiais didáticos diversos, e outros documentos oficiais da área da educação, que envolvem o tema de Ensino de História. O Laboratório abrange todas as áreas e professores do curso, assim como as possibilidades do ensino de cada disciplina lecionada na Universidade e suas demandas no Ensino Básico, principalmente no que se

refere às disciplinas de Prática de Formação Docente (PFD) e aos Estágios Supervisionados presentes no nosso currículo.

O LEH foi criado no dia 27, do mês de fevereiro do ano de 2023, no decorrer de uma reunião do colegiado do curso. O Laboratório é composto por um coordenador de grupo (membro que assume via indicação em comum acordo entre os demais membros do grupo), membros, colaboradores, professores do ensino básico, alunos e demais pesquisadores na área de Ensino de História.

O LEH localiza-se no mesmo espaço do grupo de estudos PURHIS. Em uma sala no segundo andar no Bloco 01, possuindo dois computadores que servem de apoio para atividades didáticas, uma mesa para reuniões, 10 cadeiras, uma estante, livros e demais materiais didáticos que são utilizados no desenvolvimento das análises e estudos referentes ao tema.

Atualmente, o LEH produz um evento por semestre, de caráter extensionista, com a intenção de que os alunos apresentem os conteúdos desenvolvidos nas Práticas de Formação Docente para a comunidade. O evento conta com apresentações discentes, palestras e oficinas que dialogam com a pesquisa e a extensão na área de Ensino de História, assim como a promoção do diálogo constante entre Universidade e comunidade em seu entorno.

A este laboratório vinculam-se as disciplinas com conteúdo específico de Ensino de História como: Direitos Humanos, Gênero e Ensino de História; Relações Étnico-Raciais e Cultura Afrobrasileira no Ensino de História; Metodologia do Ensino de História I; Metodologia do Ensino de História II; vinculando-se também Metodologia de Pesquisa em História, e todos os estágios supervisionados

12.3.3 Centro de Memória

O Centro de Memória UEMG Carangola é uma iniciativa que visa integrar a Rede de Centros de Memória da UEMG (SIGA 16272), que está sob a coordenação da Profa. Flávia Lemos, docente da Unidade de Divinópolis. Essa rede abarca as Unidades da UEMG localizadas nas cidades de Leopoldina, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Passos, Campanha, Belo Horizonte e Ibirité.

Em Carangola, o Centro de Memória é formado pelo “Museu Virtual Colaborativo Memórias da UEMG Unidade Carangola”, *site* em construção, para hospedagem de um museu virtual para registrar as memórias da UEMG, Unidade Carangola, desde os tempos em que foi criada como fundação, nos anos 1970, até os dias atuais. O Centro de Memória também agrega o “Museu de Zoologia Newton Bação de Azevedo (MZNB)”, cujo curador é o Prof. Dr.

Renan Nunes Costa, bem como o “Herbário da Universidade do Estado de Minas Gerais (HUEMG)”, com a curadoria do Prof. Dr. Ivan Becari Viana.

A inserção e o diálogo com as demais unidades que compõem essa Rede consistem em um dos objetivos específicos do Projeto de Extensão “Museu virtual colaborativo Memórias da UEMG Unidade Carangola” (SIGA 15125), que é coordenado pela Professora Dra. Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim, docente do curso de História. O museu virtual busca a integração com a comunidade, em especial, com aqueles que estabeleceram algum vínculo com a universidade, sejam como estudantes egressos, funcionários, professores ou ex-professores, tornando-os protagonistas na formação do acervo do museu.

As ações do projeto estão atreladas às publicações e postagens dos usuários/narradores, relacionadas às suas memórias individuais ou coletivas com a UEMG (Carangola), desde os tempos em que ainda era uma Fundação, na década de 1970, até os dias atuais, registrando, assim, a história desta instituição. A criação desse projeto possui natureza transdisciplinar, envolvendo especialmente material que dialoga com oralidade, imagem e memória, tem como objetivo servir de subsídio para o estudo e a pesquisa de uma vasta gama de temas, que incluem história (com ênfase na história local e regional).

O site que abriga o Museu Virtual foi colocado no ar, mas ainda está em fase de construção, impossibilitando a inserção das informações que serão cruciais para compor o acervo virtual de memórias da UEMG, Unidade Carangola. O *link* para acesso ao site do MuseuVirtual: <https://museuvirtualuemgcarangola.com/>. Esse projeto de Extensão foi aprovado pelo Edital PAEX 01/2022 e passou a contar, à partir de maio/2022 com a atuação de um estudante bolsista.

12.3.4 Arquivo e Museu Histórico, Geográfico e Natural do Município de Carangola

O Museu Histórico, Geográfico e Científico Carangolense, primeiro museu instituído na região, foi criado em 1959, após uma campanha de sensibilização da comunidade sobre a importância e o valor de um museu para a sociedade. Iniciando suas atividades um ano depois, passou por uma desativação entre 1968 e 1982, quando voltou a funcionar em novo endereço no centro da cidade, sob direção do professor Rogério Carelli, e por ocasião do 1º Centenário de Emancipação Política do Município. Em 1992, o Museu foi reinaugurado (na Rua Pedro de Oliveira 212), e nele instalado o Arquivo Histórico Geográfico de Carangola. Mesmo com

dificuldades, e transferências de endereço, o Museu e o Arquivo tornaram-se referência na região, com ampliação de seu acervo através de doações de objetos diversos.

O Arquivo Histórico ultrapassa a concepção de um arquivo público municipal, contendo acervos diversificados (nem todos completos e em sequência) que compõem um riquíssimo material, formado por documentos de toda a região (12 municípios) que antes eram distritos de Carangola, datados desde 1850. O acervo é composto por: Documentação do Poder Executivo, Legislativo (1882-1930), Judiciário (1870-1950), Documentos e Registros Cartoriais, Documentos de Instituições Públicas (como IBGE) e Particulares, Coleções de Fotografias da Cidade (1890 – 2000), Coleções de Jornais locais e regionais (1890 – 2008), Mapas da região e plantas cadastrais.

Quanto ao Museu Municipal, no tratamento do acervo foram criadas as seções de biologia e história natural, sala de cartografia e laboratório de taxidermia. Sua área de atuação ficou mais ampla, e seu acervo foi constituído de peças doadas ou coletadas de entidades públicas e particulares, sendo formado por objetos diversos, tais como: fotografias, documentos, utensílios, peças de arte sacra, mobiliário, armas, pinturas, desenhos e esculturas criadas por artistas locais, objetos e documentos de personalidades de destaque na cidade, espécimes de zoologia e história natural, amostra geológicas do território brasileiro, numismática e artefatos arqueológicos. O Museu Municipal de Carangola atualmente está estruturado nos seguintes setores: *História Regional*; *Biodiversidade do Vale do Carangola - Fauna / Flora*; e *Arqueologia*, formado por artefatos de cerâmica arqueológicas Tupinambá (23 mil artefatos) coletados no Sítio Córrego do Maranhão –Alvorada e Vale do Carangola.

O curso de História da UEMG Unidade Carangola busca aproveitar o contato e cooperação já existente entre professores da UEMG e profissionais responsáveis pela instituição, como fator de viabilidade para a execução de projetos de pesquisa, extensão e ensino. Mais do que isto, a parceria entre as duas instituições permitiu que o espaço e material do Arquivo e Museu servissem tanto como Centro de Documentação quanto Laboratório de Ensino de História para os docentes e discentes do curso, além de campo de estágio, seja remunerado ou voluntário. Isto enriqueceu consideravelmente o desenvolvimento não apenas de estudos diversos, mas também de disciplinas fundamentais à formação discente, como “Patrimônio Histórico e Cultural”, “Antropologia”, “Arquivos e Museus”, “História dos

Povos originários”, “Relações Étnico Raciais e Cultura Afrobrasileira e Indígena”, e “Metodologia de Ensino de História”, entre outras.

12.3.5 Outros

Além dos núcleos e laboratórios de pesquisa nascidos do próprio curso de História, os docentes e discentes do curso também participam de outros núcleos e grupos de pesquisa de caráter interdisciplinar, englobando mais cursos da Unidade Carangola. É o caso por exemplo do Núcleo de Estudos Africanos e Afrobrasileiros (NEAB), no qual também estão vinculados as disciplinas “História da África”, e “Relações Étnico Raciais e Cultura Afrobrasileira e Indígena”.

12.4. Redes e Tecnologias de Informação

O Setor de Tecnologia da Informação possui um sistema de informação multiusuário que engloba um sistema completo de administração acadêmica e financeira dos alunos, uma rede física de microcomputadores, com servidores ligados 24 horas, disponibilizando conexão de Internet, de modo a suprir as necessidades de toda a comunidade acadêmica. Esse sistema fica localizado na Reitoria, sendo acessado via rede local, com liberação da PRODEMGE.

No que se refere ao acesso dos alunos, atualmente a Unidade Acadêmica de Carangola, assim como toda a UEMG, possui um Sistema de Gestão Acadêmica em ambiente cloud, denominado Lyceum, o qual é gerido e sustentado por empresa contratada pela Universidade, por meio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), sendo a fiscalização do contrato realizada por servidor formalmente designado e lotado na respectiva pró-reitoria.

O sistema é acessível de qualquer localidade, por meio de navegador web, permitindo o acesso de alunos, docentes e setores administrativos às informações acadêmicas institucionais, em conformidade com as políticas de segurança e de proteção de dados adotadas pela UEMG.

12.5. Laboratório de Informática

A Unidade Acadêmica de Carangola possui um laboratório de informática para realização de aulas que precisam ser desenvolvidas em computadores. Estes ambientes objetivam proporcionar condições de aprimoramento profissional ao corpo discente, docente e funcionários, além de ser um espaço com recursos tecnológicos preparados com ferramentas para a realização de trabalhos acadêmicos, exercícios específicos das disciplinas, buscas e pesquisas acadêmicas através de internet banda larga.

Sobre os recursos do Laboratório de Informática da Unidade, estão disponíveis 30 (trinta) computadores do tipo desktop, equipados com processadores Intel Core® i3, de 10ª geração (i3-10100T); 16 (dezesesseis) Gigabytes de memória RAM, do tipo DDR4-2666Mhz; unidade de armazenamento interno do tipo SSD M.2 NVMe x4, com 240 Gigabytes de capacidade; e monitores Lenovo ThinkVision de 23.8 polegadas, com teclado e mouse. Todos os computadores possuem sistema operacional Windows e estão conectados em rede cabeada, com acesso à internet. Um computador é equipado com teclado acessível. O laboratório conta também com datashow, quadro branco, quadro de avisos, tela para projeção e 1 (um) aparelho de ar-condicionado.

12.6. Biblioteca

A biblioteca da Unidade Acadêmica de Carangola é entendida como sendo um espaço fundamental para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, para alunos, professores e pesquisadores na busca de informações e conhecimentos necessários para essas atividades. É considerada de relevante importância para o cumprimento do projeto pedagógico com excelência. Além de atender a comunidade acadêmica da Unidade Carangola, atende a comunidade em geral para pesquisa local.

A biblioteca está localizada no andar térreo do bloco 3 da Unidade, **com horário de funcionamento de 08:00 às 22:00 horas, de segunda a sexta**. Sua infraestrutura busca proporcionar aos seus usuários instalações adequadas para utilização e estudo, bem como garantir a armazenagem conveniente do acervo sob sua responsabilidade. Dispõe de ampla área destinada à leitura e aos estudos, iluminada e arejada, bem como a área destinada ao acervo.

A biblioteca possui armários para guarda-volumes, num total de 48 escaninhos, 01 balcão com 03 computadores para o atendimento aos usuários, 01 mapoteca, 02 estantes de aço para expor novas aquisições, e 198 estantes de aço para guarda do acervo. Seus usuários contam, no salão de leitura, com 14 mesas e 70 assentos, além de 04 cabines de estudo individual e 04 salas para estudo individual e/ou em grupo.

Possui ainda uma sala de tratamento técnico (onde é feito o controle de todas as aquisições por compra, doação, permuta, registro, estatística de aquisição por área, bem como todos os serviços de controle de entrada e baixa no acervo bibliográfico) com 02 armários para armazenamento, 03 estantes e 01 computador. Também possui uma área de tratamento técnico com 02 mesas, 02 computadores, 01 impressora e 01 scanner.

A Biblioteca possui um laboratório de informática climatizado, disponibilizando para seus usuários 25 computadores com acesso à internet, sendo um deles com acessibilidade, teclado ampliado e recurso de Big Ball Mouse, e um terminal de consulta, com 01 computador de uso exclusivo para consulta do catálogo de seu acervo. Os computadores possuem a mesma configuração daqueles que compõem a Laboratório de Informática, assegurando ao usuário equipamentos.

À Biblioteca compete interagir com as atividades de ensino e pesquisa da UEMG Carangola e da própria Universidade, integrando novas tecnologias e ferramentas específicas para a busca e recuperação da informação, gestão e disseminação do conhecimento gerado localmente, oferecendo os seguintes serviços:

ONLINE:

- Atendimento online;
- Disseminação seletiva de informação;
- Internet sem fio.

PRESENCIAL:

- Orientação e capacitação de usuários;
- Consulta local;
- Empréstimo domiciliar;
- Levantamento bibliográfico;
- Catalogação na fonte;

- Guarda-volumes.

Para a segurança dos usuários e do acervo, a biblioteca dispõe de 03 extintores de incêndio, câmeras de segurança e sistema antifurto (em implantação). Todos os usuários têm livre acesso ao acervo, dispostos em estantes sinalizadas com o número de chamada e os assuntos correspondentes.

Para alunos e funcionários podem ser emprestados até 03 livros pelo prazo de uma semana, podendo o empréstimo ser renovado por 03 (três) vezes através do Meu Pergamum, se não houver reserva para o livro por parte de outro usuário. Para os(as) docentes, são emprestados até 05 livros pelo prazo de 15 (quinze) dias, seguindo o mesmo critério para a renovação. Todos os usuários podem consultar o catálogo através do site da Universidade ou através do aplicativo Pergamum Mobile.

O *software* Pergamum oferece através do acesso ao site, no campo **BIBLIOTECA** <<http://www.uemg.br>> ou direto no link:

<<http://200.198.18.141/pergamum/biblioteca/index.php>>, a possibilidade de consulta ao acervo de todas as bibliotecas das Unidades UEMG. Além dos principais pontos de recuperação de informações (autor, título e assunto), o usuário consegue acessar a pesquisa de empréstimo, efetuar reservas, renovações, etc., através do seu login, sendo o número de matrícula para os discentes. Para docentes e funcionários, o login é o CPF ou MASP, com a senha cadastrada na Biblioteca.

O Pergamum *mobile* é um aplicativo desenvolvido para uso exclusivo em Tablets e Smartphones e tem por objetivo facilitar a consulta ao acervo das unidades de informação e/ou bibliotecas da instituição, realizar reserva de materiais, bem como a renovação de empréstimos, consulta aos itens emprestados, alteração de senha, entre outros serviços disponíveis.

A atualização/expansão do acervo e dos serviços da Biblioteca da Unidade Carangola coaduna-se às demandas manifestadas pela comunidade acadêmica e pelos usuários dos serviços. O levantamento da demanda de acervo bibliográfico se faz anualmente, a partir dos planos de ensino elaborados pelos professores nos quais são identificados os títulos relacionados como bibliografia básica e complementar que já compõem o acervo bibliográfico da instituição e aqueles que precisam ser adquiridos.

12.6.1 Acervo

O acervo da biblioteca é informatizado e gerenciado pelo sistema Pergamum, sendo dividido por áreas do conhecimento conforme sua classificação, com base na CDD - Classificação Decimal de Dewey. Adota-se para as regras de catalogação o Anglo-American Cataloguing Rules (AACR 2), e cabeçalho de assunto Library of Congress Subject Headings (LCSH). O sistema gerencia toda a automação de informações de empréstimos, inclusive informações estatísticas. Possibilita além de consulta ao acervo das bibliotecas, renovação de empréstimos e reserva de livros através do uso internet, histórico das transações efetuadas pelos usuários na Biblioteca e o afastamento.

O acervo da bibliografia básica e da bibliografia complementar está disponível, por unidade curricular, e procura atender a quantidade média de alunos de acordo com a qualidade de desenvolvimento das pesquisas e consultas pedagógicas.

Atualmente o acervo do curso de História conta com 188 títulos de bibliografia básica, bem como 212 títulos de bibliografia complementar, totalizando 400 títulos e 801 exemplares. Entretanto, ressalta-se que este acervo está frequentemente em manutenção, atualizando seus números a medida que novas aquisições surgem.

12.6.2 Plataformas Digitais:

A UEMG adquiriu renomadas Plataformas digitais multidisciplinares de e-books que atendem a várias áreas do Conhecimento. Os usuários devidamente cadastrados podem acessá-las de forma simultânea, integral e ilimitada via web, estão disponíveis para Desktop, Tablets e Smartphones.

A **Biblioteca Virtual Pearson** é uma plataforma de livros acadêmicos, científicos e de formação profissional do mundo, à disposição da comunidade acadêmica da UEMG, com acesso a milhares de obras universitárias, de editoras renomadas. A plataforma reúne livros eletrônicos que podem ser consultados online, 24 horas por dia, sete dias por semana. A BV/UEMG apresenta cerca de 12 mil obras disponíveis em formato e-book, multidisciplinar, com atualizações permanentes e disponíveis 24 horas, que se juntam aos milhares de títulos físicos do Sistema de Bibliotecas.

A **Minha Biblioteca** é uma plataforma virtual de livros digitais que reúne diversas obras fundamentais para a formação de profissionais de diferentes áreas de conhecimento. São mais de 12 mil títulos acadêmicos em português, 15 editoras e 38 selos editoriais, autores renomados com atualização mensal, que podem ser consultados online, 24 horas por dia, sete dias por semana.

A **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**: O IBICT coordena o projeto que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.

O **Portal Domínio Público**: Este portal constitui-se em um ambiente virtual que permite a coleta, a integração, a preservação e o compartilhamento de conhecimentos, sendo seu principal objetivo o de promover o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal.

A **Scientific Electronic Library Online (SCIELO)** é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. O objetivo deste site é implementar uma biblioteca eletrônica que possa proporcionar um amplo acesso a coleções de periódicos como um todo, aos fascículos de cada título de periódico, assim como aos textos completos dos artigos.

A **Biblioteca Virtual Curt Nimuendaju**, através do sítio <http://www.etnolinguistica.org>, é um repositório de recursos sobre línguas e culturas indígenas sul-americanas, contemplando livros raros, artigos, dissertações e teses, com a finalidade de proporcionar maior acesso a estes para pesquisadores e outros interessados.

Também está disponível para os todos os usuários a coleção completa de normas técnicas da ABNT, NBR, NBRISO e Mercosul. O acesso é realizado através do sistema Pergamum.

Além das bases de acesso livre mencionadas acima, a UEMG ainda possibilita consulta a bases de acesso restrito como o **Portal CAPES. O Portal de Periódicos da UEMG**, com acesso disponível na página principal da UEMG.

REFERENCIAIS

ALARCÃO, Isabel. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARRETO, Raquel Goulart. Multimídias, organização do trabalho docente e políticas de formação de professores. *23ª Reunião Anual da ANPED*. 24 a 28 de setembro de 2000. Caxambu, MG. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/se1.PDF>. Acesso em 12 jul. 2022.

BRASIL. *Decreto 9.656/2018*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9656.htm. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. *Diretrizes Nacionais Curriculares*. Referentes ao curso e modalidade. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12991. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. *Lei 11.788/2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. *Lei 13.146/2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. *Lei nº 9.394/1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. *Portaria 2.117/2019*. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jmq15>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. *Referenciais para a formação de professores*, 2002. Disponível em: <https://encurtador.com.br/djknw>. Acesso em: 28 mai. 2015.

BRASIL. *Resolução CEE/MG 469/2019*. Estabelece normas relativas à regulação do ensino superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: https://uemg.br/images/2021/02/18/resolucao_cee_469_1.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. *Resolução CNE/CP 1/2004*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. *Resolução CNE/CP 1/2012*. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. *Resolução CNE/CP 2/2012*. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

CARVALHO, M. A. de. A prática docente: subsídios para uma análise crítica. In: MENDES SOBRINHO, J. A. C.; CARVALHO, M. A. de. (Orgs.). *Formação de professores e práticas docentes: olhares contemporâneos*. Belo Horizonte: Autêntica: 2006.

CRISTOVÃO, V. L. L. Uma experiência de reflexão e formação de professores. In: GIMENEZ, T. (Org.). *Trajetórias na formação de professores de línguas*. Londrina: Ed. UEL, 2002.

DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2005.

FAZENDA, I. C. (org.). *A prática de ensino e o estágio supervisionado*. Papirus: São Paulo, 2002.

FAZENDA, I. C. *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 1993.

FUJIKURA, A. L. C. *Escalada Rumo à Educação de Qualidade*. 2006. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur8/qualidad.htm>. Acesso em 12 jun. 2009.

LIBERALI, F. C. Agente e pesquisador aprendendo nação colaborativa. In: GIMENEZ, T. (Org.) *Trajetórias na Formação de Professores de Línguas*. Londrina: Ed. UEL, 2002.

MINAS GERAIS (Estado). *Decreto 47.389/2018*. Dispõe sobre o Programa Estadual de Assistência Estudantil – PEAES. Disponível em: <https://encurtador.com.br/swW89>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MINAS GERAIS (Estado). *Decreto Estadual 46.352/2013*. Estatuto da UEMG. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hpqD0>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MINAS GERAIS (Estado). *Lei 23.197/2018*. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE – para o período de 2018 a 2027 e dá outras providências. Disponível em: https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Lei%2023197_26%20de%20dezembr%20de%202018.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

MORAN, J. M. Ensino e educação de qualidade. In: *Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica*. Campinas: Papirus, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. *Revista Poiesis* - Volume 3, Números 3 e 4, p.5- 24, 2005/2006. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/download/10542/7012. Acesso em: 25 de maio de 2015.

PIMENTEL, Eduardo Francisco. *Museu Municipal: Memória, História e Identidade - O Museu Municipal de Carangola - MG*. 2016. Dissertação (Mestrado). Programa de PósGraduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2016.

TORQUATO, G. *A escola pública na teia do atraso*. O Estado de São Paulo, Domingo, 20 de abril de 2008. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080420/not_imp159931,0.php. Acesso em: 12 jun. 2009.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *PDI 2015-2024*. Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível em: https://www.uemg.br/images/2020/03/04/PDI_2015-2024.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução COEPE 132/2013*. Regulamenta a implantação do regime de matrícula por disciplina nos cursos de graduação. Disponível em: <http://intranet.uemg.br/resolucoes/arquivos/2013/pdf/Rcoepe132-13.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução COEPE 149 /2015*. Regulamenta a garantia aos estudantes Transgêneros, Transexuais e Travestis, do uso de um “nome social” no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kFJ56>. Acesso em: 29 jun. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução COEPE 222/2017*. Inclui os parágrafos 1º e 2º no artigo 23 da Resolução 132/2013. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/1410-resolucao-coepe-uemg-n-222-2017-incluir-osparagrafos-1-e-2-no-artigo-23-da-resolucao-coepe-uemg-n-132-2013-de-13-de-dezembro-de-2013>. Acesso em: 29 jun. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução COEPE 234-2018*. Dispõe sobre o cálculo de encargos didáticos e sua atribuição aos ocupantes do cargo de Professor de Educação Superior – PES da UEMG, bem como aos professores designados da Instituição. Disponível em: <https://encurtador.com.br/emBR0>. Acesso em: 29 jun. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução COEPE 249/2020*. Regulamenta a compensação de faltas e a avaliação de rendimento acadêmico e dá outras providências. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cerGS>. Acesso em: 29 jun. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução COEPE 250/2020*. Dispõe sobre o aproveitamento de estudos, adaptações curriculares, exame de proficiência e abreviação do tempo de conclusão no âmbito dos cursos de graduação. Disponível em: <https://encurtador.com.br/bjpyU>. Acesso em: 29 jun. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução CONUN 358/2016*. Regulamenta as atividades de extensão realizadas sob a forma de prestação de serviços à comunidade. Disponível em: <https://encurtador.com.br/iIY48>. Acesso em: 29 jun. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução CONUN 374/2017*. Estabelece o Regimento Geral UEMG. Disponível em: <https://www.uemg.br/images/PDFs/Rconun2017-374.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução CONUN 453/2020*. Dispõe sobre a Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo da Rede de Bibliotecas da Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ilKL5>. Acesso em: 29 jun. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução CONUN 558/2022*. Regulamenta as atividades de extensão realizadas pela Universidade do Estado de Minas Gerais sob a forma de prestação de serviços à comunidade. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cGPU0>. Acesso em: 29 jun. 2022.

VÁSQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

APÊNDICE I – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

Estabelece os critérios para a realização de Atividades de Extensão do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola

O Colegiado do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola, no uso de suas atribuições e,

Considerando a Resolução CONUN/UEMG Nº 593 DE 19 DE MAIO DE 2023 que dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais, e considerando ainda o Parecer CNE/CP nº 4, de 12 de março de 2024, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica estabelecidas pela RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024.

RESOLVE:

Capítulo I Dos Objetivos

Art. 1º As Atividades de Extensão a serem cumpridas pelo estudante do curso de Licenciatura em História visam o cumprimento dos seguintes objetivos:

- I – Proporcionar a comunicação entre a sociedade acadêmica e a sociedade externa.
- II – Mobilizar docentes, discentes, colaboradores e comunidade sobre questões contemporâneas, educacionais, de memória e patrimônio, sociopolíticas, culturais e ambientais
- III – Ofertar cursos aos graduandos como oportunidade de complementação do conhecimento acadêmico.

IV – Possibilitar o acesso a conhecimentos científicos, práticos e de informações gerais, fazendo o intercâmbio entre a comunidade interna e externa.

V – Incentivar e apoiar o corpo docente e discente na publicação e divulgação de suas produções científicas.

Capítulo II

Das Atividades de Extensão

Art. 2º As Atividades de Extensão para o curso de Licenciatura em História compreendem participações em diversificadas ações práticas envolvendo as instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES.

§ 1º Essas ações são direcionadas à implementação de projetos integradores de práticas educativas, visando fomentar a integração e o diálogo entre os licenciandos, que estão em formação, e os diversos participantes da comunidade escolar;

§ 2º essas iniciativas devem dar prioridade a projetos que: I - fomentem o protagonismo dos licenciandos, incentivando sua participação ativa em interações com a instituição de Educação Básica; II - promovam atividades que estimulem a interação entre os membros da comunidade acadêmica, com o objetivo de compreender a complexidade da prática docente; III - iniciem diálogos formativos acerca da docência, das realidades escolares e dos desafios enfrentados pela educação; IV - encorajem a interdisciplinaridade dentro do contexto escolar, através da criação de materiais didáticos que possam ser adaptados às necessidades pedagógicas; V - apoiem a integração entre a formação inicial e a formação continuada dos professores das instituições de Educação Básica; VI - estabeleçam interações com estudantes da Educação Básica e seus familiares, promovendo uma relação mais próxima entre a instituição de Educação Básica e a comunidade; e VII - analisem a instituição de Educação Básica em seu contexto territorial, incentivando a realização de ações coordenadas entre a IES e a sociedade local.

Capítulo III

Da Execução de Extensão Obrigatória no Curso

Art. 3º A RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024 estabeleceu um mínimo de 320 (trezentos e vinte) horas obrigatórias para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, exclusivamente, para espaços de formação de alunos.

Parágrafo único. A partir do estabelecido, os discentes do Curso de Licenciatura em História da Unidade Carangola da UEMG deverão cumprir uma carga horária de extensão obrigatória de 330 (trezentos e trinta) horas durante seu ciclo de formação, equivalente a 22 (vinte e dois) créditos.

Art. 4º A creditação da curricularização da extensão será operacionalizada no Curso de História a partir da seguinte distribuição:

I – 60 (sessenta) horas de participação no projeto UEMG de Portas Abertas e Mostra de Cursos da UEMG Unidade Carangola, a serem realizadas no primeiro e segundo períodos.

II – 90 (noventa) horas de participação em projetos do Laboratório do Ensino de História, a serem realizadas no terceiro e quarto períodos.

III – 90 (noventa) horas de participação no projeto Pré Vestibular Comunitário UEMG/EDUCAFRO MINAS Unidade Carangola, a serem realizadas no quinto e sexto períodos.

IV – 90 (noventa) horas de participação em atividades vinculadas às disciplinas Metodologia do Ensino de História I, e Metodologia do Ensino de História II, a serem realizadas no sétimo e oitavo períodos.

Capítulo IV

Dos Docentes, Programas e Projetos

Art. 5º As 180 (cento e oitenta) horas mencionadas nos incisos II e IV do artigo anterior estarão estruturadas em projetos e programas de extensão que prevejam a abordagem prioritária de algumas das linhas especificadas na Política Nacional de Extensão, em atividades estruturadas ao longo dos eixos que envolvem espaços de formação.

Art. 6º O Colegiado do Curso elegerá a cada ano letivo os membros do corpo docente que serão responsáveis por coordenar as atividades de extensão dos incisos II e IV na forma de projetos e programas.

Parágrafo único. Caberá também ao Colegiado especificar um calendário de atividades de extensão integradas ao calendário letivo, e devidamente contabilizadas na carga horária docente, de modo a viabilizar uma oferta de atividades de extensão cotidiana, variada e qualificada.

Art. 7º Os docentes responsáveis pelos programas, disciplinas e projetos a que se encontram vinculadas as atividades de extensão, a cada semestre deverão encaminhar aqueles ao Colegiado do Curso e Departamento de Ciências Humanas, nos trâmites legais de edital de extensão ou ações voluntárias, para aprovação, juntamente com um plano de atividades que contenha a definição das propostas, cronograma e tipologia das atividades, carga horária ofertada e mecanismo de acompanhamento.

§1º Após a aprovação dos programas e/ou projetos, estes estarão aptos a serem ofertados como atividade extensionista curricular.

§2º As atividades propostas pelos docentes em cada programa e/ou projeto devem, ao início do semestre, ser cadastradas pelo sistema SIGA, de forma a serem avaliadas e aceitas pela coordenação de extensão.

§3º Os docentes deverão orientar e acompanhar os estudantes individualmente ou em grupo dentro das atividades que compõem a proposta que coordenam.

Art. 8º Considerando a especificidade das atividades de extensão, o mecanismo de acompanhamento da frequência e da avaliação do discente deve ser definido no plano de trabalho geral, podendo incluir recursos diversos, tais como relatório, portfólio, vídeos das atividades realizadas, artigo, exposição com narrativas em imagens e textos, entre outros.

§1º Os docentes responsáveis pelos projetos/programas a que se encontram vinculadas as ações de extensão deverão, no encerramento de cada semestre, preencher um relatório final de atividades (Anexo I), em que comprove a participação de cada estudante da disciplina no desenvolvimento das atividades propostas, bem como o conceito sobre o desempenho de cada estudante.

§2º O conceito sobre o desempenho de cada estudante é composto de 2 status: INSUFICIENTE e SUFICIENTE.

§3º O relatório final deve ser entregue pelo docente ao coordenador do curso junto com o registro das atividades realizadas, sempre que possível, no encerramento de cada semestre letivo.

Capítulo V

Do Estudante

Art. 9º O estudante deve protocolar os comprovantes e relatórios dessas atividades de extensão para a coordenação do curso, ao final de cada semestre letivo.

Parágrafo único. Somente serão aproveitadas as Atividades de Extensão exercidas pelo estudante durante a realização do curso.

Art. 10º É de inteira responsabilidade do estudante cumprir efetivamente as Atividades de Extensão nos termos deste regulamento, seguindo as orientações dos docentes responsáveis pelos programas/projetos/disciplinas, quando for o caso.

Art. 11º Os estudantes que ingressaram no curso por meio de transferência poderão validar as horas de Atividades de Extensão já cumpridas na instituição de origem desde que:

I – As Atividades de Extensão realizadas na Instituição/Curso de origem sejam compatíveis com as estabelecidas neste Regulamento.

II – A carga horária atribuída pela Instituição/Curso de origem não seja superior à atividade idêntica ou congênere a conferida por este Regulamento, hipótese em que será contabilizada segundo os parâmetros vigentes neste Regulamento.

Capítulo VI

Da Validação das Atividades de Extensão

Art. 12º A validação das Atividades de Extensão é de responsabilidade do coordenador do curso de Licenciatura em História, a partir dos relatórios finais das atividades de extensão enviados pelos docentes, e dos demais comprovantes protocolados pelos discentes.

Art. 13º A validação das Atividades de Extensão será realizada através da emissão de declarações assinadas pelo coordenador do curso de Licenciatura em História, contabilizando, a cada semestre, a carga horária referente à extensão obrigatória já realizada por cada estudante.

Art. 14º Compete à coordenação do curso de Licenciatura em História:

- I – Validar as Atividades de Extensão dos estudantes, desde que apresentadas conforme estabelecido neste regulamento, além de respeitar os critérios estabelecidos no Anexo I;
- II – Promover e/ou incentivar programas e projetos que possibilitem a prática de Atividades de Extensão.

Capítulo VII

Das Disposições Finais

Art. 15º As Atividades consideradas de Extensão do curso de Licenciatura em História, desenvolvidas pelo curso, serão oferecidas a todos os estudantes regularmente matriculados.

Art. 16º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História.

ANEXO I – Relatório Final das atividades de extensão

RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXTENSÃO PARECER FINAL DE DESEMPENHO

Sobre o curso e disciplina:

Curso: **História**

Projeto/Programa à qual a extensão foi vinculada:

Carga horária (hora relógio):

Sobre o docente responsável:

Nome:

MASP:

E-mail:

Telefone:

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

1. Descrição da(s) atividade(s)

--

2. Objetivo(s)

--

3. Metodologia

--

4. Resultado(s) esperado(s)

--

5. Critério(s) de acompanhamento/avaliação

--

6. Cronograma

--

QUADRO DE DESEMPENHO COM AS INFORMAÇÕES DOS(AS) DISCENTES

ATENÇÃO! O desempenho deve ser avaliado em: Insuficiente / Suficiente

Matrícula	Nome completo do(a) discente	Desempenho final

**acrescentar quantas linhas forem necessárias*

OBSERVAÇÃO 1: Anexar o(s) relatório(s)/trabalho(s) produzido(s) pelos(as) discentes, quando for o caso.

OBSERVAÇÃO 2: Este relatório/parecer deverá ser entregue para a coordenação de curso junto com os registros das atividades, quando for possível, no final do semestre letivo.

Carangola, ____de ____de ____

Assinatura do(a) docente responsável

Assinatura do(a) coordenador(a) de curso

APÊNDICE II – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

I. Disposições preliminares

Art. 1º Este regulamento normatiza as atividades relativas ao Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Carangola.

§ 1º O Trabalho de Conclusão de Curso é parte obrigatória do currículo do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Carangola.

§ 2º Constituindo requisito obrigatório para a obtenção do grau de licenciado em História pela UEMG/Carangola, o TCC consiste em uma produção acadêmica individual ou em dupla acerca de tema de interesse da área de História.

§ 3º Situações não previstas por este Regulamento devem ser decididas pelo NDE e pelo Colegiado do Curso.

Art. 2º O tema e orientação deverão ser escolhidos pelos(a) licenciandos(a), em consonância com as áreas de pesquisa determinadas pelo corpo docente em atividade no curso, e deverá ser aprovado pelo colegiado, bem como as possíveis alterações de orientação ou tema. A elaboração do trabalho de conclusão de curso deve ser orientada por um(a) professor(a) do Curso de História da UEMG/Carangola (aqui denominado “orientador(a)”), com formação (graduação e pós-graduação) em História.

§ 1º Caso algum aluno solicite e justifique a escolha de um orientador que não seja docente do Curso de História da Unidade de Carangola, caberá ao Colegiado avaliar o pedido e emitir parecer. Essa permissão deve considerar a comprovação da historicidade do tema a ser desenvolvido pelo graduando e a especialidade do professor, no que diz respeito ao assunto.

§ 2º É possível também a coorientação por docente da própria UEMG ou de outra instituição de ensino superior com formação em História, caso exista vínculo do docente com o tema proposto, justificando assim, a contribuição no trabalho. A existência da coorientação está condicionada à aceitação do orientador principal do trabalho.

§ 3º Os casos de alunos que não conseguirem um professor orientador serão resolvidos pelo Colegiado do curso.

§ 4º Cada professor(a) em regime 40 horas deverá obrigatoriamente disponibilizar vagas por semestre para orientação de TCC, não devendo ultrapassar o limite de 6 (seis) vagas. É facultativo a orientação de TCC aos professores que estejam ministrando 16 ou mais créditos de aula.

§ 5º O número de trabalhos a ser orientado pelos docentes do curso de História, dependerá da demanda do ano letivo e da necessidade do mesmo. A divisão e o número de orientações e defesas em cada ano serão estabelecidos em comum acordo entre a Coordenação do curso e os professores orientadores do curso de História.

§ 6º Será destinado aos professores orientadores na composição dos seus encargos didáticos o mínimo de 02 (duas) e o máximo de 6 (seis) horas-aula para se dedicarem às atividades de orientação de TCC.

Art. 3º Os objetivos a serem atingidos através da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso são:

- I. Aferir o aprendizado acadêmico geral do estudante;
- II. Introduzir o estudante à pesquisa histórica;
- III. Capacitá-lo para a elaboração de trabalhos acadêmicos.
- IV. Desenvolver um produto que demonstre excelência acadêmica no exercício do ofício de historiador e da docência em história.

Art. 4º - A disciplina “Metodologia de Pesquisa em História” foi construída no intuito de auxiliar o discente na confecção do TCC. Ao final desta última, e início do sexto período, o discente deverá indicar tema e orientador, que serão analisados pelo colegiado. Além disso, o licenciando deverá cumprir 90 (noventa) horas relógio, 30 (trinta) horas por semestre, a partir do sexto período, de TCC, comprovando através de um relatório semestral, que deverá ser aprovado pelo orientador, as atividades que estão sendo desenvolvidas.

- I. Na disciplina de Metodologia de Pesquisa em História, os alunos são apresentados a discussões teóricas e metodológicas de como se produzir um projeto de pesquisa, dando ênfase nas questões da escolha do tema, coleta de

fontes e de bibliografia e a formulação de um objeto de estudo. Os alunos também são apresentados a uma ampla diversidade de linguagens historiográficas e/ou educacionais contemporâneas.

- II. O cumprimento dos três (03) componentes curriculares de TCC (do 6º ao 8º períodos) inicia-se com a elaboração do projeto de pesquisa, sob a orientação de um(a) professor(a) do Curso de História. Nessa etapa, os alunos precisam apresentar o projeto, contemplando os seguintes elementos: a) Título e identificação dos autores; b) Introdução e delimitação do tema; c) Discussão Bibliográfica; d) Justificativa; e) Objetivos gerais e específicos; f) Considerações teórico-metodológicos (apresentação de fontes, análise de dados, instrumentos); g) Cronograma de execução; h) Fontes e Bibliografia. Após esta etapa, o discente iniciará a confecção do TCC para entrega ao final do curso.
- III. O terceiro e último componente curricular do TCC, geralmente cursado no 8º período, só se dará como concluído se o estudante for aprovado na defesa do TCC. Caso reprovado, o discente precisa se matricular e cursar novamente o referido componente.

Art. 5º A elaboração do projeto de pesquisa e do TCC deverá ser feita sob a supervisão do orientador(a), que dará seu aval ao projeto.

Parágrafo Único. Caberá ao estudante iniciar o contato com o(a) eventual orientador(a) e sua escolha deve levar em consideração a adequação do perfil de pesquisa e de ensino dele(a) ao tema proposto pelo(a) aluno(a).

II. Das especificidades do TCC

Art. 6º O Trabalho de Conclusão de Curso pode ser desenvolvido a partir das seguintes linguagens: artigo científico inédito; material didático (acompanhado de memorial sobre a pesquisa para elaboração do produto); material multimídia (acompanhado de memorial sobre a pesquisa para elaboração do produto);

Art. 7º O TCC deverá conter os seguintes elementos pré-textuais: capa, folha de rosto, resumo e palavras-chave. Poderão possuir, quando desejado ou necessário, dedicatória, agradecimentos, epígrafe, lista de abreviações e siglas, lista de tabelas, lista de quadros, lista de gráficos, lista de figuras e sumário.

Art. 8º A folha de rosto do TCC deve conter o seguinte texto: “Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Unidade de Carangola da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História”.

Art. 9º Os trabalhos finais deverão seguir as normas técnicas em anexo neste regulamento.

Art. 10º O(a)s aluno(a)s deverá apresentar uma declaração de autenticidade datada e assinada por ele e constará da última página do trabalho de conclusão de curso. Deverá conter o seguinte texto: “Eu, *nome [do(a)s estudante]*, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado [*título do TCC*] foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.”

III. Do artigo científico

Art. 11º O artigo científico deverá ser um texto inédito, não podendo ter sido publicado por qualquer meio.

Art. 12º Recomenda-se que o artigo tenha entre 15 e 30 páginas, sem considerar as referências e os elementos pré-textuais.

IV. Do material didático

Art. 13º O produto deve ser entregue com um guia de orientação metodológica para aplicação do material em sala de aula.

Art. 14º O material deve ser acompanhado de um memorial que relate o caminho percorrido pelo aluno na sua elaboração, incluindo as fontes de pesquisa e o embasamento teórico-metodológico que orientou a confecção do produto final. Recomenda-se que o memorial tenha entre 8 e 15 páginas.

V. Do material multimídia

Art. 15º Entende-se como material multimídia: vídeos, sites eletrônicos, programas de computador e bancos de dados.

Art. 16º O produto deve ser acompanhado de um memorial que relate o caminho percorrido pelo aluno na elaboração do material, incluindo as fontes de pesquisa e o embasamento teórico que norteou sua confecção. Recomenda-se que o memorial tenha entre 8 e 15 páginas.

VI. Das Linhas de Pesquisa.

Art.17º A escolha do tema do TCC pelo licenciando deverá observar as identidades de linhas de pesquisa que espelham os interesses e as possibilidades de orientação dos professores do curso. As linhas mencionadas são:

Linha de pesquisa 1: *Culturas, Identidades e Regionalidades*: Essa linha de pesquisa procura refletir sobre as relações sociais, culturais e identitárias entre os diversos extratos da sociedade. A História é perpassada em todos os seus momentos por contradições e lutas sociais, de modo que os temas de estudo atravessam todos os períodos históricos, desde a antiguidade até a contemporaneidade. Busca compreender a diversidade social e as experiências culturais, através de uma discussão que extrapole a visão dos sujeitos tradicionais de poder, e reconheça a ação histórica de sujeitos e grupos até então silenciados pela escrita da história. São também de seu interesse os temas ligados à história da religião e da arte, bem como as temáticas relacionadas a patrimônios, materiais e imateriais. Outros pontos de interesse vinculam-se a especificidades regionais, valorizando a história local e regional, além das relações de gênero, étnico-raciais, os conflitos identitários, bem como a diversidade cultural. Além dos documentos tradicionais, a linha de pesquisa procura ter como base de investigação qualquer tipo de fonte que possa auxiliar no estudo da sociedade e em suas formas de manifestação cultural, incluindo a cultura material, a oralidade, entre outras formas de documento.

Linha de pesquisa 2: *Políticas do tempo e da história:* A linha propõe o estudo das distintas formas de experimentar o tempo histórico, seja em suas variedades características do processo de modernização, como aquelas contemporâneas, que abarcam o aprofundamento da crise do futuro, o antropoceno e os diversos usos e manifestações do passado. Procuramos pensar como a conceituação do tempo histórico como um continuum pontual, linear e homogêneo que atravessou e atravessa projetos políticos, sociedades e culturas no mundo moderno, implicou no silenciamento de experiências, corpos e afetos que traziam e trazem no seu âmago movimentos certamente mais multiformes e disruptivos. Dessa maneira, interessa investigar como as múltiplas possibilidades de experiência do tempo histórico implica na vigência de políticas do tempo e da história, decisivas tanto para a emergência e consolidação de determinados projetos de sociedade que se tornaram hegemônicos, quanto formas de resistência de indivíduos e coletividades historicamente marginalizados. Além disso, também interessa a esta linha refletir sobre a escrita, as disputas, as representações e as apresentações da história nos mais diversos espaços e comunidades nas quais as dinâmicas da experiência da historicidade implicou em formas diversas de mobilização de afetos, corpos e estratos temporais.

Linha de pesquisa 3: *Instituições, Estado e Sociedade:* As pesquisas da linha se direcionam ao estudo das instituições em sua pluralidade o que inclui as organizações de classe e as tendências político/sociais formadora de vínculos institucionais. Examinam-se as dinâmicas dos agentes empregados em instituições que respondem pelos interesses de classe e atuam nas estruturas administrativas do Estado. Atentam-se para os protagonismos nos arranjos formados pelas organizações da sociedade civil que ocupam os espaços do poder público. O Estado se distingue não apenas por ser o local privilegiado, a arena na qual ocorrem as disputas de hegemonia entre os setores dominantes, como também num núcleo no qual se expressa as sucessões de poder na sociedade. Privilegiam-se recortes temporais voltados a elucidação de processos sociais que conectam a sociedade civil, por meio de seus grupos privados, e a estrutura administrativa governamental.

Linha de pesquisa 4: *Ensino de História e Transversalidades.* Essa linha de pesquisa procura promover um diálogo entre a História e a Educação, mais especificamente mirando sobre o Ensino de História, através do conhecimento e discussão dos processos pedagógicos de ensino-aprendizagem. Essa discussão tem como objetivo mostrar ao aluno a importância de

sua formação, não só como professor de determinado conteúdo, mas também com preparo e visão para entender a escola onde irá atuar. A linha de pesquisa discute o cotidiano escolar e as relações entre escola, família e sociedade e as relações políticas que envolvem o currículo, a escola e o professor. Outro ponto proposto para estudo refere-se ao livro didático, seu conteúdo, sua aplicabilidade e sua construção com base numa história onde o homem, como ser social, deve ser colocado como centro dos estudos históricos. Esse tema extrapola ainda em outros como o uso de recursos didáticos diferenciados no processo de ensino e aprendizagem de história, incluindo os documentos históricos, e os novos recursos digitais, audiovisuais, e multimídias. Por fim, debruça sobre uma gama de temas considerados transversais no Ensino de História, reforçando o diálogo entre História e Educação, sejam as relações de gênero, relações étnico-raciais, direitos humanos, meio ambiente, entre outros.

VII. Da Avaliação

Art. 18º A comprovação do processo de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso será realizada através do “Controle de Presença nas Atividades de Orientação”, assinada pelo professor(a) orientador(a).

Art. 19º O trabalho final e a defesa oral (quando houver) serão avaliados por banca examinadora ou por pareceristas, conforme organização da avaliação final.

§ 1º Caso o discente orientando de TCC encontre impedimento para realização da defesa oral, deverá preencher requerimento (com justificativa e anuência do orientador(a) para a coordenação do curso solicitando a avaliação por parecer de leitores críticos. Este requerimento será apresentado ao Colegiado do curso para aprovação, ou não.

§ 2º Caso a avaliação seja por banca examinadora, esta será composta por três membros, sendo um deles o(a) professor(a) orientador(a), e sendo no mínimo um membro da UEMG além do orientador. É facultada a participação de membros externos e a composição final da banca deve ser de responsabilidade do professor orientador.

§ 3º Caso a avaliação seja por pareceristas, caberá ao professor orientador definir os avaliadores e os procedimentos para a emissão dos pareceres.

Art. 20º O requisito mínimo para a participação como membro da banca examinadora ou como parecerista é o título de mestre em História.

Art. 21º O professor **orientador** deverá comunicar oficialmente (*e-mail*) ao coordenador do curso a composição da banca ou a lista de pareceristas de seu orientado.

Art. 22º A banca examinadora ou os pareceristas formulará o seu julgamento com base no texto do TCC e, quando houver, no desempenho do estudante ao longo da defesa oral. No processo de avaliação, a qualidade do trabalho será distinguida por outros fatores como a menção de relevância, originalidade, e a indicação para a publicação. Ao final, o discente receberá um dos 3 conceitos: APROVADO, APROVADO CONDICIONALMENTE, ou REPROVADO.

§ 1º caso seja identificado cópia ou plágio em qualquer uma das etapas do TCC, será instaurada uma comissão interna para avaliação de tais evidências e, após confirmação, o aluno será imediatamente reprovado, devendo matricular-se novamente na disciplina, quando for ofertada.

§ 2º O aluno reprovado no TCC terá o prazo máximo de doze (12) meses para realizar as alterações exigidas pelo orientador e/ou pelos membros da banca ou pareceristas, sob pena de ser impedido de realizar a colação de grau. Após a realização das alterações exigidas no prazo estipulado, o discente deverá procurar a Coordenação do curso de História para remarcar nova defesa ou submissão aos pareceristas.

VIII. Dos Prazos

Art. 22º Os cronogramas de entrega e defesas de TCC serão organizados pelos cursos, de maneira independente, aprovados pelo respectivo colegiado.

Paragrafo único. O TCC não entregue no prazo estipulado poderá ser protocolado no primeiro mês do semestre letivo subsequente, ficando a colação de grau do aluno condicionada à entrega e à avaliação do respectivo trabalho.

Art. 23º Os membros da banca ou os pareceristas devem receber o TCC com um mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência à data da defesa (se houver) ou ao prazo final para emissão do parecer.

IX. Da Defesa

Art. 22º A apresentação e defesa oral do TCC (quando esta modalidade for adotada) será realizada nas semanas subsequentes à entrega do TCC, atendendo ao calendário do Curso de História e à disponibilidade de horário dos examinadores.

Art. 23º A apresentação e defesa oral do TCC é de natureza pública, sendo estimulada a participação dos demais estudantes do curso de História. É, todavia, defeso ao público qualquer tipo de intervenção no decorrer da apresentação e da arguição.

Art. 24º No dia da defesa do TCC, antes do início da apresentação do trabalho, o **estudante** deverá ler em voz alta a declaração de não plágio e, em seguida, assiná-la.

Art. 25º A defesa seguirá a seguinte ordem: apresentação inicial; arguição de cada avaliador(a); resposta; conclusão dos trabalhos e deliberação da banca examinadora.

Art. 26º Os critérios para a avaliação da apresentação e da defesa oral são os seguintes: 1) a clareza e a coerência na exposição; 2) a objetividade e o poder de síntese; 3) a capacidade de discutir o conteúdo das questões arguidas.

X. Do Arquivamento

Art. 27º Após a defesa ou a emissão dos pareceres, o professor orientador do aluno deverá enviar à Coordenação do curso a Ata de defesa (Quando houver) ou o formulário de avaliação e a Folha de aprovação.

Art. 28º A **Coordenação** do curso irá enviar uma cópia da ata de defesa ou do formulário de avaliação e folha de aprovação para arquivamento na Secretaria do Curso, a fim de comprovar o encerramento do projeto (TCC).

Art. 29º Caberá à **Coordenação de curso** certificar o(a) docente pela orientação do discente. A certificação dos membros da banca ou pareceristas caberá à **Coordenação** do curso, que deverá assinar o documento junto com o orientador do trabalho.

Art. 30º Ao final de cada semestre deverá ser entregue à Coordenação do Curso de História, para arquivamento, a Ata de Defesa **(quando houver) ou o formulário de avaliação dos pareceristas** e uma versão final digital do trabalho contendo as correções sugeridas pela banca **ou pareceristas** e sucintamente relatadas na Ata/Formulário de avaliação, junto com a declaração de Não Plágio/autorização para publicação no acervo bibliográfico assinada, e ainda as seguintes informações na folha de rosto: data da avaliação, nome e assinatura dos membros da banca **ou pareceristas**.

Art. 31º Os **discentes** de curso, após concluírem a versão final do TCC, deverão encaminhar para o **Responsável pela Biblioteca da Unidade**, um único CD/DVD contendo o trabalho defendido. Assim, tanto as Coordenações de Cursos quanto a Biblioteca terão um acervo digital dos trabalhos produzidos pelos estudantes da Unidade Carangola.

Art. 32º Uma cópia da folha de aprovação assinada deverá constar da versão final do TCC no formato digital (elemento pré-textual do documento – após a contra capa). Da mesma forma, uma cópia do termo de autoria própria e autorização de publicação deverá constar da versão final do TCC no formato digital (elemento pós-textual do documento – após as referências bibliográficas).

Art. 32º Aos professores orientadores e ao aluno, reserva-se o direito de publicação de artigos, capítulos de livros e outros, em coautoria, tendo como base o tema dos trabalhos desenvolvidos no processo de orientação do TCC.

ANEXOS

TERMO DE COMPROMISSO [TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC]

INFORMAÇÕES DO PROJETO DE PESQUISA	
NOME DO/DA ESTUDANTE:	MATRÍCULA:
CURSO:	E-MAIL INSTITUCIONAL:
NOME DO/DA ESTUDANTE*:	MATRÍCULA*:
CURSO*:	E-MAIL INSTITUCIONAL*:
TÍTULO DO PROJETO:	
PREVISÃO DE CONCLUSÃO [SEMESTRE]:	

*Preencher caso o projeto de TCC esteja sendo desenvolvido em dupla.

DECLARAÇÃO COMPROMISSO ESTUDANTE
Eu, << nome completo estudante >>, Matrícula <<nº da matrícula>>, declaro estar ciente dos termos do Projeto Pedagógico do Curso [PPC] de Licenciatura em História, que estabelece as responsabilidades do(a) estudante concluinte, e firmo perante o colegiado do referido curso, o compromisso de cumpri-las no tocante à realização do Trabalho de Conclusão de Curso [TCC]. Data: / /
ASSINATURA[S] ESTUDANTE[S]:

DECLARAÇÃO COMPROMISSO ORIENTADOR(A)
Eu, << nome completo orientador(a) >>, Matrícula <<nº do Masp>>, declaro estar ciente dos termos do Projeto Pedagógico do Curso [PPC] de Licenciatura em História, que estabelece as responsabilidades do(a) orientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso [TCC], e firmo perante o colegiado do referido curso, o compromisso de cumpri-las integralmente. Data: / /
ASSINATURA PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A):

DECLARAÇÃO COMPROMISSO COORIENTADOR(A)
Eu, << nome completo coorientador(a) >>, Matrícula <<nº do Masp [se houver]>>, declaro estar ciente dos termos do Projeto Pedagógico do Curso [PPC] de Licenciatura em História, que estabelece as responsabilidades do(a) coorientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso [TCC], e firmo perante o colegiado do referido curso, o compromisso de cumpri-las integralmente. Data: / /
ASSINATURA PROFESSOR(A) COORIENTADOR(A):

Formulário de Avaliação

Parecer para avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso

1. APRESENTAÇÃO (a ser preenchido pelo estudante/orientador)

1.1 Tipo de trabalho:

() Artigo científico inédito

() material didático

() material multimídia

() Outro: _____

1.2 Título: _____

1.3 Autor(a): _____

1.4 Matrícula: _____

1.5 Data da entrega do trabalho: ____/____/____

1.6 Data de defesa ou prazo para entrega dos pareceres: ____/____/____

2. COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA / PARECERISTAS (a ser preenchido pelo estudante/orientador)

2.1 – Orientador(a)/Presidente: _____

2.2 – Avaliador(a) 01

Nome: _____

Instituição: _____

CPF: _____

E-mail: _____

2.3 – Avaliador(a) 02

Nome: _____

Instituição: _____

CPF: _____

E-mail: _____

3. AVALIAÇÃO DO CANDIDATO (a ser preenchido pelo avaliador 1)

3.1 O texto apresentado é coerente com o tipo de trabalho estabelecido (item 1.1)?

Sim () Não () Em termos ()

3.2 Quantos aos aspectos da escrita:

Há sequenciamento de ideias?

Sim () Não () Em termos ()

Existe articulação quanto à forma/estrutura de um texto acadêmico entre as seções?

Sim () Não () Em termos ()

O texto é escrito de forma clara, coesa, coerente e que favorece a compreensão?

Sim () Não () Em termos ()

3.3 Quanto aos aspectos estruturais:

O escopo e os objetivos estão bem definidos?

Sim () Não () Em termos ()

É apresentada uma revisão bibliográfica sobre o tema?

Sim () Não () Em termos ()

Há definição clara dos conceitos empregados?

Sim () Não () Em termos ()

A metodologia escolhida é definida e empregada de forma sistemática?

Sim () Não () Em termos ()

A análise empírica é consistente?

Sim () Não () Em termos ()

As conclusões são coerentes com os objetivos, metodologia e análise apresentados?

Sim () Não () Em termos ()

3.4 Quanto à relevância historiográfica e/ou social da pesquisa:

O trabalho dialoga com as demandas historiográficas e/ou políticas, sociais, econômicas ou culturais contemporâneas?

Sim () Não () Em termos ()

3.5 Situação do Candidato

() Aprovado

() Aprovado com restrições

() Reprovado

3.6 Nota (numeral e por extenso, de zero a cem):

3.7 Parecer final:

Local e data

Assinatura do Avaliador 1

4. AVALIAÇÃO DO CANDIDATO (a ser preenchido pelo avaliador 2)

4.1 O texto apresentado é coerente com o tipo de trabalho estabelecido (item 1.1)?

Sim () Não () Em termos ()

4.2 Quantos aos aspectos da escrita:

Há sequenciamento de ideias?

Sim () Não () Em termos ()

Existe articulação quanto à forma/estrutura de um texto acadêmico entre as seções?

Sim () Não () Em termos ()

O texto é escrito de forma clara, coesa, coerente e que favorece a compreensão?

Sim () Não () Em termos ()

4.3 Quanto aos aspectos estruturais:

O escopo e os objetivos estão bem definidos?

Sim () Não () Em termos ()

É apresentada uma revisão bibliográfica sobre o tema?

Sim () Não () Em termos ()

Há definição clara dos conceitos empregados?

Sim () Não () Em termos ()

A metodologia escolhida é definida e empregada de forma sistemática?

Sim () Não () Em termos ()

A análise empírica é consistente?

Sim () Não () Em termos ()

As conclusões são coerentes com os objetivos, metodologia e análise apresentados?

Sim () Não () Em termos ()

4.4 Quanto à relevância historiográfica e/ou social da pesquisa:

O trabalho dialoga com as demandas historiográficas e/ou políticas, sociais, econômicas ou culturais contemporâneas?

Sim () Não () Em termos ()

4.5 Situação do Candidato

() Aprovado

() Aprovado com restrições

() Reprovado

4.6 Nota (numeral e por extenso, de zero a cem):

4.7 Parecer final:

Local e data

Assinatura do Avaliador 2

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, na Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Carangola, realizou-se a sessão pública de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso do aluno _____, do Curso de _____, sob orientação do Prof. _____, intitulado _____.

Os trabalhos iniciaram-se às _____ horas e finalizaram-se às ____ horas. Cumpridos os requisitos legais que integram o regulamento de apresentação do TCC da UEMG – Unidade Carangola, a banca registrou o seguinte resultado de conclusão:

() Aprovado – Nota final: _____

() Reprovado – Nota final: _____

Pelos Professores/Membros da banca foram atribuídas as seguintes notas e observações:

Prof.(a) – Presidente:

Nota: _____

Assinatura: _____

Prof.(a) – Membro:

Nota: _____

Assinatura: _____

Prof.(a) – Membro:

Nota: _____

Assinatura: _____

[illegible]

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALUNO

Título do trabalho.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
/ Unidade Carangola como parte das exigências para
a obtenção do título de Licenciado/Bacharel em

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

NOME DO PROFESSOR

Professor Orientador
UEMG - Unidade Carangola

NOME DO PROFESSOR

Membro convidado
INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

NOME DO PROFESSOR

Membro convidado
INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **NOME DO AUTOR**, acadêmico do Curso de Graduação em **NOME DO CURSO**, da Universidade do Estado de Minas Gerais, regularmente matriculado sob o número XXXXXXXX, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **TÍTULO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**, desenvolvido durante o período de DATA DO INÍCIO DO TCC a DATA DO FINAL DO TCC sob a orientação de NOME DO ORIENTADOR, ora entregue à UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG) como requisito parcial a obtenção do grau de LICENCIADO EM XXX OU BACHAREL EM XXXX, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Por ser verdade, firmo a presente.

Carangola, ____ de _____ de ____.

NOME DO AUTOR DO TRABALHO

Sobre a publicação do trabalho no acervo bibliográfico da UEMG:

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade do Estado de Minas Gerais a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de LICENCIATURA EM XXXXX OU BACHARELADO EM XXXXXXXX ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

- () Autorizo a publicação imediata deste trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG
- () Solicito aguardar o período de 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, para publicar este trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG
- () Solicito aguardar o período de 1 ano, a partir da data da entrega deste TCC, para publicar este trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG

OU AINDA

- () Não autorizo a publicação deste trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido depois das referências bibliográficas da versão final do TCC a ser entregue na Coordenação de Curso.

CONVITE PARA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Curso de HISTÓRIA da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola convida o público em geral para a **defesa pública de TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO** do(a)s estudante(s)

_____.

Título do Trabalho: _____.

Data: _____.

Horário: _____.

Local: _____.

Componentes da Banca Examinadora

- Prof. (titulação) (nome/sobrenome) – Presidente/UEMG-Carangola
- Prof. (titulação) (nome/sobrenome) – Membro convidado/(instituição de origem).
- Prof. (titulação) Ana Paula Silva Santana – Membro convidado/(instituição de origem).

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DA ORIENTAÇÕES DE TCC

Professor(a) Orientador(a):
Aluno(a):
Período:
Título do trabalho defendido:
Registro de Atividades realizadas durante o TCC:

Observações do professor-orientador sobre o desempenho do aluno (assiduidade nas reuniões, pontualidade na entrega dos materiais solicitados pelo professor-orientador, domínio do conteúdo, clareza na escrita).

Assinatura do Professor/Data

APÊNDICE III – REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

APRESENTAÇÃO

Este regulamento tem como objetivo apresentar as orientações, atividades e avaliações do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Carangola. O documento foi elaborado a partir da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; e da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica.

De acordo com a Resolução supracitada, o estágio supervisionado compõe a prática didática do Grupo IV no currículo de formação docente, definindo sua carga horária mínima de 400 (quatrocentas) horas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

I. Disposições preliminares

Art. 1º Este regulamento normatiza as atividades do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Carangola.

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado, compreendendo atividades teóricas e práticas em diálogo, é um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas e requisito obrigatório para a obtenção do grau de licenciado em História pela UEMG/Carangola.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado constitui-se de um conjunto de atividades voltadas para a aprendizagem da profissão docente, por meio da participação direta em situações de trabalho, envolvendo coordenadores, supervisores de campo, estudantes e unidades concedentes.

II. Das Disciplinas contempladas

Art. 4º Sobre a divisão do Estágio Curricular Supervisionado:

§ 1º Serão realizados desde o 1º até o 8º período, com 45 (quarenta e cinco) horas nos primeiros cinco períodos e 60 (sessenta) horas nos três últimos períodos, somando 405 (quatrocentas e cinco) horas relógio no total;

§ 2º Dentro da carga mencionada acima, os estágios contemplam as disciplinas de Orientação de Estágio Supervisionado I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII (uma em cada período e com carga de 15 horas relógio cada, somando 120 horas da carga total de 405 horas), que compõem a parte teórica;

§ 3º A parte prática dos 08 (oito) estágios será distribuída da seguinte forma:

- Estágio Curricular Supervisionado I: a ser realizado através da observação do Espaço e Secretaria Escolar;
- Estágio Curricular Supervisionado II: a ser realizado através da observação da Supervisão/Orientação e Gestão Escolar;
- Estágio Curricular Supervisionado III: a ser realizado através da observação de aulas do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II;
- Estágio Curricular Supervisionado IV: a ser realizado através da observação de aulas do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II;
- Estágio Curricular Supervisionado V: a ser realizado através da observação de aulas do Ensino Médio;
- Estágio Curricular Supervisionado VI: a ser realizado através da regência de aulas do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II;
- Estágio Curricular Supervisionado VII: a ser realizado através da regência de aulas do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II;
- Estágio Curricular Supervisionado VIII: a ser realizado através da regência de aulas do Ensino Médio.

§4º Serão acompanhados e supervisionados pelo NUE – Núcleo de Estágio, responsável pela organização e sistematização dos estágios, além do processo de intermediação dos sujeitos e instituições envolvidas;

III. Dos Objetivos

Art. 5º Os objetivos a serem atingidos através do Estágio Curricular Supervisionado são:

- a) Conhecer as instituições escolares e acompanhar a organização pedagógica, política e administrativa;
- b) Estabelecer uma associação entre os conhecimentos teóricos e práticos;
- c) Construir uma experiência supervisionada da prática docente em salas de aula dos ensinos fundamental e médio;
- d) Reconhecer as diferentes comunidades e ambientes escolares, habilidades dos estudantes e metodologias de ensino e aprendizagem na história;

- e) Elaborar e refletir sobre práticas pedagógicas articuladas ao ensino de história nos níveis dos ensinos fundamental e médio das escolas da rede pública e/ou privada;
- f) Construir consciência crítica e reflexões acerca dos desafios da realidade escolar e a prática docente nos mais variados âmbitos e níveis.
- g) Facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar estes conteúdos às constantes inovações tecnológicas, políticas, econômicas e sociais;
- h) Estimular o desenvolvimento da criatividade, de modo a formar profissionais inovadores, capazes de aprimorar modelos, métodos, processos e de adotar tecnologias e metodologias alternativas.

IV. Das instituições do estágio

Art. 6º As atividades de Estágio Curricular Supervisionado deverão ser realizadas individualmente em instituições de ensino oficiais da educação básica, a partir da organização de convênios entre as instituições, com preferência para as escolas públicas. Elas serão indicadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado deve ser realizado dentro dos períodos letivos regulares, com parte prática fora do período de aula do licenciando, e respeitando a organização, as normas e o calendário das instituições de ensino onde se efetivará o estágio.

Art. 8º Conceder-se-á aproveitamento, em relação a parte da carga horária dos estágios de III a V, aos estudantes, bolsistas ou voluntários, vinculados ao Programa de Iniciação à Docência (PIBID) ou ao Programa de Residência Pedagógica (PRP).

Parágrafo Único. O aproveitamento de porcentagem de horas dos estágios mencionado acima deverá ser solicitado pelo discente do curso (via requerimento), analisado previamente pelo professor orientador e do supervisor de campo (com emissão de parecer favorável ou não), e por fim aprovado via colegiado do curso.

Art. 9º Em acordo com a Lei 11788, de 25 de setembro de 2008, e a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino, o que implica na possibilidade de redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado aos discentes que estiverem exercendo atividade docente regular na educação básica, desde que comprovada.

V. Do Acompanhamento

Art. 10º O Estágio Curricular Supervisionado terá acompanhamento de um Docente Orientador do Estágio, que será o mesmo docente que ministra a respectiva disciplina a que o estágio encontra-se vinculado, e de um Docente Supervisor de Campo, vinculado à escola em que o estágio está sendo realizado pelo discente.

Art. 11º Esses docentes exercerão a função de mediadores entre os alunos estagiários e as instituições que os acolherão em suas atividades, auxiliando o licenciando com a documentação específica e apoiando a coordenação nas tarefas pedagógicas. Caberá aos mesmos avaliar o desempenho dos estagiários através dos relatórios de estágio e pela sua avaliação final.

VI. Dos Documentos

Art. 12º Os documentos relacionados para a realização do Estágio Curricular Supervisionado são fornecidos pelo NUE – Núcleo de Estágio e correspondem à:

- a) Ficha de plano de trabalho individual de Estágio Curricular Supervisionado;
- b) Ficha de registro da frequência às atividades de Estágio Curricular Supervisionado;
- c) Ficha de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado;
- d) Termo de compromisso do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 13º O início do desenvolvimento das atividades de Estágio Curricular Supervisionado pelo discente está condicionado à entrega, para o Professor Orientador, do Termo de Compromisso de Estágio, preenchido, assinado e carimbado pela(s) instituição(ões) selecionada(s), formalizando assim a aceitação da Instituição em receber o estudante para cumprir suas ações de estágio.

VII. Das atividades

Art. 14º As atividades do estágio serão desenvolvidas mediante o Plano de Atividades aprovado previamente pelo professor supervisor da instituição de ensino básico e pelo professor responsável pela disciplina e deverão compreender:

- a) Análise do Projeto Político Pedagógico da escola e dos indicadores da instituição;
- b) Análise do livro didático adotado pela instituição, planejamento anual e planejamento de aulas em consonância com o Currículo Referência de Minas Gerais e a BNCC;
- c) Acompanhamento da prática docente de professoras/es supervisores/as nas instituições e anos em que o/a estudante vai realizar o estágio;
- d) Apoio ao(a) professor(a) regente nas atividades exercidas em sala e outros ambientes escolares, como elaboração de planos de aulas e atividades avaliativas;
- e) Participação eventual em reuniões de planejamento, conselhos de classe, colegiados e elaboração de projetos e eventos escolares;
- f) Contato com a organização e funcionalidade de ambientes não escolares, como arquivos públicos e museus;
- g) Elaboração de reflexões das atividades desenvolvidas ao longo do semestre no Estágio Curricular Supervisionado (Anexo I);
- h) Organização de um Portfólio com as atividades e reflexões elaboradas nas disciplinas de estágio a ser anexado no relatório entregue como avaliação final da disciplina.

Art. 15º Ficam definidas as atribuições do estágio:

- I. Professor/a supervisor/a:
 - a) Orientar os/as estudantes nas instituições de educação básica;
 - b) Supervisionar as atividades realizadas pelos/as estudantes na turma em que estarão realizando o estágio, responsabilizando-se pelas mesmas;
 - c) Avaliar o desenvolvimento das atividades previstas no plano de estágio.
- II. Professor/a orientador/a
 - a) Receber e organizar a documentação do Núcleo de Estágio para compartilhar com os/as estudantes;
 - b) Supervisionar a procura de escolas para a realização do estágio e assinar as cartas de apresentação;
 - c) Realizar uma interlocução com as instituições de educação básica, incluindo gestão e docentes da mesma;
 - d) Receber dos/as estudantes os termos de compromisso e planos de estágio, e conferir as informações antes de encaminhar para o núcleo responsável e coordenação;
 - e) Acompanhar as atividades de estágio dos/as estudantes por meio de espaços de socialização das práticas e/ou levantamento de dúvidas;
 - f) Acompanhar a elaboração dos planos de ensino/projetos de pesquisa/sequência didática dos/as estudantes para a realização do estágio;
 - g) Avaliar os relatórios de estágio e o cumprimento das demais atividades pelos estudantes.
- III. Estudante
 - a) Realizar contato com as instituições de educação básica escolhidas;
 - b) Preencher a documentação necessária para Estágio Curricular Supervisionado, a partir dos formulários padrões, e entregá-la (assinada e carimbada, quando necessário) dentro dos prazos previamente estipulados;
 - c) Elaborar o plano de atividades do estágio, com supervisão, levando em consideração: a observação da escola, das aulas, planejamento e execução dos planos de aula/projetos de ensino/ sequência didática;
 - d) Atender aos encontros regulares promovidos pelo professor responsável pela disciplina de Orientação de Estágio Supervisionado, ocasião em que serão feitas avaliações periódicas e debates entre os discentes que cumprem estágio acerca das experiências do mesmo;
 - e) Ministras uma aula com auxílio do professor de supervisão na turma do estágio;
 - f) Elaborar relatórios de estágio, durante e ao fim do mesmo, para a avaliação dos professores/as: supervisor/a e orientador/a.

VIII. Da avaliação

Art. 16º A avaliação das atividades do Estágio Curricular Supervisionado será orientada pelo/a professor/a responsável pela disciplina, com a colaboração do professor/a supervisor/a da instituição de educação básica. Será avaliado:

- a) As atividades do/a estudante a partir do plano de estágio, bem como dos relatórios e o cumprimento da carga horária prevista;
- b) A frequência e participação nas aulas das disciplinas vinculadas aos estágios;
- c) O relatório final entregue a cada semestre;

Art. 17º No Estágio Curricular Supervisionado os valores avaliativos serão distribuídos a critério do/a professor/a responsável pela disciplina, conforme previsto em plano de ensino.

Art. 18º Tais disciplinas terão suas horas de atividades convertidas em pontos para lançamento no sistema de registro acadêmico. Tais lançamentos são representativos das horas de estágio concluídas pelo estudante e serão utilizadas como balizadores da avaliação do Professor Orientador de Estágio.

Art. 19º O aluno que não alcançar rendimento satisfatório cumprindo, no todo ou em partes, as etapas e atividades previstas no Estágio, não será considerado apto naquela etapa de estágio, devendo refazer a disciplina, bem como as atividades que a mesma comporta, no momento em que ela for novamente oferecida;

Art. 20º Os discentes devem impreterivelmente manter prazo máximo de entrega de documentação mínima. Caso o aluno não apresente até a primeira semana do segundo bimestre de aulas nenhuma documentação referente ao Estágio Curricular Supervisionado que estiver cursando estará automaticamente reprovado. Tal medida se justifica tendo em vista que passados dois meses de aulas o estudante não mais terá tempo hábil para realizar as ações dispostas no cronograma semestral das disciplinas Orientação de Estágio Supervisionado.

Art. 21º O sistema de controle de estágio, gerido pelo professor Orientador de Estágio, deverá ter como meta o aprimoramento constante do processo de ensino/aprendizagem e pesquisa.

Art. 22º O produto final do estágio deverá ser apresentado impresso, sob a forma de relatório, de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), bem como em uma versão em formato *Portable Document Format* (PDF), enviado ao email da coordenação do curso.

Art. 23º Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

ANEXO I – MODELO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIDADE CARANGOLA**

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

(NOME DO/A ALUNO/A)

Carangola – MG
2026

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIDADE CARANGOLA

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

NOME DO/A ALUNO/A)

Relatório apresentado à Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola, (Xº) período do Curso de História, requisito obrigatório para aprovação na Disciplina Orientação Estágio Supervisionado (X).

Orientador: (NOME DO/A PROFESSOR/A)

Carangola – MG
2026

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Aluno(a):

Nº da Matrícula:

Curso:

Campo do Estágio: Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola

Orientação do Estágio: (Nome do/a professor/a)

Coordenação do Curso: (Nome do/a professor/a)

Avaliação:

Orientador(a) do Estágio: _____

Resultado: _____

Carangola, _____ de _____ de _____.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

(Considerações iniciais sobre o estágio).

PLANO DE AÇÃO OU PROPOSTA DE ESTÁGIO

(Resumir em texto corrido o plano de atividades passado pelo professor).

REFERENCIAL TEÓRICO

(Fazer um breve apanhado com base nos textos discutidos na disciplina, duas ou três páginas, podendo dialogar com discussões de outras disciplinas de Estágio, Ensino de História ou Bases Pedagógicas).

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO CURRICULAR

(Relatar todas as atividades realizadas, incluindo as aulas, leituras e tarefas. Não é uma lista, mas um texto).

PLANO DE AULA (para Estágios VI a VIII)

1. Identificação (escola, docente, estagiário)
2. Tema
3. Objetivos
4. Habilidades (de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais)
5. Conteúdo
6. Metodologia
7. Recursos necessários
8. Avaliação (instrumentos e critérios)
9. Referências Bibliográficas

PROJETO DE ENSINO (Para Estágio VII)

O que deve ser entregue:

- * Projeto (identificação, temática, objetivos, metodologia, recursos necessários, resultados previstos, cronograma, avaliação, bibliografia). Máximo 8 páginas.
- * Levantamento de fontes sobre o tema (textos, imagens, sites, links), material que poderia ser utilizado no projeto com os alunos do ensino fundamental. (Anexos ao projeto)

SEQUÊNCIA DIDÁTICA (Para Estágio VIII)

Sequência didática (10 aulas ligadas ao projeto). Procedimentos de cada aula, questões, materiais didáticos, tarefas dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(Avaliação final sobre as atividades do estágio, discussões, relação entre teoria e prática).

REFERÊNCIAS

(Lista das referências que foram utilizadas no relatório e nos trabalhos)

APÊNDICE IV – CORPO DOCENTE

Disciplina	Docente	Vínculo	Regime de Trabalho	Titulação	Experiência Profissional e Docente
Gêneros Textuais e Práticas Sociais da Linguagem	Michelle de Souza Pereira Neves	Contratada	20h	Especialista	http://lattes.cnpq.br/5769587583067251
Sociologia	Wagner dos Reis Marques Araújo	Contratado	30h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/4203607567762001
Filosofia	Wagner dos Reis Marques Araújo	Contratado	30h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/4203607567762001
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	Valeria Teresa Moreira de Almeida	Contratada	20h	Mestre	http://lattes.cnpq.br/9056907175498279
Direitos Humanos, Gênero e Ensino de História	Erika Oliveira Amorim Tannus Cheim	Efetiva	40h	Doutora	https://lattes.cnpq.br/8355142065166994
Antropologia	Helena Azevedo Paulo de Almeida	Contratada	40h	Doutora	https://lattes.cnpq.br/2093922776141265
Didática e seus fundamentos	Thayná Luana Borges	Contratada	20h	Mestre	http://lattes.cnpq.br/3803255211862231
Educação Ambiental e Sustentabilidade	Luís Ricardo Soares Wenceslau	Contratado	20h	Mestre	http://lattes.cnpq.br/1121914229710567
Relações Étnico-Raciais e Cultura Afrobrasileira no Ensino de História	Quelen Ingrid Lopes	Contratada	40h	Doutora	https://lattes.cnpq.br/6213703673627157

Inovação e as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação	Sônia Maria de Oliveira	Contratada	20h	Mestre	http://lattes.cnpq.br/5717805606493625
História da Educação Brasileira	Guilherme Celestino Souza Santos	Efetivo	40h	Mestre	http://lattes.cnpq.br/3500909214502958
Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS)	EAD	----	----	----	-----
Sociologia da Educação	Thamirys Moreira de Sousa Assis	Contratada	20h	Especialista	http://lattes.cnpq.br/7932716367283497
Teorias e Práticas da Educação Especial: ações inclusivas	Amanda Cristine Corrêa Lopes Bitencourt	Efetiva	40h	Doutora	http://lattes.cnpq.br/2737467410088287
Metodologia do Ensino de História I	Quelen Ingrid Lopes	Contratada	40h	Doutora	https://lattes.cnpq.br/6213703673627157
Filosofia da Educação	Thamirys Moreira de Sousa Assis	Contratada	20h	Especialista	http://lattes.cnpq.br/7932716367283497
Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira	Guilherme Celestino Souza Santos	Efetivo	40h	Mestre	http://lattes.cnpq.br/3500909214502958
Metodologia do Ensino de História II	Quelen Ingrid Lopes	Contratada	40h	Doutora	https://lattes.cnpq.br/6213703673627157
Patrimônio Histórico e Cultural	Erika Oliveira Amorim Tannus Cheim	Efetiva	40h	Doutora	https://lattes.cnpq.br/8355142065166994
Introdução aos Estudos Históricos	Helena Azevedo Paulo de Almeida	Contratada	40h	Doutora	https://lattes.cnpq.br/2093922776141265
História Antiga	Jonathan	Efetivo	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/2093922776141265

	Mendes Gomes				r/9290829050104827
Teoria e Metodologia da História I	Clayton José Ferreira	Contratado	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/8482025664983564
História Medieval	Jonathan Mendes Gomes	Efetivo	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/9290829050104827
História Moderna	Clayton José Ferreira	Contratado	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/8482025664983564
Teoria e Metodologia da História II	Helena Azevedo Paulo de Almeida	Contratada	40h	Doutora	https://lattes.cnpq.br/2093922776141265
História da América I	Bruno de Almeida Gambert	Efetivo	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/7141509901004629
História dos Povos Originários	Helena Azevedo Paulo de Almeida	Contratada	40h	Doutora	https://lattes.cnpq.br/2093922776141265
História da África	Quelen Ingrid Lopes	Contratada	40h	Doutora	https://lattes.cnpq.br/6213703673627157
História do Brasil I	Glauber Miranda Florindo	Efetivo	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/6419969343930077
História de Minas Gerais	Erika Oliveira Amorim Tannus Cheim	Efetiva	40h	Doutora	https://lattes.cnpq.br/8355142065166994
História da América II	Bruno de Almeida Gambert	Efetivo	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/7141509901004629
Metodologia de Pesquisa em História	Clayton José Ferreira	Contratado	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/8482025664983564
História do Brasil II	Glauber Miranda	Efetivo	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/6419969343930077

	Florindo				<u>7</u>
Optativa I	Clayton José Ferreira	Contratado	40h	Doutor	<u>https://lattes.cnpq.br/8482025664983564</u>
História Contemporânea I	Bruno de Almeida Gambert	Efetivo	40h	Doutor	<u>https://lattes.cnpq.br/7141509901004629</u>
Historiografia Brasileira	Clayton José Ferreira	Contratado	40h	Doutor	<u>https://lattes.cnpq.br/8482025664983564</u>
Optativa II	Quelen Ingrid Lopes	Contratada	40h	Doutora	<u>https://lattes.cnpq.br/6213703673627157</u>
História Contemporânea II	Bruno de Almeida Gambert	Efetivo	40h	Doutor	<u>https://lattes.cnpq.br/7141509901004629</u>
História do Brasil III	Glauber Miranda Florindo	Efetivo	40h	Doutor	<u>https://lattes.cnpq.br/6419969343930077</u>
Historiografia Contemporânea	Clayton José Ferreira	Contratado	40h	Doutor	<u>https://lattes.cnpq.br/8482025664983564</u>
Arquivos e Museus	Helena Azevedo Paulo de Almeida	Contratada	40h	Doutora	<u>https://lattes.cnpq.br/2093922776141265</u>
História do Brasil IV	Glauber Miranda Florindo	Efetivo	40h	Doutor	<u>https://lattes.cnpq.br/6419969343930077</u>
História e Relações de Gênero	Erika Oliveira Amorim Tannus Cheim	Efetiva	40h	Doutora	<u>https://lattes.cnpq.br/8355142065166994</u>
História Pública	Clayton José Ferreira	Contratado	40h	Doutor	<u>https://lattes.cnpq.br/8482025664983564</u>

					<u>4</u>
Preparatório ENADE	Helena Azevedo Paulo de Almeida	Contratada	40h	Doutora	https://lattes.cnpq.br/209392277614126 <u>5</u>
TCC I	DIVIDO	ENTRE	TODOS	OS	DOCENTES
TCC II	DIVIDO	ENTRE	TODOS	OS	DOCENTES
TCC III	DIVIDO	ENTRE	TODOS	OS	DOCENTES
Orientação de Estágio Supervisionado I	Jonathan Mendes Gomes	Efetivo	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/929082905010482 <u>7</u>
Orientação de Estágio Supervisionado II	Jonathan Mendes Gomes	Efetivo	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/929082905010482 <u>7</u>
Orientação de Estágio Supervisionado III	Jonathan Mendes Gomes	Efetivo	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/929082905010482 <u>7</u>
Orientação de Estágio Supervisionado IV	Jonathan Mendes Gomes	Efetivo	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/929082905010482 <u>7</u>
Orientação de Estágio Supervisionado V	Jonathan Mendes Gomes	Efetivo	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/929082905010482 <u>7</u>
Orientação de Estágio Supervisionado VI	Jonathan Mendes Gomes	Efetivo	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/929082905010482 <u>7</u>
Orientação de Estágio Supervisionado VII	Jonathan Mendes Gomes	Efetivo	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/929082905010482 <u>7</u>
Orientação de Estágio Supervisionado VIII	Jonathan Mendes Gomes	Efetivo	40h	Doutor	https://lattes.cnpq.br/929082905010482 <u>7</u>